



Curso de Mestrado em Direito e Segurança

Armando Armando Nhanombe

A Ingerência Humanitária no Contexto da Regulamentação Jurídica da Guerra

Trabalho apresentado à Faculdade de
Direito da Universidade Nova de Lisboa
como requisito parcial e final para a
obtenção do grau de Mestre em Direito

Orientador: Professor Doutor José Fontes

setembro, 2018

Curso de Mestrado em Direito e Segurança

Armindo Armindo Nhanombe

A Ingerência Humanitária no Contexto da Regulamentação Jurídica da Guerra

Trabalho apresentado à Faculdade de
Direito da Universidade Nova de Lisboa
como requisito parcial e final para a
obtenção do grau de Mestre em Direito

Orientador: Professor Doutor José Fontes

setembro, 2018

Declaração de anti-plágio

Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada antes e, que ela constitui obra-prima elaborada com base na pesquisa efetuada por mim e com apoio da única literatura aqui apresentada e devidamente citada ao longo do texto.

Maputo, 15 de agosto de 2018

O declarante

(Armando Armando Nhanombe)

Dedicatória

Às vítimas dos conflitos armados e desastres naturais.

A ti Bernard Kouchner e seus companheiros pelo vosso humanismo.

A todos que foram privados da minha presença e sofreram com a minha ausência mas ao mesmo tempo partilhavam comigo com intensidade este momento.

A todos os que foram fonte de inspiração para a elaboração deste trabalho.

Agradecimentos

Esta dissertação é fruto de um período de intensa dedicação e várias renúncias. Seria ingrato ao chegar esta fase não pudesse agradecer a todos que tornaram possível este momento tão sublime da minha vida.

A Deus, pelo dom da vida, pela proteção e sua energia invisível que distribuis gratuitamente para superar os obstáculos. E hoje juntamente com o salmista digo: *O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.*

À Universidade Nova de Lisboa, que me concedeu a oportunidade de concluir o mestrado.

Ao Professor Doutor José Fontes, tutor e amigo, pessoa de fácil trato, mas de um rigor científico aguçado. Sorte minha tê-lo encontrado. Muito obrigado. Deus o recompense.

Aos meus professores do mestrado que pela sua competência e mestria ajudaram-me a ultrapassar obstáculos típicos de um mestrando em especial ao Professor Doutor Jorge Bacelar pelo encorajamento.

Ao Dr. Virgílio Saul, faltam palavras. Só Deus saberá o quanto sou grato.

Aos Padre Fumo meu suporte, confidente e cúmplice da minha vida sacerdotal mas sobretudo da vida académica. Obrigado pelo seu incentivo, sabes aparecer no momento oportuno e certo.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho

Ao Padre João Seabra, meu Pai Espiritual que amavelmente me acolheu cá e tem sido o meu grande suporte a todos níveis, cá em Lisboa. Deus recompense-lhe!

Por fim, e não que seja menos importante o meu agradecimento vai para todos que se dignaram ler e corrigir este trabalho a nível da sintaxe e gramatical em especial ao meu Professor de Latim, Professor Doutor Ricardo Nobre, ao meu amigo e irmão da vida Dr. Cortez Taipo, A família Carvalho na pessoa da Dra. Isabel Carvalho, ao amigo João, do grupo de oração e adoração de Lisboa. A lista é longa, não gostaria de esquecer a prestigiosa contribuição do Dr. Peregrino, meu colega do Doutoramento, aos Padres Roberto e Rafael Chichava, a Ir. Ana Maria pela ajuda na tradução do resumo para o abstract.

Nota Prévia

O presente trabalho com o tema Ingerência Humanitária no Contexto da Regulamentação Jurídica da Guerra, quer logo ao início, para dissipar quaisquer que sejam inequívocos clarificando que vai tratar da ingerência na vertente de assistência humanitária. Estamos conscientes que urge distinguir intervenção humanitária de ingerência humanitária. Entende-se por ingerência humanitária todo o esforço que é feito no contexto da guerra para garantir e salvaguardar os direitos fundamentais do ser humano, no geral feito por profissionais das organizações não-governamentais de assistência humanitária. Enquanto por intervenção humanitária entende-se o uso da força (armada) para assistência e a salvaguarda dos direitos humanos no contexto da guerra, implicando a mobilização de forças armadas com o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estamos conscientes que em algum momento na assistência humanitária poder-se-á recorrer à força como o último recurso para poder garantir assistência, aplicando assim o princípio da Responsabilidade de Proteger. Mas, temos gosto em focalizarmo-nos neste trabalho na vertente da assistência humanitária.

Siglas e Abreviaturas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

CH – Corredor Humanitário

CICV – Comité Internacional da Cruz Vermelha

CIJ – Corte Internacional de Justiça

CS – Conselho de Segurança

DIH – Direito Internacional Humanitário

FAO - Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

OMS – Organização Mundial da Saúde

TPI – Tribunal Penal Internacional

Declaração do Número de Carateres

Declaração de que o corpo do trabalho apresentado, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 226.005 carateres.

Resumo

Abordamos o tema da Ingerência Humanitária no Contexto da Regulamentação Jurídica da Guerra, na sua vertente de assistência. Este tema tão candente e actual, faz parte do Direito Internacional Humanitário, dentro do campo do Direito Internacional Público. A Ingerência Humanitária é um instituto usado para intervir em situações de conflito armado e/ou desastres naturais. Visa essencialmente salvar vidas humanas, ao abrigo da Resolução 45/100 das Nações Unidas. Esta intervenção pode consistir na assistência humanitária, que é o caso que estamos a tratar, ou no uso da força. Ousamos dizer, juntamente com a literatura visitada, que ingerência não é só uma questão de direito mas de dever. Este salto enquanto mudança de paradigma deve-se, em grande parte, aos activistas Mario Betatti, Bernard Kouchner e outros autores, que pressionaram as Nações Unidas para se olhar para a questão da ingerência, como um dever que está acima das estruturas. Com a realização, em Janeiro de 1987 em Paris, da Primeira Conferência Internacional de Direito e Moral Humanitária, surgiu a necessidade de quebrar o princípio da não intervenção para prestar assistência às vítimas de guerra e de desastres naturais pelas Organizações não Governamentais.

Palavras-chaves: dever de ingerência humanitária, direito internacional a assistência humanitária, segurança e guerra.

Abstract

In this dissertation, we discuss the humanitarian interference in the context of the legal regulamentation of war, in the assistance role. This subject which is so important and nowadays very outspoken, belongs to the humanitarian international público law. The humanitarian interference it is an institute used in war conflicts and or natural disasters. It is aimed at saving human lives, under UN Resolution 45/100. This intervention can be conducted through humanitarian assistance, our main focus here, or by the use of armed power. It is our opinion that, following the literature review that we consucted, that interference it is not only a matter of law but also a duty. This development as a new paradigm, has begun from activists Mario Betatti, Bernard Kouchner and other authors that put pressure on the United Nations to look at the issue of interference as a duty which is above all structures. With the Paris first International Conference in January 1987, on Law and Humanitarian Morality, the need to break the principle of non interference to assist victims of war and natural disasters, by NGO's.

Key Words: the duty for humanitarian interference, international law for humanitarian assistance, security and war.

Introdução

O nosso curso de Mestrado em Direito e Segurança visa fornecer material suficiente na área em estudo com a particularidade de dar ênfase ao Direito Internacional. E hoje mais do que nunca se faz necessário ter conhecimentos profundos em matéria de Direito Internacional e Segurança para perceber a atual dinâmica dos Estados, Soberania e Segurança.

É neste âmbito que se escolhemos o tema *A Ingerência Humanitária no contexto da regulamentação jurídica da Guerra* como forma de aplicar os conceitos apreendidos. De facto, este tema faz-se sempre atual e presente, pois o mundo é dilacerado por questões catastróficas, como é o caso da guerra. Daí que urja saber como garantir os direitos humanos e a responsabilidade de os proteger, no caso do conflito armado. O direito à vida é um direito fundamental de todo o ser humano. Se o ser humano tem o direito à vida e ninguém, nem ele próprio, a pode tirar significa que esse direito se alia ao direito à segurança. O Estado deve garantir a segurança e a proteção dos seus cidadãos. Mas, caso os estes não sejam salvaguardados, um organismo internacional, as Nações Unidas podem intervir. É preciso frisar que estamos diante do Direito Internacional Humanitário e o mesmo só se aplica em caso de conflito armado em que não há proteção, nem assistência dos civis, como corrobora Jorge Bacelar Gouveia, no seu livro *Direito Internacional Humanitário*, quando afirma: “ao lado dos casos em que o uso da força é internacionalmente lícito, vigora o Direito Internacional Humanitário, o capítulo do Direito Internacional Público que, sob a ótica da proteção humanitária, estabelece a regulamentação dos conflitos humanitários, tanto na proteção dos que nela não participam diretamente, como na moderação dos meios de violência bélica utilizada”. (Gouveia, 2006, p.7).

O debate que iremos desenvolver, ao longo deste trabalho, consiste em perceber como aplicar o Direito Internacional Humanitário sem colocar em causa a soberania dos Estados, salvaguardando os direitos humanos. Aliás, interessa saber se se trata de direito ou de dever de ingerência. Por uma questão de sistematização, o nosso trabalho estará dividido em três capítulos: o primeiro trata da fundamentação do Direito Humanitário que na verdade discorre sobre toda a temática da teoria da segurança, indicando que não se pode abordar a *ingerência humanitária* sem se ter

em conta a segurança. O Segundo capítulo recebe o título de direito ou dever da Ingerência Humanitária partindo do conceito do Direito Internacional, passando pelo Direito Humanitário tendo em conta a Ingerência Humanitária visando perceber se trata do dever ou direito da ingerência humanitária. E por fim o terceiro capítulo intitula-se Bernard Kouchner: uma nova Abordagem do Direito Internacional Humanitário. Este percurso que fazemos dos três grandes capítulos do Direito Internacional Humanitário, concretizado neste caso na *ingerência humanitária*, quer mostrar que o que está em jogo é a segurança do ser humano, que, no dizer de São Tomás de Aquino, significa ausência de preocupação ou, se quisermos ir mais além, podemos dizer que as várias ramificações da segurança visam precisamente responder a situações concretas do Homem. Para a materialização do presente trabalho far-se-á a revisão da literatura existente, tendo em conta a sua análise. A pesquisa parte duma hipótese segundo a qual a vida humana está acima de qualquer interesse egoísta, quer dos políticos, quer dos sistemas.

i. Problema

Diante da guerra verifica-se que as populações estão em risco, precisando duma assistência humanitária. Em algum momento esta assistência passa pela intervenção das Nações Unidas, após aprovação do Conselho de Segurança. A pergunta que se coloca é: como salvaguardar os valores da democracia, o Estado de Direito, aliada à soberania, o respeito pelos direitos da pessoa humana, dignidade humana no caso do *direito da ingerência* no contexto da regulamentação jurídica da guerra?

ii. Hipótese

A vida humana está acima de qualquer interesse egoísta dos políticos ou sistemas.

iii. Justificativa

A escolha deste tema deve-se à sua atualidade. O mundo é dilacerado pela guerra e isso causa sofrimento. Não seria justo que perante o sofrimento humano prevalecesse a apatia diante do ser humano. É preciso fazer algo para preservar a vida dos seres humanos. E nisso não há *mãos a medir*. É pensando em todo o sofrimento humano

causado pela guerra ou pelos conflitos armados que recai a escolha desse tema de pesquisa: *Ingerência Humanitária no contexto da regulamentação jurídica da Guerra*. Para a percepção deste tema faz-se necessário percorrer a história do Direito Internacional Público, pois só assim perceberemos que a *ingerência humanitária* faz parte do Direito Internacional Humanitário.

iv. Objetivo (s)

i Geral

Identificar as situações em que se aplica o dever da assistência humanitária.

ii Específicos

- Discorrer a teoria da Segurança
- Discutir o direito ou dever de ingerência humanitária
- Compreender o impacto da assistência humanitária num Estado de direito (soberania)

v. Metodologia

Para a materialização do presente estudo, usar-se-á a revisão da literatura existente e da sua análise, a saber:

Manuais, livros e artigos de Direito Internacional Público, especificamente *direito humanitário*;

As Convenções de Haia;

As Convenções de Genebra;

Os dois Protocolos adicionais;

A Declaração Universal dos Direitos Humanos;

A Carta das Nações Unidas.

Capítulo I – Fundamentação do Direito Humanitário

1. Teoria da Segurança: Etimologia e História do conceito

A segurança não só é um valor como é um direito fundamental. Se é verdade que o direito à vida é um dos direitos fundamentais do homem, não é menos verdade que o direito à segurança é um direito fundamental como reza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz o seguinte no seu Artigo 3.º: “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (UNITED NATIONS (ONU), 2001, p. 27). Conforme vemos, a questão da segurança foi e é, desde há muito, a preocupação da humanidade. As Nações Unidas representam os valores da humanidade, que clama pela Segurança.

Várias são e foram as tentativas de definição da Segurança. É o que nos mostra a revisão da literatura que fizemos, como podemos constatar a seguir:

“Segundo Couto, segurança “[...] exprime a efetiva carência de perigo, quando não existem [...] as causas dele [...] é um estado instável, dependente não só de decisões próprias, mas também das decisões dos outros ou da confluência de circunstâncias variáveis [...]” (1988, p.38). Já seguridade “[...] exprime a tranquilidade de espírito, nascida da confiança que se tem [...] de que não há perigo [...]” (Ibidem). Segundo Bispo, segurança “[...] é simultaneamente um estado e um processo. Um estado, de natureza psicológica e também objetiva, que se traduz em confiança, em capacidade de afirmação, em garantia de proteção e que proporciona um sentimento de não ser interferido, de descanso e tranquilidade” (1999, p.48). Este conceito congrega os dois primeiros, servindo melhor à nossa investigação os teorizados por Couto” (Moutinho, 2015) (Sousa, 2014, p.10)

Esta revisão da literatura que nos traz José Bernardino Moutinho pode completar-se com a que Luís Salgado Matos nos apresenta. Ambos convergem no facto de a segurança implicar tranquilidade e, acima de tudo, cria um estado de confiança no indivíduo, procurando livrá-lo de preocupações. A Segurança é uma *cura*. É a ausência de preocupações.

Luís Salgado Matos, no seu trabalho intitulado *Segurança*, diz-nos que: “(...) a palavra ‘segurança’ tem origem no latim, língua na qual significa “sem preocupações”, e cuja etimologia sugere o sentido “afastar-se do cuidado” (se+cura). A etimologia dá-nos um bom conselho de ação política, mas deixa-nos na dúvida sobre o seu objetivo (Matos, 2005, p.1). Deste ponto de vista, podemos ver que quem está em segurança vive tranquilo, pois está sem preocupações. De modo que quando esta segurança é posta em causa, emerge uma preocupação diante do homem. O nosso autor para argumentar a sua tese recorre a São Tomás de Aquino, vejamos o que ele nos diz: “na definição mais comum, a segurança está referida a “um mal a evitar” (Aquino, século XIII, 1ª parte da 2ª parte, questão 40, art. 8.º) – por isso segurança é a ausência de risco, a previsibilidade, a certeza quanto ao futuro” (Matos, 2005, p.1). Não é por acaso que a preocupação pela segurança, nos últimos tempos, se tem revelado fundamental, pois, a cada dia que passa, sente-se que o mundo está a correr riscos, a todos os níveis e, de modo particular, no tema que nos propusemos tratar, sobre a ingerência humanitária. É nesta onda de preocupação pela segurança que o grosso dos Estados, no final da Segunda Guerra Mundial, e após o falhanço da Sociedade das Nações, decidiram criar a Organização das Nações Unidas, constituída formalmente, pelos representantes das Nações reunidas em São Francisco, a 26 de junho de 1945, que assinaram a Carta das Nações Unidas, após o encerramento da respetiva Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de outubro daquele ano. E já no primeiro artigo se deixa bem claro a preocupação das Nações pela Segurança, ao estipular os objetivos da Nações Unidas como a seguir transcrevemos:

“Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz” (UNITED NATIONS (ONU), 2001, p.2).

Esta preocupação pela Segurança fez com que o Direito Internacional tivesse várias ramificações, mas, acima de tudo, foram sendo criadas legislações para responder às várias situações, como é o caso do Direito Internacional Humanitário.

A nível da academia, o estudo das temáticas securitárias surgem como um subcampo das Relações Internacionais ou seja, não se pode falar da Segurança dissociada das Relações Internacionais, como nos diz Caroline Silva:

“Por se tratar de um subcampo das Relações Internacionais, o estudo das temáticas securitárias encontra-se inerentemente relacionado às alternâncias do contexto internacional. Isto é, assim como o momento histórico definiu a preponderância de certas ideias nas correntes de pensamento internacionalistas, como o realismo que se relacionou com o período de conflitos entre nações, o liberalismo que teve suas bases verificadas com o fim da Guerra Fria e tendo o processo de globalização se acelerado, o conceito de segurança do mesmo modo fora influenciado pelo meio” (Silva *et al.*, [s.d.], p.13)

Por outras palavras, os Estudos de Segurança Internacional encontram a sua génese nas Relações Internacionais e logo sofre as metamorfoses do contexto internacional. Nisso *jogou* muito o papel do realismo. Como afirma Alencar citando Buzan no trabalho de Tanno:

“Após a segunda Guerra Mundial a visão realista se firmou como a principal teoria da disciplina de Relações Internacionais. Este período gerava análises principalmente sobre o cenário internacional anárquico e a busca constante dos Estados de aumentarem seu poder no sistema internacional. Porém, a teoria realista não conseguiu prever o fim da Guerra Fria, e isso gerou por consequência muitas críticas e questionamentos a esta visão. Estas críticas atingiram os estudos de segurança internacional, o que incentivou a criação de novas teorias na área. Tais debates visavam definir novos significados para o conceito de segurança, que já eram utilizados nas relações internacionais. Buscavam ir além de conceitos realistas; já que o realismo associava

segurança principalmente em torno de questões militares e estratégicas (TANNO, 2003, pg. 47).

Outro elemento a ter conta é a contribuição da Escola de Copenhaga¹ na teoria da segurança: “O início de seus trabalhos vincula-se tanto ao debate académico da área dos anos 80, quanto aos anseios de repensar a inserção do continente europeu na ordem internacional no pós-Guerra Fria” (Tamo, 2003, p.48)

As políticas americanas de Ronald Reagan, aliadas à Guerra Fria, criam condições para uma reflexão sobre a nova ordem internacional e, de modo particular, a inserção do próprio continente europeu diante de toda conjuntura mundial. Aliás, a escola de Copenhaga é acusada de estar voltada para a Europa, neste caso de ser ocidentalizada. Tal se justifica pelo facto de todas as atenções e transformações estarem a ser operadas na Europa, sendo preciso repensar o mundo a partir dum contexto concreto e neste caso, como já afirmámos, através da teoria do realismo. Nisto houve, se assim podemos dizer, uma (des)construção do conceito de Segurança, olhando para três vertentes teóricas. É o que a seguir fazemos.

2. A (Des)Construção do conceito de Segurança: as três vertentes teóricas

Segundo Ana Brandão, a (des)construção do conceito da segurança move-se, sobretudo, em passar duma visão somente militar para uma visão mais abrangente:

“Tradicionalmente, o estudo sobre questões de segurança incidia sobre as dimensões político-militar e estadual. No pós-Guerra Fria, afirma-se, crescentemente, a investigação sobre as dimensões não-militar e global da segurança, num contexto de profunda mudança da sociedade internacional que estimula a reflexão sobre a segurança como conceito, como disciplina e como política. Habitados a equacionar o termo 'segurança' com 'militar', 'defesa' e 'Estado', somos hoje confrontados com realidades e com propostas teóricas que desafiam essa forma de pensar” (Brandão, 2016, p.1)

¹ A Escola de Copenhaga surgiu no Conflict and Peace Research Institute (COPRI) em 1985 na Dinamarca. Um importante escritor da Escola é Barry Buzan (1946). As principais contribuições da Escola de Copenhaga para os estudos de segurança são o conceito de securitização, os novos temas de estudo de segurança e os setores abordados no campo da segurança (DUQUE, 2009, p. 470). Conjuntura Global, Vol. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 185-195.

De facto, a ideia que existe sempre quando se fala da segurança é aliar questões militares, defesa com Estado. De tal modo esta percepção mereceu uma enorme reflexão, é necessário desconstruir para fazer-se uma construção. Aliás, o avanço da ciência deve-se a desconstrução e à construção. Nesse sentido, o conceito de segurança mereceu uma vertente tradicionalista, abrangente e crítica. Este trabalho não poderia passar-lhe por cima sem invocar estes três conceitos para a discursão da teoria de segurança. Tentaremos apresentar, a seguir, como estas três vertentes foram abordadas.

2.1.A tradicionalista

Como a própria palavra diz, tradicionalista é tudo que tem a ver com o tradicional. Aliás, afirmamos acima que os estudos de segurança foram no início e durante muito tempo como aqueles que dizem respeito a questões militares e que o Estado era a única identidade que dizia respeito todas as questões relacionadas com a segurança, pois, os militares são aquelas forças de que os Estados dispõem para garantir a segurança dos cidadãos. Cristina Montalvão Sacramento encontra na visão tradicional um ato ofensivo que coloca em causa a sobrevivência do Estado, daí que não se pode dissociar a segurança do indivíduo com a própria segurança do Estado (Sacramento, 2009, p.59). Esta constatação de Sacramento alia-se com aquilo que Alencar diz, ao afirmar que a visão tradicional nunca se dissociou dos conceitos de poder e paz, quando se faz um debate sobre os Estudos de Segurança Internacional.

“Os ESI (Estudos de Segurança Internacional) passaram por diferentes momentos e debates ao longo dos anos. O debate teórico de segurança internacional era tradicionalmente baseado em conceitos de poder e paz, principalmente nas décadas de 70 e 80. A temática de poder são análises baseadas principalmente na teoria realista, dos quais importantes autores da área são Kenneth Waltz (1924), Hans Morgenthau (1904), Redley Bull (1932), entre outros. As contribuições realistas para o debate de segurança tratam essas questões de poder como a segurança dos Estados num sistema internacional anárquico. Kenneth Waltz (1979) no livro *Theory of International Politics* aborda como é possível mensurar poder. De

acordo com Metternich (1773) e Bismarck (1815) poder era definido de acordo com as capacidades dos Estados, contudo estudos contemporâneos de políticas internacionais avançam essa definição a partir de novas condições (RUDZIT, 2005) ” (Alencar, 2015, p.188).

Era de esperar que esta vertente tradicional tivesse a influência da teoria realista, pois a teoria realista pretende ser objetiva, pragmática e empírica. Esta teoria tem como centro o Estado, que deve garantir, através das suas forças militares, a segurança. Lembremos que os Estudos de Segurança Internacional vinham para responder ao momento que se vivia que era de Guerra Fria. Daí que não pode se excluir a questão militar, poder e paz. Aliás, este binómio guerra e paz, obriga que haja uma componente militar: quando há guerra precisamos de militares para garantir a segurança. Quando há paz, precisamos de militares para manter a paz. Mas quem detém o monopólio das forças militares é sempre o Estado. Segundo Silva *et al*, citando Tamo, a vertente tradicionalista é ““A primeira proposta, consonante com as premissas teóricas realistas, defende que os estudos da área devem se restringir às questões militares e resguardar o Estado como unidade básica de análise”” (Walt, 1991) (Silva *et al.*, [s.d.], p.3).

Ana Brandão vai mais longe, citando Hobbes, o precursor da teoria de segurança, dizendo que a Segurança do indivíduo passa pela transferência de poderes para um poder coletivo superior:

“Na ‘história do realismo como um encontro histórico do medo e do perigo, com o poder e a ordem, sobressai Hobbes como precursor da ciência da segurança². No pensamento hobbesiano, a segurança do indivíduo passa pela transferência de poderes para um poder colectivo superior: o Estado soberano. Da situação anárquica, contingente e desordenada, resulta a necessidade da territorialidade do Estado soberano, constituindo-se este no legítimo detentor dos instrumentos da violência organizada” (Brandão, [s.d.],p.4)

² “A ironia, talvez mesmo a tragédia, é que ao constituir a primeira ciência da segurança, Hobbes deu um contributo singular para a eventual subversão dos fundamentos metafísicos da solidariedade” (Derian 1995, 30).

Dito isto, vejamos de que trata a vertente abrangente.

2.2.A Abrangente

A vertente tradicionalista mostrou-nos que se concebeu a segurança ligada a questões militares. Ou melhor, o Estado detinha o monopólio do poder, pelo que devia, através de militares, garantir a segurança das pessoas, sendo Hobbes da opinião que o indivíduo deve transferir o seu poder individual para o poder coletivo, isto é para as mãos do Estado. O percurso histórico levou a que se ampliasse a visão da segurança, daí que se começou a falar numa visão abrangente. A própria palavra abrangente remete-nos a situação de abarcar um pouco de tudo. De facto, como veremos adiante, o conceito de segurança sofreu várias metamorfoses para responder a um pouco de tudo. Daí que Silva et al diga que “a vertente abrangente (do inglês “widener”) sustenta que os estudos de segurança devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, económica, ambiental e societal (Buzan, 1991) ” (Silva *et al.*, [s.d.], p.3).

É um pouco esta vertente abrangente que os estudos em Segurança vão tomando hodiernamente. Para reforçar esta ideia, Silva et al acrescenta que:

“Durante a vigência das relações bipolares que marcaram o período da Guerra Fria, a segurança se baseava nas premissas da teoria realista, com uma maior centralidade em aspectos estratégicos e militares de defesa territorial. Entretanto, atrelado ao processo de globalização houve o desenvolvimento e a redefinição teórica do conceito de segurança nas relações internacionais, com sua consequente ampliação, fruto das novas ameaças que surgiram no ambiente internacional e da maior permeabilidade das fronteiras entre as nações, incluindo assim, vertentes relacionadas à segurança económica, humana, social, ambiental e coletiva (Roboredo, 2010). Deste modo, nas sessões seguintes discutir-se-á as premissas teóricas de cada nova perspectiva de segurança” (Silva *et al.*, [s.d.],p.3).

Passa-se de uma vertente tradicional para uma vertente mais abrangente. Esta vertente abrangente é representada pela escola de Copenhaga. Lembremos que a vertente

tradicional estava restrita a questões militares, duma visão realista e objetiva para uma visão mais abrangente.

Naturalmente que a vertente tradicional e a vertente abrangente mereceu crítica. É o que a seguir veremos.

2.3.A crítica

Esta vertente é representada pela escola de Frankfurt. O ponto para estes teóricos críticos é que os estudos da segurança devem ajudar na emancipação do homem. Não se deve centrar somente em questões militares mas no próprio homem, ressaltando os valores da igualdade e da liberdade. A emancipação vai tornar o homem livre e independente. Seja qual for o ponto de vista, se não se garantir a liberdade e a igualdade não se pode falar da segurança. Silva et al diz que:

“(…) a perspetiva crítica, associada aos trabalhos da Escola de Frankfurt, propõe que as pesquisas de segurança devam colaborar para a emancipação humana. Os teóricos críticos salientam que outros valores como a igualdade e a liberdade, além da segurança, devem ser priorizados pelos académicos (Booth, 1995)” (Silva *et al.*, [s.d.], p.3)

Para Monteiro é elucidativa a sua visão:

“Sem levar em conta os estudos críticos de segurança (em inglês CSS), Kolodziej apresenta dois conjuntos de escolas de pensamento: um primeiro a que ele chama de “teorias substantivas” e um segundo que denomina de “críticas sociais e metodológicas às teorias de segurança” onde a ausência dos CSS se constitui numa lacuna evidente já que o(a)s autore(a)s da escola crítica conjuntamente com as perspectiva feministas foram os que mais contribuíram para uma apreciação crítica e muitas vezes radical das teorias de segurança, aliás, o próprio Kolodziej é avaliado positivamente no estudo de Steve Smith (2005: 56) por defender um conceito mais ampliado de governança do que aquele existente à época da Guerra Fria para tratar as questões variadas de segurança assim como situá-la no contexto dos seus fundamentos sociais e políticos (Smith, 2005: 56). Ambas as

obras, a coletânea de Booth onde se encontra o capítulo de Smith e o livro de Kolodziej, foram publicados em 2005, talvez o diálogo tenha sido retomado em alguma publicação mais recente. (Monteiro, 2008, p.7)”

Esta vertente crítica mostra, mais uma vez, que o conceito de segurança mereceu várias mutações. Lembremos que a crítica, filosoficamente, significa analisar, examinar para melhorar um conceito. É verdade também, como dizia a vertente tradicionalista, que o conceito de segurança nasceu no contexto militar, ou melhor, falar da segurança era falar da guerra e paz. Logo, quando se fala tanto da guerra como de paz, necessita-se de militares para garantir a segurança. E este poder passou de indivíduos para ser delegado ao coletivo, sendo nesse caso o Estado, como confere a citação a seguir, em matéria de Segurança e Securitização, citando Sheehan:

“‘Segurança’ é um conceito socialmente construído. Ele tem um significado específico somente dentro de um contexto social particular. O significado do conceito recebido está, dessa forma, sujeito a mutações que resultam das mudanças materiais no ambiente externo [à teoria] e nos modos em que pensamos estas questões (SHEEHAN, 2005, p.43) ” (PUC-Rio - Certificação Digital N 0610356/CA, [s.d.], p.35)

Fruto destes três vertentes: tradicional, abrangente e crítica, existem vários sectores ou tipos de segurança. Vamos tentar a seguir fazer o levantamento destes tipos ou sectores de Segurança. Ao mesmo tempo, propomos a desafiar com outros tipos de segurança como a segurança religiosa, psicológica e afetiva. Corroborando, Tamo afirma que:

“estabelecida nos anos 80 e imbuída pelas preocupações teóricas que caracterizaram a época, a Escola de Copenhague visa desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente. Como já discutido anteriormente, a abordagem abrangente propõe que, nas análises de segurança, devam ser considerados, além dos aspectos

“militares, os aspectos económicos, sociais, políticos e ambientais”
(Tamo, 2003, p.50).

Para melhor aprofundar o conceito de segurança, a seguir apresento os vários tipos de segurança.

3. Tipos de Segurança

É interessante que a Segurança diz respeito a tudo na vida do ser humano. Em tudo e em todas coisas queremos sentir Segurança. Ninguém arrisca a fazer algo se não se sente seguro ou não tenha segurança. A segurança perpassa a vida do ser humano. Senão vejamos, queremos sentir segurança nos espaços que ocupamos, queremos sentir segurança nas nossas relações afetivas, queremos sentir segurança na nossa relação com Deus. A lista pode ir longa, mas o facto é que a segurança faz parte existencial do ser humano. As nossas escolhas estão condicionadas pela segurança. Pelo que ao longo da história tem-se tentado tipificar a questão da segurança. Não se pretende esgotar, mas trazer à tona alguns tipos que têm sido mais salientes ao longo deste tempo. São eles, ao nosso ver: Militar, Individual (humana), social, coletiva, económica, Societal (ou identitária) e ambiental, política, psicológica.

3.1.Militar

Não se pode dissociar a Segurança Militar da vertente tradicional. Lembremos que a vertente tradicional era influenciada pela visão realística: pensamento e ação. Dito de outra maneira, era objetiva, pragmática e empírica. Até então a Segurança era vista como militar pelo facto que o mundo era visto no binómio guerra e paz. E quem devia assegurar a segurança do povo eram os militares que estavam nas mãos do Estado. Como afirma Tamo:

“Os académicos ligados à tradição realista sustentam que as ameaças militares constituem o único objeto dos estudos de segurança. A adoção de uma perspetiva abrangente pela Escola de Copenhague não impediu, no entanto, que fosse dada grande relevância às análises do setor militar. A Escola defende, no entanto, que se dê o nome de

Estudos Estratégicos àqueles dedicados exclusivamente ao setor militar e Estudos de Segurança Internacional àqueles que utilizam abordagem abrangente (Buzan, 1991:23-25) ” (Tamo, 2003, p.62).

Esta abordagem de Buzan trazida por Tamo reforça, mais uma vez, a vertente tradicional, e que ampliação do conceito se deveu à vertente abrangente. De tal modo que o sector militar acabou dando o nome de Estudos Estratégicos para diferenciar daquele que usa vertente abrangente, que ficou conhecida como Estudos de Segurança Internacional. Esta colocação traz à tona o discurso de sempre, a Segurança foi vista de ponto de vista militar com o objetivo de responder as ameaças.

3.2.Individual/Humana

Mais do que nunca, este tema da segurança humana é um tema candente e atual. Pois o direito à segurança humana passou a ser fundamental. O mundo tem-se desdobrado em garantir a segurança humana. Aliás, o tema visa ao final abordar esta temática da Segurança Humana. E as Nações Unidas têm sido pioneiras e contundentes nesta temática. Não é por acaso que Silva *et al* afirma, citando Roboredo:

“O termo segurança humana foi oficializado em relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD 1994), em que incentivava uma transição concetual do termo “segurança nuclear” (equivalente à militar) para “segurança humana”. Esta mudança ocorreria através da modificação do foco da segurança territorial para a segurança da população, e da segurança através de armamento para uma voltada ao desenvolvimento sustentável (Roboredo, 2010)” (Silva *et al.*, [s.d.], p.4).

O mesmo Silva *et al* agrupa a segurança humana em sete categorias. Estas categorias visam garantir o necessário para o ser humano. Lembremos que a etimologia de segurança nos mostrou que segurança significa livrar o homem das preocupações, ou por outra é uma cura. Uma pessoa curada é aquela que está tranquila no corpo e no espírito. E esta tranquilidade só é possível quando se garante o básico e o necessário para o ser humano. Não se pode ter segurança se não se tem saúde, alimento, etc.

Aliás, não se pode confundir o índice de desenvolvimento económico com o índice de desenvolvimento humano. O relatório das Nações Unidas sobre desenvolvimento humano mostra-nos várias vezes que desenvolvimento económico não é o mesmo que desenvolvimento humano, pois desenvolvimento humano significa garantir o básico ao ser humano. Todavia sobre esta temática iremos tratar mais adiante. Por agora vejamos as categorias:

“A segurança humana pode ser agrupada em sete categorias, a saber: (a) a segurança económica, que diz respeito à garantia de rendimento básico, fruto de trabalho produtivo ou segurança social pública; (b) a segurança alimentar, que concerne à garantia ao acesso, físico e económico, aos alimentos básicos; (c) a segurança da saúde, realizada através da proteção contra doenças e estilos de vida que não sejam saudáveis; (d) a segurança ambiental, com fins na garantia da sustentabilidade de recursos naturais, por meio da não deterioração ambiental e proteção das pessoas contra devastações; (e) a segurança pessoal, realizada por meio da proteção contra violência física, seja esta realizada pelo Estado (tortura), por guerras, por tensões étnicas, pela criminalidade, por violência doméstica contra a mulher ou maus tratos infantis, ou pelo suicídio; (f) a segurança da comunidade, que objetiva a garantia de participação em grupos da sociedade, protegendo as pessoas da perda de valores e da violência étnica; (g) a segurança política, que visa a garantia de direitos humanos básicos e liberdades pessoais (PNUD, 1994:25-38). Em suma, a segurança humana busca prover a população de cuidados básicos, relacionados ao seu desenvolvimento e bem-estar, responsabilizando o Estado pela promoção da segurança da população” (Silva *et al.*, [s.d.], p.4)

Este conceito de segurança humana visa contrapor a vertente tradicional que centrava tudo no Estado. Este conceito visa centrar as políticas de segurança no indivíduo, como forma de garantir os direitos elementares para o indivíduo.

3.3.Coletiva

A era moderna é caracterizada por uma discursão acesa da teoria do Estado. Neste debate não se pode colocar de lado alguns contratualistas que tiveram como representantes Thomas Hobbes e seguido por John Locke e Jean Jacques Rosseau, entre outros. Hobbes advogava que o ser humano era caracterizado por dois estados: Estado natural e estado Social. O estado natural é aquele em que o homem pode tudo, pois, para Hobbes, o homem é mau por natureza. Aliás, Hobbes, acabou sendo conhecido com a sua expressão famosa, segundo a qual o homem é o lobo do próprio homem, pois este possui o poder de violência ilimitada. É na sequência disso que Hobbes, a exemplo dos outros contratualistas, propõe o contrato social com o Estado. Dito de outra maneira, seria uma espécie de alienação da liberdade do homem em detrimento do Estado. Na verdade, seria delegar a sua segurança no Estado. O homem contrata o Estado para lhe garantir segurança. Portanto, Hobbes propõe que a segurança do cidadão seja garantida pelo Estado, pois este detém o seu monopólio. Neste sentido, o homem passa do Estado natural (homem-homem) para o Estado social (Estado-Sociedade). Este é o ponto de partida para entender a segurança coletiva e cooperativa, pois, este conceito de Segurança foi-se ampliando de tal modo que o homem não deposita somente a sua segurança no seu Estado, como também a nível da comunidade internacional, isto é, associando vários países com um objetivo comum que é defender a segurança. É neste âmbito que a segurança deixa de ser somente uma questão de um Estado, mas passa a ser regional e, grosso modo, também universal. Estão bem presente entre nós agrupamentos de países regionais, inter-regionais e universais para assegurar a segurança das pessoas. Aliás, o tema que propusemos tratar, de ingerência humanitária e a responsabilidade de proteger é uma tentativa de delegar a segurança em agrupamentos de países para intervir em caso de o próprio Estado não garantir esta segurança. Silva et al estabelece uma diferenciação entre segurança coletiva e cooperativa, pois enquanto coletiva serve para prevenir os conflitos, a cooperativa visa resolver os conflitos. Mas, deixemos que seja ela a explicar-nos:

“Os conceitos de segurança cooperativa e coletiva possuem uma ténue diferenciação, pois enquanto o primeiro se propõe a prevenir os conflitos, o segundo foca na resolução destes. De forma geral, ambos buscam a participação ativa e colaborativa dos atores principais para fornecer respostas coletivas na comunidade internacional”(Silva *et al.*, [s.d.], p. 6)

A mesma autora a seguir dá-nos exemplos concretos da Segurança coletiva e cooperativa, a saber:

“Na segurança cooperativa busca-se atenuar conflitos impostos pelo dilema de segurança, através da adoção de medidas preventivas para redução não só de ameaças militares, como controle de armamento e transparência militar, mas também em relação as instituições democráticas e cooperação científica ou tecnológica. Já a segurança coletiva é formada pela associação de países, que formam uma entidade supra-estatal que centraliza a força e objetiva fornecer respostas multilaterais a problemas de segurança visando a paz comum. A ONU é o principal exemplo de uma entidade de segurança coletiva (Escorrega, 2009; Roboredo, 2010)” (Silva *et al.*, [s.d.], p.6)

3.4.Económica

O setor económico mereceu desde muito cedo um destaque nos debates, pois um Estado, para poder ter estabilidade, precisa de um sector económico robusto. Aqui trava-se uma guerra entre os liberais e os mercantilistas. O historiador Fukuyama chegou a afirmar que com o advento do capitalismo e da democracia, estávamos no fim da história. Ou melhor, o mundo tende a ser capitalista e democrático. Não é por acaso que caíram os blocos socialistas. De facto, a Guerra Fria trouxe a queda do socialismo, dando lugar ao capitalismo liberal. Oíçamos o que nos diz Forigo no seu trabalho intitulado a tese de Francis Fukuyama acerca da história e a ditadura militar brasileira:

“Fukuyama afirma, se amparando principalmente no pensamento hegeliano, que a história havia chegado ao seu fim; que a humanidade,

no final do século XX, teria atingido o auge de sua evolução com a superação das contradições existentes e personificadas na Guerra Fria. Com a queda dos regimes socialistas do hemisfério Norte, restava apenas uma única ideologia, um único e vitorioso regime, a democracia liberal”.

É importante reter que este discurso do fim da história como o marco económico já tinha sido abordado por Hegel e posteriormente por Marx. Este setor económico tem como foco a economia, enquanto Marx apregoava o fim do capitalismo, Fukuyama apregoa o apogeu do capitalismo. Aliás, hoje quando se fala de riscos globais e suas interconexões, o primeiro risco a ter em conta é o risco económico. São os riscos económicos: crises fiscais, desemprego e subemprego, falta de mecanismos de equilíbrio financeiro do Estado ou das instituições financeiras, crises de liquidez, falta de infraestruturas críticas (escolas, hospitais, etc.), importâncias do dólar norte-americano, choque de processos de petróleo. Este discurso leva-nos à definição das ameaças económicas, como nos diz Tamo:

“De acordo com esta definição, seriam ameaças aquelas dirigidas aos setores económicos que garantem a sobrevivência física do Estado (provisão de materiais estratégicos e indústrias de base) e que são fundamentais no esforço de guerra” (Tamo, 2003, p.66)

E não é por acaso que a definição do objeto depende da ideologia, dito de outra maneira, os sistemas políticos definem o objeto do setor da economia. A perceção que os estados democráticos têm deste setor é diferente da perceção dos Estados democráticos capitalistas.

“Nesse setor, a definição do objeto de referência no campo da segurança variará de acordo com a posição ideológica. Mercantilistas sustentarão que o Estado é principal objeto do setor, e liberais defenderão que esse lugar é ocupado pelas regras que garantem o bom funcionamento dos mercados” (Tamo, 2003, p.66)

3.5.Societal (ou identitária)

O Setor Societal ou identitário vem reafirmar a identidade do indivíduo. Não se pode confundir o indivíduo com sociedade. O indivíduo representa uma particularidade e a sociedade é o conjunto de todas as pessoas. Esta, também, tem sido uma grande ameaça ao mundo atual, pois há uma certa tendência de massificação, matando o indivíduo em detrimento da sociedade. Tem havido muito insurgimento neste aspeto, por, entender-se que se deve compreender e respeitar o indivíduo. Este discurso pode ajudar-nos a perceber e a aceitar as escolhas. No mundo de hoje têm aparecido movimentos que reivindicam a sua identidade. O não respeito desta ou daquela identidade pode resvalar em conflitos. Este conceito societal deve-se a escola de Copenhaga, como nos diz Tamo:

“O setor societal foi introduzido pela Escola de Copenhague no livro *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver et alii, 1993). Neste, afirma-se que a definição das ameaças a esse setor varia como entendimento de sociedade utilizado. Os pesquisadores da Escola asseveram que a sociedade é mais do que as somas das partes, mas não pode ser reduzida ao indivíduo porque depende da existência de identidade coletiva. Existe, no entanto, uma distinção ontológica entre Estado e sociedade que permite que esta possa reproduzir-se de forma autónoma” (Tamo, 2003, p.64-65)

Tentando traduzir o pensamento de Tamo podemos afirmar que acrescenta à propósitos dos objetivos da segurança societal que um deles é proteger e respeitar grupos sociais com alguma característica identitária. Não precisamos de ir longe, o mundo revoltou-se, agora, com as medidas que o atual Presidente Norte-Americano, Donald Trump, tinha tomado de expulsar os muçulmanos. Foi visto como uma ameaça societal.

“Para Tamo (2003), a Escola de Copenhague defende que a sociedade é mais do que a soma das partes, mas também não pode ser reduzida ao indivíduo porque dependeria da existência de uma identidade coletiva, que no sistema internacional se traduz em clãs, nações,

civilizações e religiões, e assim, a ameaça societal existiria quando uma dessas identidades está em “perigo”, como por exemplo, em tensões relativas à migração e intolerância religiosa. Deste modo, a segurança societal tem como objetivo a proteção de grupos sociais, com alguma característica identitária, diferente da segurança do Estado (soberania). Assim, como defende Escorrega (2009): ‘Permite compreender os novos conflitos intra-estatais onde não existe correspondência entre o Estado e a nação. Estes conflitos por vezes transpõem a fronteira Estatal, transformando-se em conflitos regionais e/ou internacionais’” (Silva *et al.*, [s.d.], p.4)

3.6.Ambiental

Os problemas climatéricos ou os riscos ambientais têm levado hoje o mundo, mais do que nunca, a refletir sobre esta problemática. Neste âmbito, do ponto de vista ético, muitos autores têm vindo a refletir sobre os desastres que têm acontecido na natureza provocados pelo homem. Uma das referências neste campo da ética é Hans Jonas, com o seu princípio de responsabilidade enunciado pelo seu imperativo categórico:

“‘Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra’. Com tal imperativo ético Hans Jonas busca argumentar a tese do controle aos abusos que a técnica tem a possibilidade de realizar, pretendendo nortear o agir humano para o caminho de um progresso responsável” (Nodari, [s.d.], p.1). Com este princípio de responsabilidade de Hans Jonas desembocamos no conceito de desenvolvimento sustentável que mais adiante iremos debater, mas sempre na perspetiva de pensar no amanhã, ou dito de outra maneira, tudo o que fazemos hoje terá influências na vida da sociedade amanhã.

É neste contexto que deve ser percebido o sector ambiental, como aquele que tem atraído mais atenção nestes últimos anos derivados das ameaças ao meio ambiente. Segundo Tamo, foram identificados dois problemas neste sector, a saber:

“Dois problemas podem ser identificados nesse setor: em primeiro lugar, as ameaças ao meio ambiente não são intencionais e, em segundo lugar, ainda há grande incerteza sobre quais estruturas políticas serão produzidas pelas questões ambientais (Buzan,1991:132; Wæver et alii, 1998:71).Até agora, essas estruturas se têm revelado heterogêneas, incluindo desde movimentos sociais, comunidades epistêmicas até organizações internacionais e importantes organizações não-governamentais, como o Greenpeace e o World Watch Institute. Todas vêm tentando securitizar questões no setor ambiental” (Tamo, 2003, p.68)

Diga-se que o sector ambiental tem merecido atenção de todos, mas sobretudo de movimentos sociais que se tem levantado contra as políticas produzidas pelos Estados que visam destruir o planeta.

Mas já que as ameaças ambientais são casos identificados e concretos estas tendem a ser tratadas localmente, permitindo dar uma resposta a uma situação concreta. Isto não exclui, porém, a intervenção externa, dependendo da dimensão e da magnitude do problema.

“Em relação ao potencial de regionalização das ameaças ambientais, os autores de Copenhague sustentam que neste setor as questões tendem a ser tratadas no nível local, mesmo que afetem todo o mundo. O nível de regionalização de um conflito deverá ser, portanto, decidido localmente. Assim, a despeito das tentativas de securitização serem feitas no nível global, elas tenderão a ser bem-sucedidas somente no nível local” (Tamo, 2003, p.69)

3.7. Política

O setor político, a par de setor económico, pode-se dizer que são gémeos. Esta palavra emprestada da biologia significa que são setores alinhados. As políticas pressupõem, também, ameaças militares. Dito de outra maneira, o setor político é a ideologia do setor militar. Daí que a política esteja assente num Estado. E é o Estado, através do seu governo que decide as questões políticas. Deste ponto de vista, pode-se dizer que este setor é refém do regime. O setor é condicionado pelo regime. E por sua

vez este sector vai influenciar todos setores e de modo particular o setor militar. Vejamos o que nos diz Tamo:

“Ameaças políticas podem ser classificadas como estruturais e intencionais. Estas são verificadas na recusa de um país em reconhecer a legitimidade de um Estado/governo estrangeiro ou na rejeição do governo por um grupo doméstico; aquelas derivam de contradições entre os princípios organizacionais dos Estados. Ameaças estruturais originam-se, portanto, de conflitos entre princípios como liberalismo, comunismo, capitalismo, autodeterminação, democracia, etc” (Tamo, 2003, p.63).

A opção que o Estado toma, através do seu governo, determina as ameaças políticas. Qualquer das escolhas tem a sua implicação. As ameaças políticas podem ser englobadas como ameaças geopolíticas: falta de governação global, comparação e colapso de Estado, conflito intraestatais, armas de destruição maciça, o terrorismo, em todas as suas formas, as várias formas de criminalidade organizada (tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, o contrabando de pessoas, a criminalidade económica, tráfico de armas, pornografia infantil, crimes violentos, etc). A definição da escola de Copenhaga ajuda-nos a perceber as ameaças políticas:

“A Escola de Copenhague define que ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado. Para tanto, podem atingir um ou mais dos seus três componentes: as ideias de Estado, a sua base física e suas instituições (Buzan, 1991:96). Em geral, as ameaças políticas dirigem-se à soberania do Estado e podem tomar a forma de pressões para adoção de determinadas políticas, pedidos de substituição do governo e incentivos à secessão” (Tamo, 2003, p.63)

Neste setor, como dissemos acima, os que garantem a segurança são instituições bem identificadas, neste caso, o primeiro de todos é o Estado, através das instituições governamentais, sem incluir a intervenção de outras identidades internacionais, caso concreto das Nações Unidas, se portanto o próprio Estado-Nação não garantir a

segurança dos cidadãos. Aliás, o nosso tema de ingerência humanitária e Responsabilidade de proteger visa mostrar que o primeiro e principal responsável pela segurança dos cidadãos no Estado são os próprios Estados. Mas caso este não garanta a segurança, outros organismos podem e devem intervir para salvaguardar um dos direitos fundamentais do ser humano, que é o direito a vida. Vale a pena ter em conta o que Tamo nos diz:

“Sobre os atores securitizadores deste setor, a Escola afirma que, em geral, eles estão bem definidos. Em sua maioria, trata-se de atores governamentais. Mas outros atores como as Nações Unidas também poderão identificar ameaças políticas ao sistema internacional ou à sociedade internacional” (Tamo, 2003, p.64)

3.8.Psicológica

Na introdução sobre a etimologia e a própria definição da segurança escrevemos que o ser humano precisa de encontrar segurança em tudo o que faz. A segurança psicológica é fundamental para qualquer sucesso. Admito que a primeira ameaça do ser humano é ele próprio. Se não temos estabilidade psicológica tudo a nossa volta torna-se complicado. A segurança psicológica liga-se a consciência psicológica. Consciência psicológica é a capacidade que cada indivíduo tem de perceber os fenómenos psicológicos e somáticos (biológicos) como “seus”. A segurança cria dentro de nós um valor nobre que se chama a liberdade. De facto sentir-se em algum momento da vida inseguro é normal. Mas, quando essa segurança se torna obsessiva, é doença. Seja qual for o lugar, as pessoas necessitam duma segurança psicológica. Se é verdade que esta segurança é uma conquista e luta do próprio indivíduo, também não é menos verdade que esta segurança pode ser influenciada pelo meio. Por isso, o Estado e a sociedade, todos em conjunto são chamados a contribuir para que o ser humano sinta segurança. Moutinho afirma que esta segurança psicológica tem-se revelado fundamental em qualquer setor. Pois a falta de segurança psicológica gera insegurança, o que pode inibir o indivíduo, atrofiando, deste modo, o próprio indivíduo pelo medo de cometer erros.

“Entende Vogus, Sutcliffe, & Weick (2010, cit. por Cunha, et al., 2013) —A segurança psicológica tem-se revelado necessária para a criação de culturas de melhoria — graças, em parte, à criação de uma linguagem facilitadora da aprendizagem. No contexto médico, por exemplo, os termos ameaçadores (—investigações, —erros) acabam por ser substituídos por outros psicologicamente neutros (—acidentes, —análises). Diferentemente, em equipas deficitárias em segurança psicológica, as pessoas inibem-se de arriscar e de tentar novos modos de trabalhar — pois têm medo de cometer erros e serem, por isso, penalizadas. Quando cometem erros, ocultam-nos — o que impede os outros de aprenderem e evitarem essa mesmas falhas” (Moutinho, 2015)

4. Segurança, Globalização: Risco e ameaça

Se é verdade que dizemos que a grande preocupação da Nações Unidas é a Segurança, então não é menos verdade que esta preocupação se deve as várias ameaças que o mundo está a viver. Xavier *et al*, no seu trabalho sobre as Nações Unidas, dizem-nos o seguinte:

“De facto, uma das áreas de maior relevância de atuação das Nações prende-se com a manutenção da Paz, com o número de operações de prevenção e resolução de conflitos conduzidos pela Organização a aumentarem progressivamente ao longo dos anos como forma de lutar e prevenir as ameaças paz e à segurança internacionais” (ONU, 1945,p. 87).

Isto leva-nos a crer que o mundo vive ameaças. Vejamos o que diz o Tenente – Coronel Escorrega, falando da definição que as Nações Unidas usam para falarem do conceito de Ameaça: “qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou redução maciça das expectativas de vida e que enfraqueça o papel do Estado como unidade básica do sistema internacional’. Este conceito permite a inclusão das ameaças consideradas não tradicionais à segurança, com implicações graves, como é o caso do flagelo da SIDA ou de catástrofes naturais e reafirma a centralidade da organização política ‘Estado’ – com as suas características e

responsabilidades – no âmbito do sistema internacional” (Escorrega, 2009). De facto, a ameaça é tudo aquilo que provoca em baixa ou larga escala a diminuição da probabilidade de vida de Estado. É índice de fragilidade de um Estado. É preciso trazer bem presente que o nosso tema é a Ingerência Humanitária e a Responsabilidade de Proteger. Hoje, mais do que nunca, a segurança humana constitui um grande desafio aos Estados perante as ameaças. Hoje quase todos Estados, devido a Globalização, sofrem ameaças que, em algum momento, tornam o Estado frágil e impotente. Mas adiante, que também é nosso propósito, falaremos de todo o discurso do Direito Internacional Humanitário.

Decidimos trazer estes dois termos, segurança e globalização, para finalizar este capítulo de segurança por achar que são sempre termos associados. Se é verdade que a globalização diz respeito a uma integração entre países e pessoas de todo mundo, não é novidade que se usam termos associados, como mundialização, e já agora, a interculturalidade. Vamos por partes. A globalização teve início com as grandes Navegações e descobertas marítimas. O século XVI é aquele que marcou a história como o grande momento das descobertas e conquistas. Lembremos que foi neste século que houve a controvérsia de Valladolid sobre a licitude ou não da Guerra. A Universidade de Salamanca foi fértil em discursos sobre o direito internacional, sobretudo o direito à guerra, a chamada Guerra Justa. Está registado na história a questão dos índios na propalada controvérsia de Valladolid, que opunha, por um lado Bartolomeu de Las Casas, como o grande defensor dos índios, dos direitos dos índios e por outro lado, Sepúlveda, que defendia que os índios não tinham nenhum direito porque não eram pessoas. A questão era saber se os índios eram pessoas ou não. Como afirma Júnior no seu trabalho intitulado “A Polémica Indigenista entre Las Casas e Sepúlveda:

“O debate ocorreu em 1550 no convento de São Gregório, em Valladolid, e foi presidido por um enviado do Papa Júlio III, o Cardeal Roncieri. A discussão foi instituída para tratar da legitimidade das conquistas espanholas que vinham sendo feitas no Novo Mundo, da licitude da guerra contra os povos nativos e das possibilidades de se resolver o impasse quanto à natureza dos índios americanos, buscando

responder a questões melindrosas, como: “Os índios são realmente homens completos e verdadeiros? São criaturas de Deus? Têm alma? Descendem de Adão? São seres livres ou escravos naturais? São de uma classe inferior? São os índios súditos do Império do Diabo?”(Júnior e Ribeiro, 2011, P.102)

Pelo que, depois de varias sessões, Las Cas lembrou-se que o mestre Aristóteles tinha dito que o homem é aquele que tem alma e quem tem alma ri. Nisso, Las Cas mandou entrar, um índio na sala onde decorreria o debate. Este, com frio e medo, começou a rir. E Las Cas levantou e disse, Aristóteles disse: quem tem alma ri e quem ri é pessoa e logo, o índio é pessoa. A exposição dessa passagem aparece a propósito do discurso do direito internacional, pois havia a questão das descobertas *versus* invasões. E o ponto era saber o que podia legitimar uma invasão, melhor dito, como legitimar as incursões dos invasores. Nisso, a Universidade de Salamanca tomou a dianteira com o *Ius*, ou seja, era preciso dar um cunho legal às invasões. Estas invasões estiveram ligadas ao Cristianismo. Em nome da fé foram invadidos muitos Países. Neste período começam guerras socorrendo-se do Direito:

- *Ius Inventionis* (Direito à descoberta)
- *Ius Predicandi evangelium* (Direito de pregação do Evangelho)
- *Ius Correctio* Fraterna (Direito à correção fraterna)
- *Ius Ad Bellum* (Direito a guerra)

Ora esta abordagem é a propósito que a globalização teve o seu processo neste século, exatamente por causa das grandes navegações e, acima de tudo, das descobertas marítimas. É neste processo que há interação de vários povos e de vários países onde há troca de ideias, de transações financeiras e comerciais. Vale a pena reter as várias definições sobre a Globalização:

1. “Propomos que a palavra designe o alargamento a todo o planeta:

- de um modo de produção (o capitalismo, na sua fase de capitalismo financeiro);
- de uma ideologia e de uma forma de governo (o neoliberalismo);

- da dominação cultural, comercial e, se necessário, militar, pelos países ocidentais. (Academia Sindical Europeia/ASE, 2004)

2.A globalização é um fenómeno complexo de muitas repercussões. Não é, por conseguinte, surpreendente que o termo “globalização” tenha adquirido numerosas conotações emocionais (...). No limite ela é considerada como uma força irresistível e benéfica que trará a prosperidade económica a todos os habitantes do mundo. No outro extremo, vê-se nela a fonte de todos os males contemporâneos. (Comissão Mundial sobre a dimensão Social da Globalização)

3.É uma força condutora central por trás das rápidas mudanças sociais, políticas e económicas que estão a remodelar as sociedades modernas e a ordem mundial (David Held/1999)

4.O conceito de Globalização implica primeiro e acima de tudo um alongamento das atividades sociais, políticas e económicas, através de fronteiras, de tal modo que acontecimentos, decisões e atividades numa região do mundo podem ter significado para indivíduos e atividades em regiões distintas do globo (David Held/1999)

5.Falar da mundialização é evocar a dominação de um sistema económico, o capitalismo, sobre o espaço mundial. (...) A mundialização é também, e sobretudo, um processo de contornar, atenuar e, por fim, dismantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial (Jacques Adda/1996)

6.Fundamentalmente é a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos de transportes e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas. (Joseph Stiglitz/2004)

7.A Globalização pode definir-se como um processo social através do qual diminuem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais, e em que os indivíduos se consciencializam cada vez mais dessa redução. (Malcom Waters/1999)

8.Podemos definir a globalização como um processo que tem conduzido ao condicionamento crescente das políticas económicas nacionais pela esfera mega económica, ao mesmo tempo que se adensam as relações de interdependência, dominação e dependência entre os atores internacionais e nacionais, incluindo os próprios

governos nacionais que procuram pôr em prática as suas estratégias no mercado global. (Mário Murteira/2003)

9.A Globalização é simplesmente uma versão atual do colonialismo (Martin Kohr/citado em BONAGLIA 2006) ” (Campos e Canavezes, 2007, pp.13-14).

Das várias definições acima, podemos concluir que a Globalização é um processo que visa o alargamento de todo o planeta das relações políticas, sociais, culturais e económicas. Não é por acaso que todos os países do mundo tendem a ser democráticos mas acima de tudo capitalistas. Aliás, é através destas duas esferas (capitalismo e democracia) que se processa a globalização. Por um lado, significa que a Globalização não tem fronteiras, ocorre em todas as esferas do mundo. Mas, por outro lado todos nós estamos dentro da esfera da globalização. A globalização impõe-se a nós. Como dizíamos, esta palavra Globalização é hoje sinónimo de mundialização. Bosco, na tese, para a obtenção do grau do doutoramento, intitulada *Por uma Teoria Social Cosmopolita: Modernização, Mundialização/Globalização e Entendimento* faz a seguinte distinção, entre a Globalização e a Mundialização:

“A Globalização diz então respeito a uma complexificação crescente das formas de integração no interior da sociedade mundial. Isso significa que, na tentativa de lidar com essa complexidade, diferenciações conceituais são bem-vindas.” Por isso, adota-se no presente estudo a diferenciação entre globalização e mundialização, elaborada por Renato Ortiz (2003, Cap. I).

Assim, a globalização remete para processos globais de integração funcional nas esferas do mercado e do Estado. O tempo da globalização é o tempo da tecnologia e dos procedimentos técnicos e burocráticos uniformizados. A mundialização refere-se à diversidade de visões de mundo que coexistem, à particularidade local ou nacional de expressões culturais que se entrelaçam na história. Enquanto entrelaçamento, fala-se de aspetos culturais mundialmente comuns, compartilhados. Mas nem por isso a mundialização sugere homogeneização: diferentemente da globalização, que é funcional, o que é culturalmente compartilhado assume expressão no contexto particular de relações sociais efetivas e da auto compreensão cultural de si no mundo.

O tempo da mundialização é o tempo da vida, dos costumes, da ética, em suma, da continuidade e da descontinuidade dos padrões da reprodução cultural, das formas de socialização e da integração social”. (Bosco, 2016, p.16). Desta diferenciação podemos perceber que a mundialização não supõe nada de novo. Enquanto a globalização é funcional. Isto vem a propósito do nosso tema, Ingerência Humanitária no Contexto da Regulamentação Jurídica da Guerra Quer dizer que a Globalização é sempre um desafio e em algum momento apresenta-se como uma ameaça. De modo, que para podermos responder a estes desafios e ameaças precisamos de segurança.

Nossa posição é a de que não podemos ficar indiferentes à Globalização, pois querendo como não ela convive connosco todos os dias. Sendo que, por um lado, tem coisas positivas, mas, por outro lado, obriga-nos a repensar a Segurança já que a Globalização pressupõe migrações que alteram a Cosmopolítica.

Sumula do primeiro capítulo – Fundamentação do Direito Humanitário

Debruçamo-nos neste capítulo sobre a Segurança desde a sua etimologia, passando pelas suas vertentes, sem esquecer a ampliação, até desaguar na Globalização: Risco e Ameaça. Percebe-se que a Segurança além do facto ser direito fundamental é uma questão existencial do Ser Humano. É uma preocupação recorrente de o ser humano se sentir seguro, daí que possamos dizer que a Segurança pode ser objectiva ou subjectiva. Objectiva é aquilo que é na realidade a Segurança. Aqui, podemos recorrer ao termo verdade, que significa coincidência do pensamento com a realidade e, por analogia, Segurança objectiva é a verdade. Enquanto a Segurança Subjetiva é a percepção ou o sentimento que cada um tem da Segurança que pode não coincidir com a realidade. Há uma tendência para que segurança seja vista como Subjetiva, ou melhor, como sentimento, pois, quando dizemos juntamente com São Tomás de Aquino que Segurança é a ausência de preocupação, no fundo estamos olhar esta experiência a partir do sujeito. Ademais, parece a experiência que cada um vivencia na sua vida contribui grandemente para a segurança ou insegurança. Quem viveu num lugar objetivamente inseguro é natural que vezes sem conta se sinta inseguro. Esta ilustração prova, que não por acaso, que o conceito de Segurança mereceu grande destaque, sobretudo nos anos 80 ao mudar, desconstruir ou ampliar este conceito. Sabemos que até então o conceito de Segurança estava ligado a questão militares, a tal vertente tradicional, e só nos anos 80, e sobretudo com a Escola de Copenhaga se ampliou ou se tornou um conceito mais abrangente, não se limitando somente a questão militares, mas a todas áreas e setores possíveis. E é fruto desta ampliação a Segurança Humana e ambiental que mais à frente merecerão um debate mais aprofundado. Não podemos olhar à Segurança duma maneira isolada; ela deve ser vista de um todo global e, quando dizemos todo global estamos a dizer que a Segurança deve ser vista no contexto da Globalização. Nisso apercebemos que, mais do que nunca, a Segurança é um conceito repensado face aos vários desafios típicos da Globalização, como são os casos das ameaças e dos riscos. E, diante disso, a Segurança terá de encontrar uma resposta adequada e consentânea aos riscos e ameaças. É este contexto ampliação de segurança que deve ser percebido o Direito ou Dever de Ingerência Humana que a seguir tratamos.

Capítulo II – Direito ou Dever da Ingerência Humanitária

1.Compulsando sobre a teoria do Direito Internacional

Não se pode dissociar Direito Internacional da abordagem da segurança que fizemos no primeiro capítulo. Aliás, como vimos a nível da academia, a teoria de Segurança é um subcampo das relações Internacionais ou, noutra perspectiva, não se pode falar da Segurança dissociada das relações internacionais. Se assim for, podemos dizer que a segurança está integrada dentro das Relações Internacionais ou, melhor dito, é um subcampo das relações Internacionais. Disto resulta que tanto as Relações Internacionais como o Direito internacional têm em comum o termo Internacional. Pelo que faz sentido que neste capítulo, antes de discorrer sobre o direito ou dever da Intervenção ou Ingerência humanitária, nos debrucemos sobre a teoria do direito Internacional. Pois ambos, Relações internacionais e Direito internacional nasceram ou tiveram o seu apogeu ao final da Primeira Guerra Mundial. Pelo que, no dizer de Ana Lúcia Guedes, as Relações Internacionais se diferenciam do Direito Internacional pelo facto de elas serem positivistas, enquanto o direito Internacional é normativo. Mas o objeto é sempre o mesmo, no Estado ou melhor, as relações entre os Estados (Guedes, 2001). Esta nota serve para falarmos a seguir do Direito Internacional.

O nosso ponto de partida é perceber que estamos diante da matéria do Direito Internacional, pelo que antes de devagar, urge fazer um esclarecimento na definição do Direito Internacional e, entre as várias existentes, tomamos a de Jorge Bacelar Gouveia, no seu livro *Manual de Direito Internacional Público*, que passamos a citar: “sistema de princípios e normas, de natureza jurídica, que disciplinam os membros da sociedade internacional, ao agirem numa posição jurídico-pública, no âmbito das suas relações internacionais” (Gouveia, 2013, p. 34).

Esta definição remete-nos, naturalmente, a toda uma discussão do conceito do Direito internacional, pois, se durante muito tempo se pensou que o direito internacional era um ramo jurídico que disciplinava as relações entre os estados, só posteriormente a definição, na visão do mesmo autor, foi mais abrangente, visto como setor jurídico regulador dos sujeitos da sociedade internacional (Gouveia, 2013, p.30). Aliás, como diz Baptista, em seu livro *O poder Público Bélico em Direito*

Internacional: “em Direito Internacional Público, considera-se que o termo público deve ser reservado para denominar situações e figuras próprias da Comunidade Internacional e cabem a cada um dos Estados individualmente ou agrupados restritamente” (Baptista, 2003, p.28). Gouveia e Baptista dão a entender que o Direito Internacional já não é visto como um conceito ou ramo jurídico que visa somente disciplinar as relações entre os Estados, mas todas figuras e sujeitos da comunidade internacional.

Corroborando este entendimento, Guerra no seu livro intitulado *Direito Internacional Público* afirma: “o Direito Internacional procura estabelecer uma normatização das várias situações que se manifestam em sociedade internacional transformando-se em verdadeiro ‘Direito Constitucional Internacional’” (Guerra, 2007, p.11) . De facto, fazendo jus ao que Guerra diz o Direito acaba sendo uma constituição, ou melhor dito, uma lei mãe que regula as relações em sociedades internacionais. O nosso tema de ingerência humanitária ou responsabilidade de proteger encontra as suas bases nesta constituição, pois, se esta não existisse seria na verdade uma ingerência à soberania do Estado. Todos os Estados são e devem ser soberanos, porém, esta soberania não implica violar os direitos humanos. Como lembra Gouveia, há quem proponha a expressão Direito das Gentes ou Direito dos povos.

A soberania implica respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos e, quando estes direitos não são respeitados deve-se acionar outros mecanismos para que sejam respeitados, tendo em conta o Direito da Constituição Internacional. Guerra reforça esta ideia, dizendo que “a ideia de pessoa ou sujeito de direito é a de todo o ente que possui direitos e obrigações perante determinada ordem jurídica” (Guerra, 2007, p.12). E de algum modo, esta ideia reforça-se após a Segunda Guerra Mundial; pode-se dizer que houve a universalização do Direito Internacional Público, já que antes, com a colonização, só a metrópole tinha acesso à Sociedade Internacional.

É justo, também, afirmar que a terminologia Direito internacional Público tem a sua raiz na proposta, feita há muito tempo, pelo filósofo britânico Jeremy Bentham, que publicou em 1780 um livro, sob o título *An introduction to the principles of Moral and Legislation*, contendo a expressão *Internacional Law*, em oposição a *National*

Law ou *Municipal Law* (Gouveia, 2013, p.39). Do exposto resulta que o Direito Internacional, ao longo da história, se desdobrou em vários ramos para estudar e responder às situações concretas conforme as necessidades, visando responder às preocupações de tipo material ou funcional. Pelo que a seguir se apresentam os vários ramos do Direito Internacional Público, a saber:

- “O Direito Internacional dos Direitos do Homem: o capítulo jurídico-internacional que procede ao reconhecimento dos direitos do homem, nos seus diversos níveis, e que estabelece as condições objetivas que permitem a fiscalização do seu acatamento por parte dos estados,
- O Direito Internacional Humanitário: o capítulo jurídico-internacional que, durante os conflitos armados, impõe as regras aplicáveis à proteção das pessoas na vigência dessas situações de crise,
- O Direito Internacional das Organizações Internacionais: o capítulo jurídico-internacional das organizações internacionais, a organização e o funcionamento das organizações internacionais, bem como regula as relações que mantém com outros sujeitos internacionais,
- O Direito Internacional dos Conflitos Armados: o capítulo do Direito internacional que define as relações jurídicas em situação de guerra, internacional reconhecida e de acordo com inúmeras limitações, formais e substanciais, que condicionam o seu legítimo.
- O Direito Internacional Fiscal: o capítulo jurídico-internacional que, perante questões jurídico-fiscais conexas com os diversos Direitos fiscais internos, procede à escolha das leis fiscais aplicáveis, além de poder firmar uma regulação material comum,
- O Direito internacional Penal e Processual penal: o capítulo jurídico-internacional que descreve os crimes internacionais, fixando as respetivas penas, e que cria os mecanismos internacionais –*maxime* no TPI – de julgamento e execução dessas sanções criminais,
- O direito Internacional Económico e do desenvolvimento: o capítulo jurídico-internacional que enquadra as relações económicas internacionais e que produz as regras que se destinam a estimular o desenvolvimento, económico e social, dos Estados do Terceiro Mundo,
- O Direito Internacional da Cooperação: o capítulo jurídico-internacional que disciplina as relações de ajuda dos estados ricos e das organizações

internacionais aos estados mais pobres, promovendo a respectiva capacitação, institucional e económica,

- O Direito Internacional das Comunicações: o capítulo jurídico-internacional que versa o regime das comunicações internacionais, quer do ponto de vista dos meios de transporte, quer do ponto de vista das comunicações eletrónicas,
- O Direito Internacional do Ambiente: o capítulo jurídico-internacional que disciplina a atividade humana em relação ao meio envolvente, sendo certo que os problemas ambientais são hoje inevitáveis e irreversivelmente universais, numa crescente juridificação e interdisciplinaridade sem par,
- O direito Internacional Diplomático e Consular: o capítulo jurídico-internacional que regula as relações diplomáticas e consulares entre os sujeitos internacionais, matéria em que se evidencia o lastro histórico do relacionamento entre os Estados, nele se definido o sentido, o estatuto e as vicissitudes dessas relações,
- O direito internacional do Mar: o capítulo jurídico- internacional que delimita geograficamente os diversos espaços marítimos e fixa o regime dos respetivos aproveitamentos, cruzando a soberania estadual com espaços internacionais,
- O direito internacional do Ar: o capítulo jurídico internacional que cuida do regime jurídico do espaço aéreo, nacional internacional
- Direito Internacional do Espaço: o capítulo jurídico-internacional que determina as regras a que se submete o aproveitamento do espaço sideral.”
(Gouveia, 2013, pp.49ss)

Estes ramos do Direito Internacional não pretendem limitar dar por acabados, pois ela é esta, que, enquanto tal, está há sujeita a evoluções. Quando no primeiro capítulo falamos da Segurança fizemos alusão ao facto de que inicialmente era entendida ou definida como estritamente relacionada a questões militares. O entendimento atualmente abrangente sobre o conceito de segurança é resultado do trabalho teórico conceptual da Escola de Copenhaga e outros. O mesmo se pode dizer do Direito Internacional que tem como representante máximo Hugo Grócio o diz o seguinte:

“A autoria do conceito ou da sistematização do Direito Natural não é de Hugo Grócio. Contudo, seu papel foi de incontestável importância,

pois a partir dele é que se criou todo um método de estudo do Direito Internacional (o *jus gentium*), assim como o Direito Natural (inato e subjetivo aos homens), o Direito Positivo (Direito Civil) e o Direito Divino (imutável e ditado pela vontade Deus nos corações humanos)
”(Domingos e Caristina, [s.d.],p.9)

Se é verdade que a expressão Direito Internacional foi cunhada por Jeremy Bentham, não é menos verdade que a expressão Direito Internacional, melhor dito, o *Ius gentium* deve-se a Hugo Grócio, pois foi com ele, se assim se pode dizer, que se separou o Direito natural do direito Voluntário (Direito positivo). E nisso no dizer de Domingos e Caristina que o Direito voluntário engloba três esferas: Direito Civil, Direito menos amplo e mais restrito e Direito das Gentes. Na verdade o Direito Civil diz respeito ao poder Civil, o menos e mais restrito é aquele que se dá num âmbito menos ou mais restrito, pois tem a Conceção da obrigatoriedade de quem obriga e da submissão de quem se submete. Adequa-se ao exemplo do chefe que dá ordens ao seu subordinado ou do pai que dá ordens ao filho, tanto o subordinado como o filho tem a obrigação de cumprir, funcionando como uma normalização positiva. Por fim e não que seja menos importante temos o Direito das Gentes ou dito em latim, *Ius gentium* que é o Direito que rege as relações entre os Estados.

É incontornável a Obra de Hugo Grócio intitulada: *De Iures Belli ac Pacis*, ou seja, Direito da Guerra e da Paz, pois ela justifica bem o que dissemos acima que o Direito Internacional na sua génese era para protelar a licitude ou não da Guerra. Só pelo título dá perceber que se trata discorrer sobre o direito a guerra ou a paz. Direito por que é uma ação que ia incidir sobre os outros. E como temos vindo afirmar não se pode perder de vista a questão das descobertas e invasões. Era preciso cancelar a questão das invasões no sentido que o cristianismo acha-se com o direito de propagar a sua crença usando todos os meios possíveis. Por outro, lado o cristianismo foi durante este tempo associado a colonização. De modo que era preciso fazer colônias todas as terras e essas terras tinham que ser cristianizadas. Pelo que o cristianismo foi ganhando uma dimensão não só religiosa como política. Tal adágio, se o frei fosse cristão, todo o reino devia ser cristão, nisso não importavam os meios. O importante era cristianizar para poder ter dividendos políticos. Acontece, porém que propagação

tinha necessariamente que abranger vários Estados e atendendo que os Estados têm autonomia e consequentemente a sua soberania, então era preciso legislar para dar legitimidade a esta propagação. Propagação versus invasão. Em nome da fé foi-se tendo direito a entrar nos outros estados. Pelo que está obra de Hugo Grócio marcou sem dúvidas uma grande revolução no direito internacional, dando assim, se pode dizer o nascimento do Direito Internacional: “a obra que marcou Hugo Grócio na história é o Direito da Guerra e da Paz (“De Jure Belli ac Pacis”), onde sistematiza o jus gentium e organiza o direito da guerra, ambos vocacionados à codificação daquilo que hoje se compreende como direito internacional” (Domingos e Caristina, [s.d.], p.8).

O direito dos povos é o que está assente no Direito internacional. Lembremos que o facto de sermos seres humanos usufruímos todos de direitos iguais. Não é por acaso que a Carta dos Direitos Humanos no seu artigo primeiro faz a questão de ressaltar que todos nascem iguais. Lembremos que Nazismo, a partir da interpretação da Hegel quis afirmar a supremacia das raças, aliás para Hitler a raça ariana. Voltaremos a esta análise quando estivermos a falar dos direitos humanos.

Seja como For, o ponto é o direito internacional deve ser percebido no contexto que deve regular as relações entre os vários estados, tendo como centro o ser Humano. Colocado o assunto desta maneira, percebe-se porque a seguir falamos do direito ou dever de Ingerência.

2.Direito ou Dever da Ingerência

Elencados aqueles que são os ramos do Direito Internacional, o tema a que nos propusemos abordar ressaltam, à prior, que estamos diante de dois ramos, a saber: Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Conflitos Armados. É no âmbito do Direito Internacional Humanitário que iremos falar do Direito ou Dever a Ingerência, como a seguir nos detemos.

De facto a formulação colocada nestes termos sugere que se trata de um debate que vem percorrendo a história do Direito Internacional em saber se se trata de direito ou dever. Mas mesmo que se tirem os primeiro dois termos direito e dever e ficarmos somente com a formulação ingerência humanitária, causa-nos de algum modo

estranheza e cria uma ambiguidade pois, a palavra em si ingerência segundo o Grande Dicionário Etimológico Prosódico diz que ingerência vem do latim *ingerentia* que significa intromissão, ação externa em.

É preciso frisar, também, que cada Estado é protegido na intromissão dos seus assuntos internos pelos terceiros pelo princípio da não-ingерência, afirmado inúmeras vezes pelos Estados e Organizações Internacionais. Consubstanciam esse pressuposto a Declaração relativa aos princípios do Direito Internacional concernentes às relações amicais e à cooperação entre Estados, Resolução 2131, de 1965, o próprio art. 2,§7, da Carta da ONU, e, agora com a afirmação de seu valor costumeiro, com a sentença da Corte Internacional de Justiça (doravante CIJ) de 27 de Junho de 1986, no caso das atividades militares e paramilitares na Nicarágua.

O princípio de não-ingерência aparece aqui como o corolário da igualdade soberana dos Estados, que permite a cada um tomar, livremente, as decisões que lhe incumbem, notadamente para a implementação de seu sistema económico, político e social (Zanini, 2010, p.348). Há um consenso na academia que o debate de não ingerência remota já a tempos antigos, aliás Raissa Ribeiro afirma na sua dissertação de Mestrado com o tema Intervenção Humanitária e a Doutrina da Responsabilidade de Proteger:

“Como é sabido, o princípio da não intervenção tem seu reconhecimento atribuído a Wolff, no final do século XVIII, uma vez que este condenou, de forma absoluta, a ingerência realizada pelos Estados, rejeitando, inclusive a intervenção por motivo de humanidade. É, também, Vattel apontado como primeiro estudioso a verificar a existência de tal dever, exposto, porém, de forma mais discreta e menos absoluta, uma vez que aquele admitiu a existência de exceção ao dever de não interferência, contrariando o entendimento demonstrado por Wolff. Há, ainda, quem identifique Kant como o primeiro doutrinador a identificar o princípio da não ingerência, uma vez que o mesmo impõe explicitamente, em sua obra, vedação a ingerência de um Estado, pela força, na constituição e governo de outro” (Ribeiro, 2015, pp. 24 e 25)

Ademais é preciso distinguir a ingerência de intervenção. Na verdade, como afirma Isabel Raimundo no seu livro *Imperativo humanitário e Não Ingerência*:

“Por intervenção humanitária não implica o uso da força armada com finalidade militar, mas, e só em certos casos, com uma função de apoio logístico; visa prestar assistência a sua nacionalidade, indiscriminadamente; trata-se, formalmente, de uma ação multinacional, a maioria das vezes sob a bandeira da ONU e onde intervêm tanto ONGs como o comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), tanto Estados como organizações inter-estatais; a sua finalidade imediata consiste em pôr em prática o livre acesso às vítimas para lhes chegar assistência” (Raimundo, 1999, p.36).

Esta afirmação leva-nos a aferir que apesar de ser ambígua colocação da expressão direito ou dever a ingerência humanitária, o facto é que os direitos humanos estão acima de qualquer afirmação jurídica. Está em jogo os direitos humanos. Lembremos que os direitos humanos são inatos, universais, inalienáveis e individuais. Pelo que Isabel Raimundo afirma citando o Papa João Paulo II, em 5 de Dezembro de 1992, na abertura da Conferência Internacional sobre a Nutrição organizada pela FAO e a OMS, sustentando a obrigação da Comunidade Internacional, duma Ingerência humanitária que:

“Não é possível que as guerras entre as nações e os conflitos internos condenem os civis sem defesa a morrer de fome por motivos egoístas e partidários (...) Nesse caso, deve, por todas as formas, assegurar-se ajudas alimentares e sanitárias, e remover-se todos os obstáculos, incluindo os que provêm do recurso arbitrário ao princípio de não ingerência nos assuntos internos de um País (...). A consciência da humanidade, agora apoiada pelas disposições do direito Internacional, pede que seja tornada obrigatória a ingerência humanitária nas situações que comprometem gravemente a sobrevivência dos povos e de grupos étnicos inteiros. É um dever para as Nações Unidas e para a comunidade Internacional” (Raimundo, 1999, p.151)

Significa que a vida humana está acima de tudo. Os povos não podem estar reféns dos apetites egoístas e até desumanos dos dirigentes, partidos. A vida humana é um direito natural. Veja a seguir o que diz Delgado no seu trabalho com o tema *A Soberania dos Estados Face a Questão da Ingerência Humanitária no Direito Internacional Público*:

“A ideia de ingerência significa que o Estado não é o único a poder socorrer suas vítimas. Este instituto se fundamentaria nos direitos humanos, principalmente, no direito à vida. A tese é que a assistência humanitária é um dos direitos do homem, vez que ela contribui aos direitos à vida e à saúde, que constituem uma das mais elevadas finalidades do Direito Internacional Público” (Delgado, 2006., p.1)

Ao afirmarmos que a vida humana e por sua vez os direitos humanos estão acima de tudo, não pretendemos de forma alguma menosprezar a importância e o papel da soberania do Estado. É assente que “o princípio de Soberania estabelece que o Estado goza de liberdade ou independência para realizar os atos que lhe aprouver, dentro dos limites fixados pelo Direito Internacional, sem necessitar do consentimento de qualquer outro Estado” (Delgado, 2006, p.4).

Se percebermos dever como algo que obriga, isto é, um imperativo. E se quisermos associarmos a Kant (Falar do imperativo categórico de Kant) podíamos dizer que se trata de um imperativo categórico. Nisso, assiste o princípio segundo a qual ninguém devem ficar indiferente diante de tudo que vai contra a vida humana. E o primeiro responsável pela defesa da vida Humana num estado é o governo, usando os seus meios. Lembremos que os contratualistas advogam que se deve delegar o direito da segurança ao estado, pois, estes a partir dos seus meios saberá garantir a segurança dos seres humanos. Este Princípio, quando se trata do Direito internacional perpassa e ultrapassa as fronteiras dos estados. É dever dos outros Estados alinhados em blocos intervir num estado para garantir a Segurança Humana. Nisso podemos concluir que é um Dever. Mas, que um dever é um direito que é protelado pelas Nações Unidas intervir. Alias, é consensual que um direito é sempre acompanhado de um dever e por trás de um dever está um Direito. Daí que, faz sentido falar de dever e direito.

O debate, sobre o direito ou dever da ingerência Humanitário, leva-nos a desembocar no Direito Internacional, pois, a guerra é tão antiga como a própria humanidade. Podemo-nos aventurar em dizer que há guerra porque existe a humanidade. Mas, a humanidade poderia existir sem guerra. Porém, o ser humano na procura de satisfazer os egoísmos sejam eles individuais ou coletivos acaba desaguando na guerra. É assim que nasce o direito internacional humanitário com vista a defender o ser humano, aliás, é o que a seguir vamos tratar.

3. Direito Internacional Humanitário

Acima citando Gouveia afirmamos que o Direito Internacional Humanitário é um ramo dos ramos do Direito Internacional: o capítulo jurídico-internacional que, durante os conflitos armados, impõe as regras aplicáveis à proteção das pessoas na vigência dessas situações de crise (Gouveia, 2013, p.50). Vale a pena ter em conta a definição que Halajczuk e Dominguez no seu livro *Derecho Internacional Público*:

“El derecho Internacional humanitario es una rama del derecho internacional general, que se aplica solamente a situaciones de guerra, o conflicto armado sean internacionales ou nacionales, que puede ser definido, como lo hace Swininarski, como el conjunto de normas internacionales de origen convencional o consuetudinario, específicamente destinado a ser aplicado en los conflictos armados, internacionales o no, que limita el derecho de las partes en conflicto a elegir libremente los métodos y los medios utilizados en la guerra, o que protege a las personas y los bienes afectados, o que pueden quedar afectados, por el conflicto” (Halajczuk e Dominguez, 1999, p.489).

É mister reter que o Direito Internacional Humanitário aplica-se somente em situações de guerra e as partes em conflito são obrigadas a proteger a todo o pessoal da ajuda humanitária. Isto corrobora com o que temos vindo a dizer, em relação ao Direito Internacional que é um Direito de ingerência. De tal modo, tratando-se de ingerência, ele esteve associado na sua origem a uma Organização Humanitária, a Cruz Vermelha Internacional, que era um sujeito internacional não – estadual, através do seu Comité Internacional. Gouveia acrescenta que “é assim possível dizer que um

mesmo momento assinalou a relevância internacional desta organização e do Direito Internacional Humanitário” (Gouveia, 2013, p.731). Gouveia elucida:

“A evolução deste capítulo do Direito Internacional pode ser compreendida, para além daquele momento fundador, mais simbólico que regulativo, em três fases distintas:

- Uma primeira fase, em 1899 e em 1907, nas Convenções de Haia;
- Uma segunda fase, em 1949, nas Convenções de Genebra; e
- Uma terceira fase, em 1977, nos seus Protocolos Adicionais

Há ainda quem acrescente um posterior conjunto de regras – o Direito de Nova Iorque – criado no seio da atividade da organização das Nações Unidas, que se tem multiplicado no campo da proteção das vítimas de conflitos armados, na sequência da Resolução da Assembleia Geral nº2444, adotada em 1968, nela se pugnando pelo respeito dos direitos humanos em período de conflito armado”(Gouveia, 2013, p.84).

O que Gouveia chama de fases, Pereira no seu livro *Noções fundamentais do Direito Internacional Humanitário* usa fontes do Direito Internacional Humanitário, sendo que existe fontes convencionais que engloba exatamente o Direito de Genebra, o Direito da Haia e o Direito de Nova Iorque (este por iniciativa das Nações Unidas) e consuetudinárias, pois em relação estas, [e preciso ter em conta que antes de surgirem as convenções já havia normas costumeiras que regulamentavam o DIH durante os conflitos armados com a diferença da convencional, pois as fontes consuetudinárias diziam respeito somente aqueles que vinculam (Pereira, 2014, p.41ss)

A descrição, acima, revela a evolução histórica do Direito Internacional Humanitário. Neste sentido é justo dizer que o direito à ingerência está ligado ao Direito Internacional Humanitário. De facto, o ano de 1968 foi crucial para o DIH, pois houve a adoção de uma resolução com o título sugestivo de Respeito dos direitos do homem em períodos de conflito armado que consistia basicamente em subscrever um conjunto de princípios, afirmados na XXª Conferência Internacional da Cruz Vermelha a sem observadas pelas autoridades governamentais ou outras, responsáveis pela ação dos conflitos armados, além de convidar o Secretário-geral a

empreender estudos, em Colaboração CICV, sobre matérias de DIH (Pereira, 2014, p.47).

Zanini lembra-nos mais uma vez que o direito à ingerência não tem um enquadramento jurídico, *de per se*, e só a ganha, se assim podemos dizer, quando se trata de salvar vidas humanas ou melhor dito, quando está em causa a assistência humanitária. Mas deixemos que seja ele a nos dizer:

“A noção de «direito de ingerência» não tem conteúdo jurídico de per se, e somente adquire tal conteúdo na medida em que se acrescenta o termo humanitário, que permite cobrir a ilicitude da ingerência. A questão quanto à ingerência humanitária é, portanto, de saber em qual medida certos direitos fundamentais permitem sanar a ilicitude da ingerência. O liame entre o direito de assistência humanitária e ingerência pode ser feito graças à noção de humanidade que funda uma solidariedade comum para todos (ideia implicitamente mencionada no artigo 1º das Convenções de Genebra e hoje obrigação que decorre dos princípios gerais do direito humanitário, segundo a decisão da CIJ no caso Nicarágua)” (Zanini, 2010, p.351).

Concordando com Zanini, já afirmamos que ingerência significa intromissão na vida dos outros, e nesse caso no outro Estado que tem soberania. De facto, o direito a ingerência só adquire conteúdo na medida em que se acrescenta o humanitário, porque trata-se de salvaguardar os direitos básicos do homem, ou seja, estão em jogo os direitos humanos.

Não é por acaso que a preocupação pela segurança nos últimos tempos tem-se revelado fundamental, pois a cada dia que passa o mundo sente que está a correr riscos a todos os níveis, e de modo a articular no tema que nos propusemos a falar sobre os novos desafios do Direito Internacional que é a Ingerência Humanitária no Contexto da Regulamentação Jurídica da Guerra. É nesta onda de preocupação pela segurança que os Países do mundo, ao final da Segunda Guerra Mundial e após o falhanço das Sociedades das Nações, decidiram criar as Nações Unidas constituída formalmente pelos representantes das Nações reunidas em São Francisco, a 26 de Junho de 1945, que assinaram a carta das Nações após o encerramento da

Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de Outubro daquele mesmo ano. E já no Primeiro artigo deixa bem claro a preocupação das Nações pela Segurança ao falar dos objetivos da Nações Unidas como a seguir transcrevemos:

“Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz.”(UNITED NATIONS (ONU), 2001, p.2).

Esta preocupação, pela segurança e pela paz, mostra mais do que nunca o esforço que Nações unidas têm empreendido para salvaguardar os direitos humanos.

Mário Bettati citado por Delgado afirma:

“A ingerência humanitária complementa o direito humanitário, porque atua em casos que não são conflitos armados. A ação humanitária tem que ser neutra, segundo Bettati. Mas a neutralidade não pode levar à inação, uma vez que a saída de uma organização humanitária de uma região pode levar ao caos (Jean-Christophe Rufin – *L’empire et les nouveaux barbares*, 1991). A assistência, segundo Bettati, deve ser limitada no tempo, no espaço e no objeto (sanitário), e também por uma deontologia para a distribuição da assistência” (Delgado, 2006).

Mário Bettati acrescenta que a ingerência humanitária pode ainda ser vista como uma aplicação do princípio da subsidiariedade. O princípio de livre acesso às vítimas não teria especto colonialista. E a ingerência só ocorreria se o Estado não conseguisse resolver sozinho os seus problemas humanitários. De facto, a ingerência humanitária não tem nenhuma finalidade colonialista, ela só existe para resolver aqueles problemas que o Estado não consegue resolver, sobretudo no que concerne ao socorro

das vítimas da guerra e precisamente para prestar a assistência humanitária. Quando dizemos assistência humanitária estamos a afirmar cedência de dignidade ao homem.

Segundo Delgado a ideia da ingerência ganha um novo significado, a saber:

“ingerência significa que o Estado não é o único a poder socorrer suas vítimas. Este instituto se fundamentaria nos direitos humanos, principalmente, no direito à vida. A tese é que a assistência humanitária é um dos direitos do homem, vez que ela contribui aos direitos à vida e à saúde, que constituem uma das mais elevadas finalidades do Direito Internacional Público” (Delgado, 2006).

A questão da ingerência humanitária deve ser entendida dentro do contexto do direito à vida. Não por acaso que para se atingir o estágio em que estamos do Direito Internacional Humanitário, houve um caminho feito na área da proteção. De modo que não se pode falar do Direito Humanitário sem olhar as suas três vertentes. Mas, por outro lado, as três vertentes são perceptíveis se partimos de um percurso histórico filosófico do homem. É o que a seguir fazemos para em seguir olharmos as três vertentes do DIH.

O direito a vida é sagrado e ninguém deve tirar e nem alienar. O caminho da evolução da proteção Internacional dos direitos da pessoa humana desdobra-se em três vertentes a saber: Direitos Humanos, Direito Humanitário e direito de Refugiados. Esta evolução passa necessariamente pelo discurso da dignidade da pessoa humana que não se pode separar do discurso em si do homem. Pelo que antes falar de cada uma destas vertentes, vamos fazer um percurso histórico-filosófico do homem.

4.Percurso histórico-filosófico do homem

Se já houve algo que a ciência se ocupou, é sobre o ser humano. Basta lembrar que Kant já questionava o que devo saber, o que devo fazer e o que devo esperar. Estes questionamentos de Kant remete-nos a pergunta de Sempre afinal o que é o homem. A Sagrada Escritura, sobretudo o Pentateuco (os primeiros cinco livros da Bíblia) é

uma tentativa de responder quem somos nós, de onde viemos, para aonde vamos e no final vai desaguar na mesma questão: quem é o homem?

De facto Ortega y Gasset dizia que o homem é ele e as suas circunstâncias. Uma das circunstâncias pode ser a língua. A língua é um meio de socialização. Outra socialização pode ser os hábitos e costumes de um povo. De ponto de vista Antropológico cultural, define-se a cultura como hábitos e costumes de um povo. Entendendo hábito, como a constância de fazer a mesma coisa todos os dias sem quebrar. De modo que a cultura é espécie de Documento de identificação de um povo. Conhecer um povo, passa por conhecer os seus hábitos e costumes. Pelo que se quer conhecer um povo conhece a sua cultura. Este povo equivale há um homem concreto. Dizer que o homem é ele e as suas circunstâncias, significa que o homem é condicionado pelo meio que vive. Já Hegel definia o homem dentro da história. Via a história como linear. Uma história que tem princípio e fim. E que definia esta história era o Espírito absoluto. Isto significa que em determinados períodos a História encarregava-se de escolher um povo através do espírito absoluto. E este Espírito Absoluto repousava num povo. Foi isso que levou Hitler a pensar que o Espírito absoluto tinha repousado no povo Alemão e que o povo tinha sido eleito, justificando-se deste modo a chacina que o nazismo fez aos outros povos que não fosse da raça alemã, concretamente a dizimação dos judeus. Esta leitura de Hegel da História remete-nos a teoria do evolucionismo que apregoa que existe raça que as espécies sofriam evolução natural, melhor dito, seguem a lei natural das espécies e por via disso algumas são mais fortes e outras menos fortes.

Este discurso continua dando azo ao nosso questionamento, afinal quem é o homem? A resposta a este questionamento é fazer um percurso histórico e filosófico do homem. Porque foi um conceito bastante discutido, corremos o risco de nos espalharmos, pelo que o ideal é delimitar, nisso vamos nos ater a dois Filósofos: Emanuel Levinas e Leonardo Boof. E por via deles iremos chamar outros autores para discutir.

O maior fenómeno histórico é a humanidade que luta pela sua compreensão, afirma Vaz (1991). A própria filosofia surge como indagação sobre a origem e o destino das

coisas e dos seres. De entre os seres encontra-se o Homem. Sócrates sugerira que o auto- conhecimento fosse a chave para a compreensão da realidade cercante.

Na verdade, a concepção do Homem em todos os períodos da história foi grandemente influenciada pela concepção do Homem da cultura arcaica grega. A componente mística fortemente presente na arcaica Grécia tornava o Homem num ser altamente teológico. Estes admiravam a ordem e a beleza do universo visível mas, acreditavam que a preservação da ordem e harmonia do universo dependia fortemente da boa relação com os deuses. Porém, para eles existia uma nítida divisão entre o mundo dos deuses e o mundo dos mortais. E segundo a mitologia grega o Homem se tornou mortal por causa da pretensão desmedida de querer igualar-se ou ser como os Deuses (VAZ, 1991). O Homem pelo corpo é parte do universo visível mas, ao mesmo tempo ele supera a limitação física porque pelo espírito entra em comunhão com o invisível. A harmonia do universo visível depende da harmonia ou das boas relações com os deuses que habitam o invisível; nesta perspetiva a sabedoria de vida consistia em saber ler ou interpretar a vontade dos deuses.

Na Grécia clássica, Platão chegou a referir que o mundo visível era uma cópia do mundo invisível, este último caracterizado por Platão como de excelente perfeição e que nele habitara um Ser Perfeito por excelência, que é a força ordenadora do mundo visível. Nesta perspetiva, o Homem pelo corpo é parte do mundo visível mas que sua alma habitara antes no mundo invisível e, a união entre o corpo e alma foi explicada por Platão através da teoria da incarnação. Pelo corpo o Homem é do mundo mas, pela alma é capaz de contemplar o Além, o Hades.

A mitologia grega influenciou igualmente a cultura judaica e toda a tradição posterior do cristianismo, com elementos bastante purificados. Pois, enquanto, na Grécia arcaica falava-se de deuses, o judaísmo bem como o cristianismo apresenta um Deus único e com Absoluto Poder. O que nos interessa nesta comparação é a posição e o destino do Homem. Ora, segundo a tradição cristã, herdada do Judaísmo, Deus criou o Homem, e criou-o à sua imagem e semelhança. Segundo a narrativa, fê-lo com argila e insuflou-lhe o alento Divino, e foi com esta comunicação, com este sopro que Deus não só animou o corpo do Homem, como igualmente deu lhe a natureza Divina. Portanto, o Homem é unidade de corpo e alma. É através da alma

que entra em comunhão com o seu criador. A felicidade do Homem depende do estabelecimento do vínculo harmonioso com o seu criador. Aquele que se afasta do criador, não houve os seus apelos está condenado a uma vida infeliz. Assim atesta, a narrativa do pecado de Adão e Eva (Gn.2,2-3,19).

Sem pormenorizar a comparação há aqui um especto comum a considerar: na arcaica Grécia a desobediência aos deuses provocava uma grande fúria a ponto destes criarem uma desordem social, para os judeus a desobediência a Deus único acarretava castigos severos e consequentemente um mal-estar social. Portanto, é a relação com este Ser superior que na verdade vai determinar a essência do Homem. Fazemos aqui referência a cultura judaica pelo facto de Levinas ter sido um judeu piedoso e sua religião ter influenciado bastante seus escritos.

Em quase toda história da Filosofia há elementos que aparecem comuns em termos de definição do que seja o Homem. Este é Apresentado como constituído de corpo a alma. A discussão que se coloca é como e quando acontece esta união entre o corpo e alma, e a valorização que se faz quer de um ou doutro elemento constitutivo. A forma como se concebe cada uma destas realidades determina o tipo de relações que se estabelecem socialmente.

Em “A Ética e Infinito”, no diálogo com Philippe Nemo, Levinas fala do Ser como uma situação de individuação. Condição na qual o Homem está retraído, Ser como manifestação do Eu. O Eu é apontado como um domínio dos existentes que se possui. No Eu, não está, segundo Levinas, a característica que marca a humanidade do Homem.

“Na realidade o facto de Ser é o que há de mais privado; a existência é a única coisa que não posso comunicar; posso contá-la, mas não posso partilhar a minha existência. Portanto a solidão aparece aqui como o isolamento que marca o evento do próprio ser. O social está para além da ontologia” (VAZ, 1991, p.40-50)

Segundo Levinas, o Homem é um ser metafísico. Nesta perspectiva a individuação, o isolamento representam deficiências no ser. É na transcendência que se assinala a marca distintiva e nobre do Homem. É no Ser - Com, que se manifesta o que de mais sublime existe no Homem; e isto, só é possível segundo Levinas com a deposição da

soberania do Eu. É na relação social com outrem, uma relação de desinteresse onde se manifesta ou onde acontece a realização do Homem como humano.

Em *Totalidade e Infinito* (LÉVINAS, 2008, p.28), Levinas vai afirmar a condição metafísica como a marca distintiva entre o ser humano e não humano: “a ínfima diferença entre o Homem e o não Homem, que supõe o desinteresse da bondade, o desejo do absolutamente outro ou a nobreza, a dimensão da metafísica”.

O desejo metafísico impele o Homem para o que está além de tudo, o que pode simplesmente completá-lo. Levinas, considera que as relações humanas são marcadas pelas necessidades. Contudo, observa que todas as necessidades no plano biológico podem ser satisfeitas e nem por isso dão ao Homem a tranquilidade que precisa. É pelo corpo que o homem tem necessidades. A corporeidade representa, segundo Levinas, o primeiro movimento em direção a alteridade mas, um movimento orientado apenas para fruição do prazer.

Na concepção de Levinas, existe diferença entre necessidade e desejo. O Homem tem necessidades materiais e o desejo é algo espiritual. Enquanto as necessidades são passíveis de serem satisfeitas, o desejo é insaciável. É o desejo que torna o Homem humano, e Levinas denomina de desejo metafísico. Este desejo é “desejo do absolutamente Outro. Para além da fome que se satisfaz, da sede que se mata e dos sentidos que se apaziguam, a metafísica deseja o outro para além das satisfações...”. Portanto, desejo é oposto à necessidade. E entender o desejo como uma faculdade humana é na ótica de Levinas interpretar a produção do ser como ser para outrem.

(AZPITARTE, 1995), moralista diferentemente de Levinas que fala simplesmente de necessidades e carências humanas. Considera que a abertura para o outro, um outro inominável é consequência da fragilidade, carência e diferentes necessidades que o Homem tem. É a luta pela satisfação dessas necessidades, a luta pela sobrevivência que - o impelem a ser social. Mas afirma que essas necessidades podem ser consideradas em diferentes níveis. Situando as necessidades biológicas no nível mais baixo, e estas são necessidades comuns a todos os seres vivos. Mas, existem as necessidades espirituais, que segundo o autor, a sua satisfação tornam o Homem num ser ético. O Homem busca incessantemente o Invisível, essa busca é condicionada pelas relações que estabelece com o seu próximo.

Um outro aspeto que se pode assinalar relativamente as dimensões do Homem em Levinas é a Liberdade como marca da humanidade, como se pode ler no trecho a seguir: “a liberdade consiste em saber que a liberdade está em perigo. Mas saber ou ter consciência é ter tempo para evitar e prevenir o momento da inumanidade” (LÉVINAS, 2008, p.25).

Por conseguinte, o momento da inumanidade representa a privação da liberdade e consequente domínio do Outro pelo Eu. O momento da inumanidade é o momento em que o Eu é despojado de si mesmo. Daí que, ainda que a existência humana só ganhe sentido na relação Eu-Tu, o Eu nunca deve exercer nenhuma relação de poder, nem de dominação. O outro deve permanecer totalmente outro e livre. Para Levinas o sentido último da liberdade tem a ver com a permanência no mesmo, que é a razão. Mesmo na relação social é preciso deixar o outro ser outro, nunca reduzi-lo ou procurar captar a sua interioridade.

Deste modo, podemos assinalar três dimensões que Levinas considera fundamentais na conceção do Homem: a dimensão corpórea, a liberdade e a dimensão metafísica. Sendo esta última a marca constitutiva da pessoa humana. Porque o Homem só se completa na relação com o outro, a dimensão metafísica corresponde ao movimento de saída do Eu em direção ao outro. É o momento de transcendência. Momento da deposição da soberania do Eu para um encontro com o outro. Na dimensão metafísica do homem há uma característica forte a assinalar: o homem como um ser que comunica. Na relação face a face, de que mais adiante falaremos, é através do discurso que o rosto estabelece relação com o outro. Portanto, o discurso assinala o primeiro momento de interação entre o rosto e o eu.

Gostaríamos de observar que em nenhum dos seus escritos Levinas concentra-se para definir o que seja o Homem, a caracterização por nós apresentada foi possível a partir da análise das diferentes abordagens que o autor tece relativamente à Ética.

4.1.O *Eu* como uma singularidade

O “Eu” passou a ser objeto de investigação filosófica a partir do momento em que a referência do Homem a si mesmo, como reflexão sobre si ou consciência, foi assumida como definição do homem (ABBAGNANO, 1998)

No ponto anterior refletíamos sobre as diferentes dimensões da pessoa humana em Levinas tendo assinalado que a abertura ou o existir – com, assinalava a essência fundamental da pessoa. Portanto, para Levinas existir significa existir - com.

No presente ponto pretendemos refletir sobre como Levinas concebe o indivíduo na sua singularidade, o que de certa forma ajuda a compreender a medida da transcendência, esta entendida como uma socialidade.

Diferentemente de filósofos como Descartes, Kant que acreditavam que o pensamento representava o ponto mais alto da humanidade, pois, para estes era através do pensamento que o Homem transcendia a si mesmo; para Levinas o pensamento, o psiquismo representa o princípio apenas de individuação (LÉVINAS, 2008).

Em a Crítica da Razão Prática Kant (2004), afirma que a autonomia é o princípio da dignidade da natureza humana e de toda a natureza raciocinante. E aponta o uso da razão como caminho para transcendência e por conseguinte meio pelo qual o Homem se torna Homem. Para Kant só o conhecimento é capaz de libertar o Homem. É pela razão que o Homem possui o conhecimento das leis da natureza e da socialidade portanto, só quem escuta os apelos da consciência, faz o uso da razão é capaz de sabiamente viver a socialidade e por outro lado, desvendar os segredos da natureza para dominá-la.

Por seu turno Descartes, afirma que o Homem se torna existente pelo pensamento:

“Eu sou, se me engano; duvido, penso, existo: essa palavra é necessariamente verdadeira todas as vezes que a concebo em meu espírito. Minha existência como coisa que pensa está doravante garantida e vejo claramente que esta coisa pensante é mais fácil, enquanto tal, de conhecer do que o corpo, a cujo respeito até agora nada me certifica. Este Cogito, este "eu penso", modelo de pensamento claro e distinto, dá-me a garantia subjetiva de toda ideia clara e distinta no tempo em que a percebo. Ele funda já a possibilidade da ciência” (DESCARTES, 2001).

Segundo (ABBAGNANO, 1998) Descartes foi o primeiro a referir - se ao Homem como coisa pensante e esta definição foi acolhida e incorporada à tradição filosófica.

Por conseguinte, quer para Kant, quer para Descartes o pensamento é a dimensão fundamental da humanidade meio pelo qual o Homem transcende a si mesmo. O Eu é tomado como uma unidade que acompanha todas as representações, “como o eu penso” que constitui a percepção pura.

Porém, para Levinas o conhecimento é sempre uma adequação entre o pensamento e o que ele pensa. Há segundo Levinas uma impossibilidade de sair de si, através do conhecimento. O conhecimento não põe o Homem em comunhão com o verdadeiramente outro, é ainda e sempre uma solidão (LÉVINAS, 2008)

O que então significa para Levinas ser “Eu”? Em a Totalidade e Infinito Levinas faz uma interessante descrição sobre o Eu. Afirma que ser Eu é possuir a identidade como conteúdo. O Eu não é um Ser que se mantém sempre o mesmo, mas, o ser cujo existir consiste em identificar-se, em reencontrar a sua identidade através de tudo o que lhe acontece. É a identidade por excelência, a obra original da identificação. A perspectiva levinasiana do Eu é paralela a perspectiva de Rosmini apud Abbagnano que refere que o Eu une ao conceito geral da alma, a relação da alma consigo mesmo, relação de identidade.

Portanto, sendo a identidade o conteúdo do Eu, esta é a única coisa que segundo Levinas não se pode partilhar. A identidade sendo uma das marcas de Ser é que tornam o Eu num ser singular. O Eu não pode ser objeto de totalização. O Eu permanece o mesmo perante a alteridade.

Segundo Levinas o Eu, representa uma marca negativa do Ser porque o Eu representa a solidão do Ser. O Eu é o lugar de encontro do Ser consigo mesmo, é a interioridade do Ser. A interioridade é identificada por Levinas como vida psíquica; e segundo afirma, “a vida psíquica que torna possível nascimento e morte é uma dimensão no ser, uma dimensão de não-essência...” (LÉVINAS, 2000, p.45) A interioridade como tal é para Levinas um nada, puro pensamento. Mas é justamente na interioridade onde reside o segredo que interrompe a continuidade do tempo histórico. Na perspectiva de Levinas é graças à dimensão da interioridade, que o ser recusa-se ao conceito e resiste à totalização.

Esta perspectiva contrasta a afirmação de Hegel segundo a qual, Razão “é ao mesmo tempo substância e poder infinito, que ele é em si o material infinito de toda vida natural e espiritual e também a forma infinita, a realização de si como conteúdo” (LÉVINAS, 2008, p.52).

A par disso, podemos considerar dois aspetos relativos à pessoa humana: o primeiro é o facto de Levinas rejeitar a valorização do indivíduo captada a partir da sua racionalidade, visto que o pensamento é para Levinas o momento do isolamento, da solidão do ser; o segundo aspeto a considerar é que em Levinas a pessoa humana é única e sua identidade vai se construindo no contacto com diversas realidades que a vida lhe apresenta. O Eu como uma singularidade, mesmo diante da alteridade, a alteridade não lhe pode captar o seu conteúdo, não pode tematizá-lo pois, para tal precisaria conhecer a sua identidade. Tarefa impossível segundo Levinas porque o Eu, mesmo para si é um mistério, sua identidade revela-se com os acontecimentos e com a realidade que se lhe apresenta.

Disto resulta que, mesmo na relação com o outro, o Eu permaneça inviolável, a interioridade que assinala a identidade do Eu é sempre um segredo para o outro. E segundo Levinas o pluralismo das sociedades só é possível a partir desse segredo. Mais uma vez encontramos aqui uma forte crítica à perspectiva de totalização da pessoa humana; retomando Hegel citado anteriormente, afirmara que na História do mundo os indivíduos de que se devia tratar eram os povos que eram ao mesmo tempo totalidades e estados. Em a *Ética e Infinito* no diálogo com Philippe Nemo, Levinas afirma que a relação entre os Homens é certamente a não-sintetizável por excelência pois, segundo sustenta, “na relação interpessoal, não se trata de pensar conjuntamente o eu e o outro, mas de estar diante. A verdadeira união ou a verdadeira junção não é uma junção de síntese, mas uma junção do frente a frente” (LÉVINAS, 2000, p.69).

O frente a frente a que o nosso autor se refere só é possível respeitando e salvaguardando a interioridade de outrem.

4.2.Epifania do rosto como caminho para transcendência do *Eu*

No ponto anterior falávamos da identidade do eu, como a marca da sua singularidade. Identidade como algo incomunicável que marca desta forma a recolha

interior do eu. Porém, observamos igualmente que o eu representa uma marca negativa do ser dado que, segundo Levinas a dimensão fundamental do Homem é a relacional, nesta perspectiva ser Homem significa ser- com. É com aparição do rosto que a dimensão relacional se efetiva no Homem. É abordagem levinasiana sobre o rosto que pretendemos descrever neste ponto.

Antes de mais importa referir o significado do rosto para Levinas. Para o nosso autor, rosto representa a saída do ser da sua singularidade, é o momento da elevação do ser; Levinas observa igualmente que “na sua exposição o rosto é sentido só para ele” (LÉVINAS, 2000, p. 78). A presença do rosto é algo indiscreto, algo que não se pode reduzir a nenhuma percepção.

Em a Totalidade e infinito, Levinas afirma que o rosto está presente na sua recusa de ser conteúdo. Neste sentido, não poderá ser compreendido isto é, englobado, nem visto, nem tocado porque na sensação visual ou tátil, a identidade do eu implica alteridade do objeto que precisamente se torna conteúdo (LÉVINAS, 2008).

Compreendemos a partir daqui que a epifania do rosto é uma consequência da inviolabilidade da identidade do eu, mesmo na presença do rosto, o eu não pode ter o intento de totalizá-lo. É uma presença na qual o rosto permanece transcendente, e ele só se dá na medida da sua acessibilidade. A presença do rosto é em si uma revelação, que deve ser tomada no sentido forte do termo, como manifestação da verdade ou da realidade suprema aos homens.

Em Levinas o conceito de rosto está fundado na ideia de infinito, que ele claramente chama Deus. “No acesso ao rosto, há também um acesso à ideia de Deus” (LÉVINAS, 2000, p.83). Nesta ótica, a epifania do rosto é também lugar da manifestação do divino. Daí a defesa de Levinas em afirmar que na sua manifestação o rosto não pode ser totalizado pois, totalizar o rosto implicaria na totalização da realidade divina presente no Homem, que é a nosso ver, onde para Levinas reside o segredo da humanidade.

Outro aspeto que é desenvolvido por Levinas na sua filosofia do rosto é o facto de, mesmo na sua presença, o rosto permanecer transcendente em relação ao eu. Esta ideia é discutida na sua obra Transcendência e Inteligibilidade. Onde fazendo um paralelismo entre o rosto e o Deus da revelação bíblica, observamos que Deus na sua

abertura para com o Homem, se oferece-, doa -se como amor, estabelece uma relação de proximidade com o Homem contudo, nesta relação Deus permanece absolutamente distinto e transcendente. A exposição do rosto é a nosso ver, momento de revelação tanto para o rosto quer para o outro na medida em que na sua exposição o rosto obriga o eu a uma atitude, a forma como o eu acolhe o rosto, também revela o sentido do ser para o outro que acolhe o rosto.

O acesso ao rosto é definido por Levinas como momento ético. No frente a frente, observa o autor, é preciso considerar que o rosto pode até ser dominado pela percepção mas, não se pode reduzir a esta. Na relação que se estabelece com o rosto é preciso considerar que o rosto é “mais alto do que outrem”. Levinas faz um paralelismo entre a primazia do rosto em relação ao eu e, a atitude que se toma quando duas pessoas estão para entrar em uma porta já aberta, em que comumente afirma-se primeiro o senhor; é este primeiro o senhor que Levinas procura descrever como a essência e fundamental na relação entre o rosto e o eu.

A partida uma relação de poder está longe de ser uma relação ética segundo esta perspectiva, a relação ética é pois, aquele em que o Eu descobre-se no Tu, e a partir do outro percebe-se como um ser limitado, porque do outro só pode captar aquilo que lhe é oferecido mas, o outro é mais do que sua presença significa: O acesso ao rosto é, na linguagem levinasiana, o primeiro momento ético (LÉVINAS, 2008).

A verdadeira relação humana funda-se no reconhecimento da elevação do rosto. É o rosto que na sua transcendência expõe-se e inicia uma relação com outrem. Esta relação só começa quando o rosto interpela e aborda a outrem:

“Se o transcende decide entre a sensibilidade, se é abertura por excelência, se a sua visão é a visão da própria abertura do ser – ela decide sobre a visão das formas e não pode exprimir-se nem em termos de contemplação, nem em termos de prática. Ela é rosto, a sua relação é palavra” (LEVINAS: 2008, 187).

Para Levinas só o discurso põe em relação com o que permanece essencialmente transcendente. A obra fundamental da linguagem afirma Levinas, consiste em apresentar o transcendente. Portanto, entre o outro e o rosto, a relação só é possível mediante a comunicação. Nesta relação o primeiro que toma a iniciativa de abordar o outro é o rosto. Mesmo nesta relação mantida através do discurso o rosto continua o

totalmente outro. “O facto do rosto manter pelo discurso uma relação comigo não o inscreve no mesmo” (p. 189). Segundo Levinas é a ideia do Infinito que marca a exterioridade do rosto perante o outro.

O rosto interpela, fala e convida o outro a uma relação. Este convite é uma ordem, a qual o outro não se deve furtar. Sustentando, Levinas afirma que é difícil calar-se diante de alguém, esta dificuldade tem o seu último fundamento na significação própria do dizer, seja qual for o dito. Quando alguém nos aborda há sempre uma resposta, há sempre alguma coisa a dizer.

Fizemos referência no primeiro capítulo quando falávamos das dimensões da pessoa humana, que o Homem era para Levinas um ser metafísico. Na epifania do rosto, esta presente a ideia do infinito. É esta ideia do infinito que na perspectiva de Levinas suscita a afeção do finito pelo infinito. Pelo que quando o rosto interpela o outro há pois, um acolhimento que é animado pelo desejo do infinito. Portanto, entre o rosto e o outro desenvolve-se uma relação de amor e temor a Deus. Deus que se revela na abertura do rosto para o outrem (LEVINAS, 1991).

Portanto, a socialidade é construída segundo Levinas na pluralidade das identidades, onde na relação deixa-se o outro ser outro e não é tomado como pura parte do mundo. É no respeito e no temor e sobretudo no amor pelo outro que são firmadas as relações sociais.

Não pretendíamos aqui aprofundar a sua filosofia sobre a ideia do infinito mas, um aspeto precisamos assinalar. Em toda a sua filosofia Levinas combate veemente o racionalismo e a tentativa de definir o Homem pela sua racionalidade embora, na sua exposição sobre a ideia de infinito apoia-se em termos comparativos na conceção cartesiana sobre as demonstrações da existência de Deus. Segundo Descartes o pensamento finito do homem não pode tirar de si próprio a ideia do infinito, teria sido necessário que o próprio Deus a tivesse colocado em nós. Contudo, Levinas observa que em Descartes a ideia de infinito permanece uma ideia teórica, uma contemplação, um saber. Para Levinas o Infinito não é um saber mas um desejo. Eis aqui a grande novidade. Pois, daqui deduz-se que a experiência de base da vida humana seja o sentimento. O outro deixa-se tocar, interpelar pelo rosto não mediante a razão mas sim afecciona-se. É a afeção que deve constituir o fundamento da

sociabilidade humana. Uma sociabilidade marcada pelo temor, amor e sobretudo responsabilidade pelo próximo.

4.3. Responsabilidade pelo outro como estrutura fundamental da subjetividade

Abbagnano, no seu dicionário (1998), refere-se ao facto de o termo responsabilidade ser bastante recente e ter sido usado pela primeira vez em inglês e francês, isto no séc. XVIII. Observa que o primeiro significado do termo responsabilidade foi político, indicando o carácter do governo constitucional que age sob controlo dos cidadãos e em função desse controle. Em Filosofia, o termo foi segundo Abbagnano, usado nas controvérsias sobre a liberdade, nos meados do séc XIX. Onde a noção de responsabilidade é baseada na de escolha. E a noção de escolha é essencial ao conceito de liberdade limitada.

Tomando em conta o conceito apresentado por Abbagnano, onde define responsabilidade como “a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-los com base em tal previsão”, podemos concordar com a asserção que implica o conceito de responsabilidade ao de liberdade visto que, a medida da liberdade é a lei. Agir segundo a lei, significa adotar uma atitude que seja socialmente admissível; e a previsão dos efeitos do comportamento é sempre em função do socialmente correto.

Olhando, para a perspetiva de Levinas, este apresenta o conceito de responsabilidade no sentido etimológico do termo, “res- pondere” responder. Portanto, responder por outrem.

Em Levinas o conceito de responsabilidade como uma categoria do eu está intimamente ligada a aparição do rosto como uma revelação. Na sua aparição e sobretudo na sua comunicação o rosto exige de outrem uma resposta, “o expressivo no outro (e todo o corpo humano, é neste sentido mais ou menos rosto. (...) o rosto pede-me e ordena-me” (LEVINAS, 2000:89). Portanto, a presença do rosto obriga a uma atitude de acolhimento. Contudo, Levinas observa que esta relação realiza-se como serviço e hospitalidade.

A obrigação que o rosto impõe ao Eu, faz do Eu um ser responsável, ainda que o Eu não assuma responsabilidade pelo rosto, o facto de o rosto abordar o Eu já faz do Eu um ser responsável, afirma Levinas.

É importante observarmos que para Levinas ainda que a responsabilidade seja uma categoria fundamental do Eu, ela não é constitutiva, isto é, intrínseca à pessoa humana esta só se estabelece a partir da relação ética conforme se pode perceber no trecho a seguir: “A responsabilidade não é simples atributo da subjectividade, como se esta existisse já em si mesma, antes da relação ética. A subjectividade não é um para si: ela é, mais uma vez, inicialmente para outro” (LEVINAS, 2000:88).

A nosso ver, é na compreensão Levinasiana da responsabilidade onde se encontra fundamentado o conceito de Ética.

O ponto de partida para a abordagem ética é o Homem como um ser de relações. O Homem como um ser passível de transcender os limites da sua individualidade e abrir-se para uma relação com o Tu. Onde o Eu estabelece com o Tu uma relação de proximidade. Esta proximidade que só acontece segundo Levinas, enquanto o Eu assume responsabilidade pelo Tu. Portanto, “Dizer: eis me aqui. Fazer alguma coisa por outrem. Dar. Ser espírito humano é isso”. É a resposta dada à exposição do rosto que faz do Homem um ser verdadeiramente humano. Não fazer algo em prole de outrem a quem pede ao Eu socorro, torna o Eu num ser deficitário porque a completude do Eu se concretiza na acolhida ao grito de socorro de outrem. Portanto, calar-se ou ficar indiferente diante do sofrimento e da miséria do outro reduz tanto a humanidade de outrem bem como a do Eu. Porque é a resposta que se dá a miséria do outro que permite ao outro encontrar sentido na vida e sobretudo ver valorizada a sua humanidade.

Para compreender esta completude que acontece tanto ao Eu como a outrem na acolhida ao rosto precisamos refletir um pouco no sentimento que move ou impulsiona esta resposta, que é segundo Levinas o amor e o temor. Amor porque no rosto o Eu encontra-se, temor porque há no rosto algo mais do que sua presença significa.

Socorremo-nos do dicionário de Abbagnano, (1998) que a partir de várias análises oferece-nos uma definição de amor que ajuda a compreender a dimensão do amor

Levinasiano. Citando Hegel, Abbagnano afirma que o amor “consiste em abandonar a consciência de si, em esquecer-se em outro si mesmo e, todavia em reencontrar-se e possuir-se verdadeiramente nesse esquecimento”. A renúncia de si e o abandono no qual o sujeito reencontra a plenitude do seu ser constitui o carácter infinito do amor. Amar, significa permitir que o outro vivo e no ato de amar o sujeito igualmente se sente vivo. É este desejo de viver ou de vencer a morte que faz que o Eu assuma responsabilidade sobre outrem. Concretiza-se que, o amor aparece como a resposta imediata da exposição do rosto que segundo Levinas o “Tu não matarás” é a primeira palavra do rosto. Portanto, o amor dá vida respondendo assim a ordem emanada pelo rosto. É nesta resposta que segundo Levinas reside o segredo da humanidade, a responsabilidade por outrem (LÉVINAS, 2000)

Levinas observa que a relação intersubjetiva é uma relação não simétrica. “Neste sentido, sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me viesse a custar a vida. A recíproca é assunto dele”. A acolhida ao rosto acontece de forma desinteressada, onde o eu não espera nada de outrem (LÉVINAS, 2008)

Esta noção de abertura para o Tu como uma relação de desinteresse, rompe com os paradigmas correntes e é na verdade um grande desafio para mudar as estruturas mentais sobre o relacionamento humano. Porque, em geral, todo relacionamento humano é de interdependência que, geralmente, gera estruturas de dependência. Num gesto, por mais pequeno que seja, o ser humano sempre espera alguma retribuição generosa.

Vivemos atualmente num sistema económico em que as relações são meramente de troca e, isso tem repercussão das relações no plano humano. Portanto, a assimetria da gratuidade da responsabilização pelo outro é a grande novidade da conceção ética de Levinas. Para Levinas esta responsabilidade é algo que diz respeito ao Eu, e somente ao Eu e ninguém pode substituir o Eu pois, é na responsabilidade que se afirma o Eu humano. É interessante que Levinas fala da responsabilidade como estrutura essencial, primeira e fundamental da subjetividade pelo que, todo o ser humano é um ser ético porém, o é de forma efetiva na medida em que se deixa ser responsável pelo outro. E é aqui onde reside o princípio da sociabilidade. O social deriva segundo Levinas, do facto de que o Homem ser para o Homem.

Na responsabilidade que o eu tem com o outro como garantir que o terceiro seja igualmente objeto de responsabilidade? Respondendo a esta questão, Levinas desenvolve o conceito de Justiça.

5.O ideal de Justiça

A preocupação pela justiça foi dominante em todos períodos de reflexão filosófica. É verdade que em cada época lhe foi dada um significado circunscrito às condições sociais e económicas do tempo. Entre os clássicos por exemplo, numa sociedade escravagista a justiça era considerada o princípio ético que estabelecia a atribuição a cada um o que lhe é devido (ABBAGNANO, 1998). Hoje a pergunta que nos colocáramos é sobre o que será realmente devido a um escravo? Tendo em conta que este está desprovido de um direito básico e inalienável, a liberdade. Mas, na sociedade clássica o justo seria que o escravo assumisse e vivesse de acordo com sua condição de escravo.

Mais tarde, Hobbes vai afirmar que onde não há o seu, isto é, propriedade não pode haver injustiça. Para Hobbes, é na lei da natureza onde reside a fonte e a origem da justiça. Afirma Hobbes que o estado natural dos Homens é de guerra. Uma guerra de todos contra todos. Daí a sua célebre frase: Homem lobo do outro Homem. Onde todos têm os mesmos direitos e tudo podem fazer para salvaguardá-los até tirar a vida ao outro, se este se colocar como um obstáculo para o exercício ou a realização de algum direito. Hobbes aponta igualmente três principais causas da discórdia entre os Homens: a competição, a desconfiança e a glória. E da guerra de todos contra todos resulta que nada pode ser injusto, não há lugar para as noções de bem e de mal, de justiça injustiça.

O desejo de paz e segurança faz que o Homem renuncie os seus direitos a favor dos outros. Há portanto, uma transferência mútua dos direitos a que Hobbes designa de *contracto*. É o rompimento do pacto que segundo Hobbes significaria injustiça:

“De modo que a natureza da justiça consistiria no cumprimento das pactos válidos, mas a validade dos pactos só começa com a instituição de um poder civil suficiente para obrigar os Homens a cumpri-los, e é também só aí que começa haver propriedade” (Lucate, 2015).

Não é nosso interesse aprofundar a concepção Hobbesiana sobre justiça contudo porque encontramos nele um aspeto que até hoje é dominante, achamos pertinente trazer à reflexão. Comumente, o conceito de Justiça está vinculado ao poder, um poder institucionalizado; a quem compete elaborar leis de abrangência social e que regulam o funcionamento da sociedade. Pelo que o justo é sempre tomado em função da lei. A lei é a medida da justiça. Portanto, o direito positivo é comumente tomado como fonte e medida da justiça. Esta é uma concepção que está para longe da concepção Levinasiana da Justiça.

Levinas apresenta-nos uma perspectiva diferente. Para o nosso autor entre Eu e o outro já se estabelece uma relação de socialidade que é sustentada pela responsabilidade que o Eu tem com o outro. Portanto, uma responsabilidade traduzida pela alteridade ética. O surgimento do terceiro é que, na perspectiva de Levinas, torna possível uma reflexão quanto a estender a alteridade a toda humanidade, conforme se lê no trecho:

“É o facto da multiplicidade dos Homens e a presença do terceiro ao lado de outrem que condicionam as leis e instauram a justiça. Se estou sozinho perante o outro, devo-lhe tudo; mas há o terceiro. Saberei eu o que é meu próximo relativamente ao terceiro? Saberei eu se o terceiro está de acordo com ele ou é sua vítima? Quem é o meu próximo? Por consequência, é necessário pesar, pensar, julgar, comparando o incomparável. A relação interpessoal que estabeleço com outrem, também a devo estabelecer com os outros homens; logo, há necessidade de moderar este privilégio de outrem; daí a justiça” (LÉVINAS, 2000, p.81).

Para Levinas, o Humano é que é a fonte de Justiça. É interessante a reflexão que Levinas faz no trecho acima sobre a pessoa que é próxima do Eu. Que é na verdade onde a nosso ver reside a grande dificuldade ou o impasse nas relações que se estabelecem ao nível intersubjetivo: saber, afinal quem é o meu próximo. Levinas, nos seus escritos deixa claro que a proximidade do eu em relação ao Tu não é definida pela distância do eu em relação ao Tu mas, pelo envolvimento do Eu para

com o Tu, envolvimento tal que se resume na responsabilidade que o Eu assume em relação ao Tu. Portanto, nesta perspectiva não são as barreiras fronteiriças que devem limitar as relações entre os humanos. Um Moçambicano pode nesta ótica ser tão próximo a um chinês tanto como, a um vietnamita e vice-versa. E aí onde reside a essência da humanidade. O que aproxima os homens é o segredo que se irrompe com a revelação do rosto. Todos somos responsáveis por todos, e eu mais do que os outros, afirma Levinas.

Portanto, diante do segredo da humanidade, o racismo, o regionalismo, o tribalismo e todas as formas de segregação étnica afiguram-se como verdadeiras injustiças. Daí termos afirmado acima que em Levinas o Humano é que é a fonte de justiça. Para Levinas a justiça se traduziria numa responsabilidade desinteressada e irrecusável do Tu não só pelo outro, mas também, por todos os outros garantindo assim que toda a humanidade atinja sua verdadeira essência, o amor, a solidariedade e a fraternidade.

(HUTCHENS, 2007), realça o facto de que a justiça levinasiana exigir certa caridade na medida em que para Levinas, afirma Hutchens a justiça está associada aos relacionamentos face a face, em que uma outra pessoa carente exige poderosamente que o Eu responda.

Quando falávamos da responsabilidade nos referimos ao facto desta ser impulsionada pelo desejo, e esse desejo que podemos considerar “animação”, um desejo que dá vida, porque enquanto o outro grita, tu não matarás o Eu responde, eu te amo que significa tu não morrerás.

Ora, segundo Hutchens em Levinas a justiça constitui uma exigência de responsabilidades infinitas por todos os desejos, independentemente de quem os possua. As leis surgem como um desejo de justiça para todos, um desejo incomodado por sua exposição no relacionamento face a face.

Para Levinas, a fonte da justiça não são as instituições mas, o face a face. As instituições são guardiãs para garantir a multiplicação da responsabilidade do eu aos demais membros da sociedade ou, ao terceiro usando a linguagem levisiana. Portanto, ser membro de uma sociedade conclui Hutchens, exige aprender que ser responsável por outra pessoa é o começo e o fim da justiça. Esta asserção ganha eco na conceção levisiana segundo a qual, o social deriva do facto de que o Homem é para o Homem.

Para Lévinas, diferentemente do que afirmara Hobbes que a justiça tinha sua origem no pacto social decorrente da natureza selvagem do Homem, e que o poder institucional é que era nesta perspectiva fonte de justiça, afirma que “a política deve, com efeito, poder ser sempre controlada e criticada a partir da ética” (LÉVINAS, 2000, p.80). Portanto, as leis devem garantir que o Eu possa efetivamente assumir responsabilidade pelo tu e terceiros garantindo desta forma a continuidade do acontecimento ético, que como já nos referimos, é no acontecimento ético que reside o segredo da humanidade.

As instituições deveriam garantir que todas as formas de desumanização fossem banidas, o que passa por elas próprias serem justas pois, só assim as sociedades seriam humanas e por conseguinte justas.

Feito o percurso histórico filosófico do homem é chegado a altura de ver as três vertentes proteção Internacional dos direitos da pessoa humana: Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito de Refugiados. Vistas as três vertentes em conjunto revela-nos que há uma interligação entre estas três vertentes, tendo como foco, o ser humano. Ao longo do tempo tem-se lutado para que se assuma que todos somos iguais e por via disso, todos merecermos a vida e que essa vida deve ser protegida não só a nível pessoal, doméstico como a nível internacional. A primeira destas três vertentes salienta muito bem a necessidade da proteção da vida humana e que esta vida está acima de tudo. É o que veremos a seguir: os Direitos Humanos.

6. Direitos Humanos

Os direitos humanos adotados proclamados ao final da segunda Guerra Mundial, precisamente no dia 10 de Dezembro de 1948 e em 1950, o dia 10 de Dezembro foi estabelecido pela ONU como o dia Internacional dos Direitos Humanos, dão primazia da dignidade da pessoa humana. Condiz com o que os aliados na Segunda Guerra Mundial adotaram, as quatro liberdades: liberdade da palavra e da livre expressão, liberdade de religião, liberdade por necessidades e liberdade de viver livre do medo. De facto, o primeiro artigo desta declaração diz-nos que a liberdade e a igualdade são direitos que não podem ser alienados, não se vendem e nem se compram, estes direitos pelo facto de nascer são inatos. Nascemos com estes direitos e ninguém pode

tirar-nos estes direitos. Isto vem em apelo aquilo que significou a segunda guerra mundial e que de algum modo já fizemos referência atrás, que com as várias teorias que foram construídas tentou-se dizer e convencer a humanidade que algumas raças eram superiores a outras e por via disso davam-se direito de dizimar as outras. Basta lembrar a repercussão em torno da teoria de Hegel sobre o Espírito absoluto que repousava, de um modo frequente, em determinado povo. O que fez com que Hitler cometesse as atrocidades que cometeu, de modo particular, contra os judeus. Sem colocar de lado a teoria de evolucionismo de Darwin que de um modo sonante vem dizer que existe espécies mais fortes que as outras. Os Direitos Humanos é uma tentativa de resgatar aquilo que há de mais nobre no ser humano que é a dignidade, melhor dito, dignidade da pessoa humana. A propósito Immanuel Kant afirma que a dignidade da pessoa humana é algo de intrínseco, isto é, faz parte do ser humano. Garcia e Zago sintetizando o pensamento de Kant dizem que:

“O homem, e, duma maneira geral todo o ser racional, existe como um fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações, tanto que nas se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre que ser considerado simultaneamente como um fim”(Garcia e Zago, 2008, p. 325).

São do próprio Kant as palavras a seguir, tiradas do seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*:

“No reino dos fins tudo um preço ou a dignidade. Quando tem preço pode pôr-se em vez dela qualquer outra coisa como equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo preço, e portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade”(KANT, 1980, p.140). A dignidade é algo que não se pode alienar. É algo de nobre no ser humano que não se vende. Lembremos que, etimologicamente, o termo dignidade provém do latim *dignitas* significando aquilo que tem valor, de *dignus* como algo de valioso, de digno e adequado. Na verdade, antologicamente dignidade é compatibilidade entre o vestuário e o interior que trazemos. Quando se trata de dignidade ou se é ou não se é. É algo que pertence ao homem. Não se adquire e nem se compra. Pelo que se não se adquire e nem se compra, então, também não se vende e nem se aliena, como dissemos acima. Remete-nos a “inatividade” da dignidade da

pessoa humana. E é tendo em conta a dignidade da pessoa humana que os direitos humanos englobam todos os aspetos que visam proporcionar ao homem a sua vivência estável e sem perturbações.

É elucidativo o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao dar ênfase a questão da dignidade humana como se pode aferir a seguir: “Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo....” (UNITED NATIONS (ONU), 2001, p.25). Mostra claramente que a dignidade da pessoa humana é basilar e esta Declaração Universal dos Direitos Humanos só pode entendido se coloca o ser humano no centro. Aliás, lembremos que a ideia dos direitos humanos tem origem no conceito filosófico de direitos naturais que seriam atribuídos por Deus. Existe uma discursão envolta da diferença dos direitos naturais e divinos. O ponto é que seja qual for o discurso se são naturais ou divinos é perceber que todos somos iguais como reza o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se o pressuposto é este então todos devemos ter as mesmas oportunidades e gozar do mesmo respeito. Eticamente essenciais à dignidade: o direito à vida, à igualdade, à liberdade psíquica (liberdade de expressão do pensamento e das opiniões, de escolha religiosa, sexual, política, profissional, etc.), à liberdade física, à integridade física e à psíquica (que dependem do direito à segurança), à propriedade, apenas não-degradantes, à qualidade (não se tolera a fome, à negligência do Estado em matéria de educação, o abandono). Os direitos humanos não fogem nada desses direitos essenciais a dignidade, como se pode constatar estes tiveram em conta na sua elaboração, duma maneira genérica, três tipos de Direito: Direitos Cíveis e políticos; Direitos económicos, sociais e culturais e Direitos Difusos e coletivos. Esta classificação mereceu vários estudos, tanto que numa Conferência do Instituto de Direitos Humanos em 1979, o jurista Tcheco-Francês Karel Vasak propôs uma classificação dos direitos humanos em três gerações inspirados no lema da revolução francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), a saber:

Primeira geração: direitos de liberdade que compreende os direitos cíveis, políticos e as liberdades clássicas;

Segunda geração: direitos de igualdade que compreende os direitos económicos, sociais e culturais

Terceira geração: Direitos de Fraternidade que compreendem o direito do meio ambiente equilibrado, uma qualidade de vida saudável, progresso, paz, auto-determinação dos povos e outros direitos difusos.

Não tardou que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura propusesse com os avanços da tecnologia e com a Declaração dos Direitos do homem e do Genoma Humano estabeleceram a **quarta geração de direitos** como sendo os Direitos Tecnológicos, tais como o direito de Informação e o biodireito.

Outrossim, há quem defenda (Paulo Boavides) que o Direito à Paz que por si, só, deveria ser um **direito da quinta geração** ao invés de ser da terceira geração, para permitir uma maior visibilidade.

As Nações Unidas ressaltam que estes direitos não podem ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios da nações Unidas ou com a intenção de destruir os direitos enunciados na Declaração (artigos 29 e 30) que afirmam o cumprimento destes artigos e que nenhum Estado ou grupo de pessoas pode ousar destruir estes artigos. Na verdade esta parte enquadra-se bem na nossa temática de Ingerência e Responsabilidade de proteger. Pois, as Nações Unidas criaram dispositivos que ajudam a monitorar o cumprimentos destes artigos, os chamados Protocolos facultativos e adicionais, como se diz a seguir:

“O primeiro Protocolo Facultativo referente ao Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos permite ao Comité dos Direi- tos do Homem receber e tomar em consideração comunicações apre-sentadas por particulares que se considerem vítimas da violação de qualquer dos direitos enunciados no Pacto.

O segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos com vista à abolição da pena de morte, foi adoptado pela Assembleia Geral por intermédio da sua resolução 44/128, de 15 de Dezembro de 1989. Nos termos do seu artigo pri-meiro, ninguém que se encontre

sujeito à jurisdição de um Estado Parte neste Protocolo poderá ser executado” (UNITED NATIONS (ONU), 2001, p.15-16).

Estes protocolos tanto o facultativo como o adicional permite com que os seres humanos, pertencentes aos Estados que ratificaram esta Declaração possam reagir e até processar os Estados que violam esta Declaração Universal dos Direitos Humanos através do Comité criado para o efeito. Todavia, fica assente, também, que o terceiro artigo da Declaração é basilar no sentido que proclama o direito a vida. E este sobre este direito e responsabilidade de proteger esta vida que foi chamada esta colação dos Direitos Humanos, pois, dá enfase ao nosso tema. A seguir tratamos da segunda vertente da proteção Internacional dos direitos da pessoa humana que é o Direito Humanitário.

7. O Direito Humanitário

Importa, salientar que é um ramo do Direito Internacional que se aplica em concretamente em situações de guerra. Sobressai neste sentido o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) como a instituição aplicadora e personificadora do Direito Humanitário ou se quisermos, podemos dizer que a CICV aparece como o principal órgão protetor e divulgador do Direito Internacional Humanitário. É importante reter a definição dada pelo próprio CICV sobre o Direito Internacional Humanitário, trazida aqui por Campos na sua tese sobre o Surgimento e a evolução do Direito Internacional:

“Parte importante del derecho internacional público, el derecho internacional humanitario (o derecho humanitario) es el conjunto de normas cuya finalidad, en tiempo de conflicto armado, es, por una parte, proteger a las personas que no participan, o han dejado de participar, en las hostilidades y, por otra, limitar los métodos y medios de hacer la guerra”(Campos, 2008, p.21).

Como se pode verificar esta afirma e reafirma o enquadramento no Direito Internacional e a intervenção somente em casos de conflitos e há necessidade de proteger as pessoas que não participam da guerra. Em suma visa defender a vida dos

seres humanos. Na verdade até ao século XIV não havia uma organização que cuidasse das vítimas de guerra, embora o Direito Internacional com as suas normas apontasse para isso. A cruz Vermelha aparece como este organismo que vai tratar e cuidar das Vitimas de Guerra.

A Génese da CICV está ligado a Henry Dunant, como se pode aferir no texto abaixo:

“É nesse contexto de proteção do direito de guerra que surge o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Em 1859, dá-se o fato que levará ao surgimento da Cruz Vermelha Internacional. Henry Dunant, cidadão suíço, relata em Memórias de Solferino o que viu acontecer no campo de Solferino, na região da Lombardia, onde soldados da França e da Sardenha venceram em batalha as tropas austríacas”

Henry Dunant, de um simples passeio turístico, acaba dando-se conta do drama humano que a guerra causa. Biblicamente, podemos dizer que Henry é a personificação de Jesus, pois este é descrito como aquele que teve compaixão dos marginalizados e sofridos. Assim, podemos perceber que é antes de tudo, o trabalho da Cruz Vermelha é um voluntariado. Esse voluntariado exige ter compaixão pelo próximo. Na verdade a palavra compaixão vem de *compassio* da raiz latina *compator* que é a junção de *cum* e *pator* que significa ter compaixão ou se compadecer de alguém. Por sua vez a palavra voluntariada provém de voluntário do latim *voluntas* que é a faculdade de querer, significando aquele que age livremente. Dizer que age livremente não significa que faz a sua vontade, mas que partilha o sofrimento da outra pessoa. Pelo que Henry e juntamente com a comunidade prontificaram-se ajudar as vítimas de guerra, sendo que em 1862 publicou as “Memórias de Solferino” que comoveu não só os Suíços como gente de várias Nações. E o que mais comoveu as pessoas era o tratamento desumano que estava sujeitas as vítimas da Guerra.

Quando se analisa o Direito Internacional Humanitário é de capital importância atermo-nos Direito de Genebra e de Haia e os seus protocolos adicionais. É graças há estes instrumentos jurídicos que o Direito Internacional Humanitário ganhou o seu estatuto jurídico. De algum modo, podemos afirmar a Segunda Guerra Mundial e a experiência descrita por Henry Dunnat na sua obra “As memórias de Solferino” precipitou a existência do Direito internacional, como descreve-nos a seguir Campos:

“(.....). À medida que a sociedade internacional progredia na codificação do Direito de guerra, viu-se que era necessário estabelecer limites de direito aos métodos e aos meios de combate. O Direito de Genebra, que é formado pelas quatro Convenções de Genebra de 1949 e pelos dois Protocolos Adicionais de 1977, é responsável pela codificação das normas de proteção da pessoa humana em caso de conflito armado. Esses textos foram elaborados com o intuito de proteger as vítimas de guerra: tanto militares fora de combate quanto pessoas que não participem das operações militares. De acordo com o explicitado, pode-se afirmar que o Direito de Genebra é o Direito Humanitário propriamente dito, e o Direito de Haia se confunde com o Direito de Guerra. Essas duas dimensões do Direito Internacional que são interdependentes apresentam semelhanças e diferenças que servem à delimitação de seu campo de atuação” (Campos, 2008, p.23).

O ponto é que o que está no centro é o ser humano, ou melhor a vida do ser humano. A guerra cria a consciência que é preciso preservar a vida. E que a vida está acima dos interesses egoístas dos regimes ou outras autoridades. Pois, desde que o homem é o homem ou desde que existe o ser humano. Este esteve sempre em guerra. Seria ingenuidade pensar numa sociedade que nunca haverá guerra, dado que os seres humanos são diferentes e há quem não consiga viver com essa diferença e isso de algum modo traz guerra. O Islão bem visto fala da Hégira que seria uma espécie de guerra interior. Há uma necessidade de o ser humano desencadear uma guerra dentro de si para restaurar uma harmonia. Porém, infelizmente esta guerra interior foi entendida como guerra exterior, dando azo a possibilidade de matar o outro em nome da paz. Este é um exemplo elucidativo que uma má interpretação pode dar direito a guerra. E a guerra causa muitas consequências que não se resumem somente na morte das pessoas como, também nos feridos. E mais esses feridos não são só os combatentes como gente civil. De modo que o Direito Internacional Humanitário serve para protelar estas situações. Há que mostrar que independentemente das

situações que levam a guerra, os seres humanos tem direito a serem tratados com dignidade. É exatamente isso que CICV faz. Ou como dizíamos anteriormente a CICV é a personificação do Direito internacional humanitário. Durante largos anos pensou-se que os militares não tinha direito a proteção, pois, esses eram os mentores da guerra. A revolução DIH vai trazer é que todos têm direito a proteção e de serem tratados humanamente. Sendo, que estes instrumentos delimitam os campos de atuação. Discute-se o direito ou dever da ingerência ou se tem um suporte legal a ingerência humanitária. A resposta só pode ser dada com a conjugação do Direito de Genebra e de Haia e com os quatro protocolos adicionais. Como dissemos a cima ingerência por si é ilegal e significa intromissão nos assuntos dos outros. Esta ingerência torna-se legal quando é chancelada por estes instrumentos jurídicos e legais. E é de bom grato que este instituto de Ingerência Humanitária seja chancelada por estes instrumentos jurídicos e legais, para não dar espaço a exageros e que podem degenerarem numa outra guerra, como bem afirma o nosso autor Campos, que temos vindo a citar. Como se segue:

“O DIH é diferenciado dos demais ramos do Direito Internacional justamente por buscar submeter ao mandamento legal uma situação de violência, quando as outras subdivisões buscam fazer que os Estados resolvam suas controvérsias sem que haja necessidade do uso da força; também atua como complemento ao Direito interno dos Estados, quando esse se mostra incapaz de regulamentar conflitos internos. Ainda se atribui ao DIH uma função organizadora, que consiste justamente em estabelecer normas para administrar as relações entre os Estados em conflito quando os indivíduos fora de combate são envolvidos”(Campos, 2008, p.22).

O Direito Internacional ajuda-nos a perceber quem são as pessoas que são protegidas durante a guerra. Dissemos em vários momentos que o DIH funciona precisamente no tempo de guerra. Fora da Guerra estaríamos a descontextualizar este instituto. O DIH é pontualizado para atuar numa situação concreta. Não se trata de resolver conflitos. Parte do princípio que já existe e que existindo há que estar presente para

proteger e salvaguardar a vida dos seres humanos. É que onde o DIH se difere de outros ramos ou subdivisões do Direito Internacional por estar para resolver conflitos para ajudar aqueles que estão em conflito e sem tirar nenhum partido, a dar um tratamento humano as pessoas. Aliás um dos princípios que norteiam o DIH é o princípio da imparcialidade que está personificado no CIBM num conjunto de sete princípios: Humanidade, Neutralidade, imparcialidade, Independência, voluntariado, Unidade e Universalidade. Estes princípios fazem do DIH diferente de outros ramos do Direito Internacional, pois tornar a sua ação mais humana. É como diz o próprio nome, trata-se de um Direito Humanitário que olha o homem na sua integridade como aquele que independentemente das circunstâncias tem direito a proteção. Justamente por ser norteado por este princípios que o DIH acaba assumindo uma função organizadora que se configuram em normas em caso de conflitos e que todos os Estados são obrigados assumir. Mesmo que seja redundância, vale pena ouvir quem tem autoridade na matéria, nesse caso o nosso autor Campos, que exprime bem este sentido normativo do DIH:

“De acordo com o Direito Internacional Humanitário, são pessoas protegidas aquelas referidas por algum tratado humanitário em particular, isto é, as pessoas para as quais são aplicáveis normas de proteção estipuladas por tal tratado e que, em virtude dessas, gozam de certos direitos quando estão sob poder do inimigo. Em sentido mais amplo, são pessoas protegidas aquelas que, em tempo de guerra, se beneficiam das normas convencionais ou das oriundas do direito internacional consuetudinário” (Campos, 2008, p.24).

Com propriedade se pode afirmar que o DIH servindo-se das Convenções de Genebra e Haia e dos respetivos protocolos adicionais acabam sendo instrumentos jurídicos de grande importância, pois é lá onde estão descritos os direitos e os deveres de pessoas, de combatentes ou não em tempo de guerra. Estas normativas permitem que não se criem arbitrariedade nas intervenções, pois são instrumentos consensualizados pelos respetivos Estados que são signatários, dando assim, poder

para intervenção. Essas convenções aparecem em forma de tratados que são atos de vontade concluídos por escrito e que acima de tudo os consignantes se revem, como a seguir se afirma:

“As Convenções de Genebra são uma série de tratados que definem as leis internacionais relativas às normas do Direito Humanitário Internacional. Esses tratados definem os direitos e deveres de pessoas, combatentes ou não, em tempo de guerra” (Campos, 2008, p.24).

Na verdade se quisermos ser coerentes a primeira convenção ou tratado deve-se em grande ao mérito CICV em Genebra no ano de 1864 que resultaram em quatro convenções desde 1864 a 1949. Aqui se pode ver bem patente o cunho humanitário sonhado por Henry Dunant fruto da experiência desumana que vivenciou. Não é por caso que estas convenções ou tratados se assim o preferir focam-se exatamente no homem que está na e em guerra. Como dar um tratamento humano aos civis e aos combatentes e nação combatentes durante o conflito armado. O pressuposto é aquele que falamos quando abordamos a questão dos direitos humanos. Quando dizíamos e continuamos a dizer que todo o ser humano tem o direito a vida e esta vida deve a todo custo ser preservado. Não é por a caso que os direitos humanos nascem ao fim da II Guerra Mundial para dar azo a necessidade de dizer que ninguém tem direito de tirar a vida a outrem esteja qual for a circunstâncias todos têm o direito de ser protegidos. A mas grande novidade aqui não é somente o direito é a inclusão do dever. Isto nos faz lembrar, mais uma vez o que Martin Buber nos diz na sua obra *EU e Tu*, ressaltando que cada um tem responsabilidade sobre a vida do outro. Partindo do Mito Bíblico de Abel e Caim, no qual é perguntado a Caim o que tinha ou é feito do seu irmão e este responde se porventura era o guarda do seu irmão. Martin Buber enfatiza que sim e este sim não é voltado somente a Caim, mas a todo o ser humano que cada um de nós é responsável pelo seu irmão. Cada um de nós tem o dever de guardar a vida do seu semelhante, pois esta é sagrada. Se isso se diz de um ser humano, quanto mais um Estado tem responsabilidades acrescidas de defender a vida dos seus cidadãos. Daí que não é facultativo defender a vida dos cidadãos, antes pelo contrário é uma obrigação e em caso de não ser cumprida esta norma este estado pode

ser sancionado, dando lugar a intervenção que é diferente da ingerência. Campos confirma o que descrevemos acima:

“A Primeira Convenção de Genebra nascida em 1864 por iniciativa do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que acabava de ser fundado, é a origem das Convenções denominadas de Genebra, que hoje em dia já são universais; ela estimulou o trabalho da Cruz Vermelha no mundo inteiro e fomentou o grande movimento do direito internacional tendente a regular as hostilidades e a limitar e proibir o recurso à guerra”(Campos, 2008, p.25).

E acrescenta ainda no campo dos deveres:

“As obrigações que os Estados têm para com os prisioneiros de guerra são inúmeras, mas tratar-se-á especificamente de aplicabilidade de sanções, eis que esse fato põe lado a lado legislação internacional de legislação interna. Havia uma preocupação por parte dos movimentos humanitários com as condições dos cativos depois de garantidas as dos feridos e dos enfermos”(Campos, 2008, p.26). Posto, isto podemos ver outar vertente que é a ultima no direito da proteção humana que nos propusemos a falar, o Direito dos refugiados. Não é de Espantar esta vertente, pois a guerra provoca entre outras coisas a imigração, acabando por criar os refugiados. Na verdade são refugiados da Guerra.

8.O Direito dos Refugiados

O fenómeno da emigração ou imigração dependendo do contexto se é dentro para fora para dentro ou de dentro para fora, sempre de um Estado, esta longe de ser acabado. Pois, o ser humano desde os tempos remotos tem vindo a crescer. Se é verdade que início este fenómeno estava ligado a melhores condições de vida, entenda-se terras férteis para a prática da Agricultura e pastorícia. Alias, a Sagrada Escritura, fazendo fé ao que lá apreço descrito mostra-nos a através dos patriarcas tais como Abrão, Isac e Jacob e entre outros deslocando-se da sua terra de origem para outras terras onde possam ter melhores condições de vida. Estes episódios descritos na

Sagrada Escritura foram se repetindo e repetem-se ao longo dos séculos. De modo que este fenómeno migratório não só está ligado a procura de terras férteis, como se pode dar por perseguições políticas e sobretudo pela guerra, que é o que nos interessa na nossa abordagem. Oíçamos o que nos diz Campos:

“O homem convive, desde os mais remotos tempos, com o fato de ter de sair de sua região de origem em razão de ter desagradado seus governantes, ou a sociedade na qual vive. A infração cometida enseja, como punição por parte de quem detém o poder, buscar em outro lugar a proteção perdida. A história narra incontáveis exemplos de rejeição social e busca de abrigos creditados aos mais diversos motivos”(Campos, 2008, p.12).

O Séc. XVII fica marcado a nível do Direito Internacional, como já fizemos a questão de referenciar pela figura de Hugo Grotius que juntamente com outros juristas tentaram sistematizar o direito migratório se é que assim podemos dizer. Na verdade Grotius e seus seguidores afirmavam que da mesma maneira que se prevê o direito a guerra, também deve se prever o direito de proteger os que são vítimas da guerra. Os Estados nas suas relações bilaterais e movidos pelo direito internacional são obrigados a abrigar as pessoas que fogem da guerra nos seus países. Mesmo que não seja dito claramente, como hoje se entende, eles já vislumbravam o direito ao asilo. Este direito ao asilo é o direito estritamente ligado aos refugiados. Campos faz a questão de sublinhar esse aspecto de Hugo Grotius e seus correlegiários:

“O século XVII foi de fundamental importância para o desenvolvimento da instituição do asilo; foi nessa época que Grotius asseverou que as pessoas expulsas de seus lares tinham o direito de adquirir residência permanente em outro país, submetendo-se ao governo que lá detivesse a autoridade. Juntamente com outros precursores do Direito Internacional, como Suarez e Wolff, Grotius vislumbrava o asilo como um direito natural e uma obrigação do Estado, sustentando que, em obediência a um dever humanitário internacional, os Estados que concediam asilo estavam agindo em benefício da

civitas maxima ou da comunidade de Estados” (Campos, 2008, p.13).

De facto, o atual Secretário-geral da ONU, na altura Diretor da ACUNUR, tentou dissipar emigração ou imigração de Refugiados. Dado que os Emigrantes ou imigrantes não se precisa de acionar nenhum instrumento político legal para os acolher, enquanto para os refugiados sim. Lembre-se que o contexto que move a nossa abordagem é no contexto de conflitos. Assim, como afirmamos sobre o tratamento especial a ser concedido aos feridos da guerra que devem ter tratamento especial, assim também acontece com os refugiados. Seja como for, emigrante, imigrante ou refugiado estaremos a falar da migração com a particularidade neste caso de dar ênfase aos refugiados. Outrossim, o direito dos refugiados acaba por personificar-se numa instituição que as Nações Unidas criaram precisamente para cuidar da matéria ligada aos refugiados. Esta instituição ou organismo chama-se ACUNUR. Porém, esta forma coordenada de proteção dos refugiados iniciou com a Liga das Nações, como se pode atestar a seguir:

“Apesar de ser um fenómeno antigo e que acompanha a evolução da humanidade, pode-se afirmar que a proteção dos refugiados, de forma coordenada, iniciou-se por meio das atividades da Liga das Nações. Isso se deu, primordialmente, em razão de acontecimentos que tiveram lugar, pouco antes, durante e, em especial, imediatamente após a primeira grande guerra. O Direito Internacional dos Refugiados surgiu e evoluiu já no século XX, a partir de 1921, à luz da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas. ‘O Direito Internacional dos Refugiados enseja, basicamente, quando de sua aplicabilidade, uma dupla abordagem, a saber: a institucional, através da criação de organizações internacionais para a assistência e a proteção dos refugiados; e a contratual, que ocorre por meio da conclusão de instrumentos internacionais, convencionais, ou extraconvencionais, que conceituam o termo “refugiado” e definem o estatuto jurídico de seus beneficiários. No plano

institucional, o órgão responsável por ajudar os refugiados do mundo é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Seu gabinete foi estabelecido em 14 de dezembro de 1950 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. No plano contratual, em 1951, foi adotada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, fonte inspiradora do trabalho do ACNUR. Essa Convenção surge no contexto do pós-guerra para definir o termo “refugiado” para as Nações Unidas” (Campos, 2008, p.13 -15).

Se querer esgotar toda a questão relacionada com os refugiados nem com o ACNUR, porém se pode perceber que tanto a criação da Liga das Nações como do ACNUR visa garantir e proteger os cidadãos, através da criação de dispositivos próprios e protocolos. Hoje mais de que nunca com a primavera Árabe, a guerra da Síria, Iraque e outros países aumentou o número de refugiados numa dimensão assustadora, pelo que as Nações Unidas através da ACNUR viram-se na obrigação de revisitar os seus estatutos como forma de acomodar o numero crescente de refugiados. Alias, urge distinguir, como dizíamos acima, refugiados e migrantes. Sobre as disposições legais, Campos diz-nos o seguinte:

“A principal disposição estipula que os refugiados não deverão ser devolvidos a um país onde eles temem perseguição. Esclarece igualmente os indivíduos ou grupos de pessoas que não estão abrangidas pela Convenção. Dessa forma, a Convenção traz uma base sólida de trabalho para o ACNUR e esse tem um importante papel a desempenhar promovendo e velando pelo cumprimento, por parte dos Estados, da Convenção de 1951 e permitindo-lhes que ofereçam uma proteção adequada aos refugiados no seu território. Essa, em seu artigo primeiro, traz a definição do termo refugiado para o ACNUR”(Campos, 2008, p.16)

Estas disposições jurídicas legais contemplam, também as pessoas chamadas apátridas, isto é, pessoas supostamente que não têm um país concreto de

nacionalidade. Todavia, porque se trata de disposições, o organismo que dirime todos os casos de violação destes dispositivos legais é a Amnistia Internacional e a Human Watch Right.

“Segundo a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, “el término ‘apátrida’ designará a toda persona que no sea considerada como nacional suyo por ningún Estado, conforme a su legislación”” (Campos, 2008, p.18).

Na verdade todo o discurso que fizemos, visa perceber se trata de dever ou direito de intervir. De modo faz sentido terminarmos como começamos. Mas, chamando para fechar a palavra intervenção. Pois, em algumas situações houve necessidade não somente de Ingerência como da Intervenção.

Sumula do segundo capítulo – Intervenção ou Ingerência

Cientes de ter fornecido dados suficientes sobre a ingerência, interessa-nos ocupar-nos duma maneira sucinta no assunto inerente à Intervenção.

Na verdade ingerência na sua originalidade significa intromissão. Mas no caso em estudo esta Ingerência torna-se não só um direito como dever. Ninguém deve ficar impávido diante da violação dos direitos humanos ou tratamento desumano. Nesses moldes, passa a ser um direito a intervenção por Ingerência, protelada por disposições legais. Querendo com isso dizer que em caso da resistência de um determinado Estado que viva um conflito armado não se coloca de fora a possibilidade da intervenção. Como se pode perceber, intervenção supõe o uso da força. Significa que foram esgotadas todas as vias pacíficas de negociação e como a vida humana dos cidadãos não pode estar sujeita aos interesses egoístas dos Estados, há assim espaço para a intervenção. E isto, dito cruelmente, passa para o uso da força. Intervenção significa o uso da força para garantir os direitos humanos sejam salvaguardados. Estão na nossa memória a intervenção ao Iraque e toda a situação da primavera Árabe. Discute-se os moldes pelos quais foi feita a intervenção, mas que não é nosso tema. O que quisemos mostrar que é que a intervenção não está colocada de fora em caso da ingerência não funcionar. É preciso garantir que mesmo no tempo de guerra os direitos humanos não sejam violados. E quando se nota que estes estão a ser violados e que o respetivo Estado não aceita a Ingerência, passa-se para o uso da força. Nesse caso estamos na presença da Intervenção. Esta nova maneira de olhar a ingerência como dever e não direito leva-nos a debruçar sobre a nova abordagem do Direito Humanitário a partir duma visão ética tendo como grande impulsionador Kouchner e seus companheiros.

Capítulo III – Bernard Kouchner: Uma nova abordagem do Direito Internacional Humanitário

1.Do Direito ao Dever: Questão Ética

Aludimos ao facto de que o debate em voga não se cinge apenas numa abordagem do instituto de Ingerência Humanitária mas também na percepção de que na passagem de um direito há um dever. Não se trata de questionar a legalidade do instituto que se chama ingerência. Pois, referimo-nos que a palavra ingerência por si só significa intromissão e isso viola a Resolução 2131, de 1965, o próprio art. 2,§7, da Carta da ONU, e, agora com a afirmação de seu valor costumeiro, com a sentença da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 27 de Junho de 1986, no caso das atividades militares e paramilitares na Nicarágua (Zanini, 2010, p.348). Antes, pelo contrário trata-se dar um cunho ético a Ingerência. Tal é a preocupação moderna, como que a trazer a colação Kant quando fala-nos do imperativo categórico, que em suma significa um agir que se torna universal, tirando da humanidade a toda a presunção da indiferença. Ao reiterarmos a discussão de direito o dever da ingerência humanitária, queremos passar duma questão legal para uma questão ética. Eis a razão ao intitular-se questão ética. Pois, a ética é uma questão dever. Falar da ingerência urge mais do que nunca, hoje falar do dever da ingerência humanitária. A questão colocada nestes termos chama a colação os termos assistência humanitária, urgência da assistência Humanitária. Este discurso atinge o seu auge com a controvérsia de Henry Dunnay com o seu CICV e Bernard Kouchner, por este não concordar com o princípio da neutralidade da CICV que acabou levando a cisão dois. Mas, antes de falar desta controvérsia vale pena retermo-nos por algum tempo no debate de São Tomás e Santo Agostinho sobre a guerra justa, passando por Kant até chegar Hans Jonas com o seu princípio de responsabilidade.

1.1.São Tomás a Santo Agostinho: Guerra Justa

A pretensão de defender uma doutrina e a soberania foi desde o início da humanidade vincado na história dos reinos, da religião e quiçá de algum movimento. Ao chamar a colação estes dois autores: São Tomás e Santo Agostinho, não pretendemos afirmar que sejam os únicos que se debruçaram sobre a guerra justa.

Antes, pelo contrário houve muitos outros que trataram deste assunto todavia estes dois têm o condão de ter tentado sistematizar. Queremos por outro lado afirmar que durante a vigência dos reinos era comum que se decretasse guerras e que no entender deles pode serem consideradas e serem chamadas justas porque além da conquista, visam solidificar a legitimidade dos reinos. Tanto mais que esses davam-se ao privilégio de conquistar os outros reinos. Desde o império Romano ao Grego encontramos uma história preta destes fenómenos de guerra justa. A própria Bíblia mostra que o povo de Israel quando saiu do Egito e chegados a terra prometida exigiram a Samuel que lhes desse um rei como outros povos tinham rei (1 Samuel 8), um rei que os governe. Por detrás desta mentalidade de pedido de rei está assente que era o povo eleito e por disso tinha legitimidade para conquistar e dominar outros povos. Ou por outra um povo rei defendia o seu povo. Não é por acaso que foi no tempo da Monarquia na sagrada Escritura que houve muitas guerras de conquista e domínio. Mas, reza também a história que fora do que está descrito na Bíblia tanto o cristianismo como o Islão foram caracterizados por guerras justas, que os católicos chamaram de cruzadas e os muçulmanos chamaram de guerra santa. Esta explanação visa mostrar como e deve ser enquadrada a guerra justa que tanto São Agostinho como São Tomás falam. Para Santo Agostinho o tema de guerra justa está bem presente na sua obra clássica *A Cidade de Deus*. Dizer Guerra justa quer dizer que deve haver uma causa justa para a haver a guerra. Na verdade ao longo da história da humanidade tem-se procurado razões e digamos razões justas (por parte de quem move a guerra). As religiões com a pretensão de serem elas detentoras da verdade, quer dizer somente elas é que conhecem a verdade. Basta a ver as guerras movidas pelos extremistas islâmicos para chamarem a si verdade. A este propósito José Fontes, no seu artigo intitulado *O Direito de Ingerência e as Visões Agostiniana, Tomista e Moriana da Intervenção Justa - Uma nova abordagem politológica*, diz que:

“Os teorizadores da guerra e da causa justa desta foram influenciados pelos movimentos e pelas correntes de pensamento da época, designadamente das cruzadas contra os «infiéis» e os «mouros» e sentiram a necessidade de justificação e legitimação de alguns

comportamentos da Igreja Universal e das religiões das quais provêm”(Fontes, 2007, p.8).

Tendo em conta o que Fontes diz, não se pode usar as cruzadas e as guerras santa como justificativa para falar de Guerra Justa e as respetivas causas. Ademais, apesar da laicidade dos Estados, mas sabe-se que idade média era difícil dissociar a religião do estado. Pelo que a casualidade da guerra justa ou toda tentativa de encontrar uma causa justa para as guerras, segundo estes, deve-se a fidelidade ou infidelidade seja dos católicos ou dos muçulmanos ou dos mouros se assim quisermos dizer.

No mesmo diapasão, apesar de Santo Agostinho ser conhecido como o doutrinador da guerra justa e das causas (motivações) da guerra, está longe de ser um sistematizador dessa doutrina. Na verdade o que acontece é uma tentativa de interpretação das suas cartas 138 e 189 Contra Faustum e de modo particular a obra *A Cidade de Deus*. Estas duas obras eram uma tentativa de responder aos questionamentos que lhe fora feito, de modo particular por Fausto. Agostinho mostra que a única razão que torna uma guerra justa é quando visa o estabelecimento da paz, como a seguir podemos confirmar: “E assim todos os homens desejam ter paz com seu próprio círculo, com quem desejam governar da maneira mais conveniente. Pois mesmo aqueles que guerreiam contra os que desejam tornar seus, desejam lhes impor as leis de sua própria paz” (Agostinho, 1996, XIX, p. 12). Definitivamente a única causa ou motivação que pode tornar uma guerra justa é sempre a paz. Esta insistência da causa encontra a sua consistência numa autoridade do qual não se deve desobedecer que é o *summum bonum* (Deus). Por isso que na conceção de Santo Agostinho fazer guerra Justa é o mesmo que seguir a lei natural que se fundamenta na autoridade de Deus. Uma guerra só é justificada se não tem motivações impuras e o governante que a desencadeia deve ser imbuído pela autoridade de Deus, daí que esta guerra ou ação pode ser punitiva ou coerciva, pois visa cumprir a vontade de Deus. Este argumento de obediência ao mandamento divino, Santo Agostinho usou para responder a Fausto que repudiava a guerra feita aos Egípcios por Moisés. Santo agostinho responde que Moisés estava a seguir uma ordem divina e a ordem divina deve ser cumprida porque visa estabelecer a Paz (Sousa, 2011).

Por outro lado São Tomás, mesmo que tenha escrito uma obra que fale diretamente da Guerra justa, a referência para qualquer estudo a São Tomás é sempre a sua obra-prima a Suma Teológica. De facto como diz Henrique Quinta Nova no seu artigo intitulado *A Guerra Justa ou Justiça da Guerra no Pensamento Português* “Será, no entanto. S. Tomás de Aquino (1227-1274) que exporá as grandes balizas condicionantes da moralidade da guerra, ou melhor, as condições para a sua legitimidade: a autoridade do príncipe, a justa causa e a reta intenção. Aponta ainda como finalidade última da guerra, o bem comum e a paz” (Nova, [s.d.], p.170). Na verdade de algum modo tem sido estes elementos contemporaneamente tem sido advogados para que haja guerra e cuja finalidade última é que possa haver paz e esta Paz que se traduza no bem comum. Hoje com a criação das Nações Unidas, esta missão da legitimidade da guerra tem cabido ao Conselho de Segurança da Nações Unidas.

1.2.Kant: Imperativo categórico contradição com a Paz Perpétua (não intervenção)

O título acima pode sugerir uma contradição do que temos vindo a dizer até agora. Pois Kant afirma na sua obra Paz Perpétua o dever que o Estados tem de respeitar a autodeterminação dos outros estados. Sendo que o tema que temos vindo a tratar de ingerência humanitária pode encontrar contradição com esta indicação pelo facto que como já vimos ingerência implica intromissão e até podemos dirigir intervenção nos outros Estados. A Obra Paz Perpétua de Kant deve ser vista no contexto em escreve em que estava em voga o colonialismo em que este se dava o direito de dizimar e intrometer-se na vida dos outros estados em nome da colonização, ou dito de outra maneira, havia uma legitimação do *Ius Bellum* para poder conquistar outras terras. É contra esta presunção que Kant reage, dizendo que não ninguém tem direito de criar guerra aos outros para legitimar as pretensões. Obra Paz Perpétua deve ser interpretada no âmbito jurídico, sendo que o termo Moral deve ser tomado no sentido externo (exógeno) que diz respeito a relação com os outros e não no sentido interno (endógeno) que diz a relação pessoal, ética da pessoa. Desse ponto de vista a Paz Perpétua abrange as relações internacionais. E aparece como um imperativo para que

todos os povos possam manter a paz. Visto deste modo, não estaremos a em contradição com o imperativo categórico que interpela que o nosso agir deve ser universal. Quer dizer que ninguém deve ficar indiferente diante da guerra. Devemos fazer tudo que estiver ao nosso alcance para preservar a paz. Kant assume que deve haver uma instituição internacional que deve garantir a paz, esta instituição que garante a Paz como afirma Kersting na sua obra *Hobbes, Kant, a Paz Universal e a guerra*:

“[...] a proteção jurídica interna do Estado pode ser destruída por uma guerra repentina entre os Estados. A liberdade legalmente garantida do indivíduo não depende apenas da estabilidade interna dos Estados, mas também da estabilidade jurídica das relações externas com outros estados. As pacificações internas e externas são interdependentes. Por isso, cada Estado se vê obrigado a completar sua pacificação interna pela condução engajada de uma paz internacional”(KERSTING, 2004, p.4).

A Paz não é uma questão de um Estado, mas uma questão universal, onde todos Estados devem engajar-se para prossecução destes objetivos. Rodrigo Cogo no seu artigo *Fundamentos filosófico da doutrina onusiana de Intervenções Internacionais, da Guerra Justa a Responsabilidade de Proteger*, afirma que apesar do projeto Kantiano da Paz Perpétua ser inatingível para muitos, ele parte de um pressuposto racional verificado ao longo do tempo nas Relações entre os Estados. Para colmatar esta situação traz o conceito duma instituição internacional, que ele chama de Federação, na qual os estados devem unir-se para preservar a Paz (COGO, 2011).

O discurso que temos vindo a fazer sobre Kant, tem o seu sentido na medida que ajuda-nos a olhar ao ser humano como um valor a preservar. E um dos bem que deve ser garantido ao ser humano é a paz. Como dizia São Tomás a única coisa que pode justificar a guerra é a Paz. Pois, a paz é um bem comum. Nesta senda queremos afirmar que não pode haver indiferença quando se trata de preservar a vida do ser humano. É verdade que Kant fala de não intervenção, que se deve respeitar a autodeterminação se todos os Estados comprometer-se para que a paz seja perpétua.

A intervenção ou ingerência será um meio para garantir este bem precioso a este bem que possa faltar ao ser humano. E que a luta de todos os Estados é garantir ou estabelecer uma confiabilidade intraestatal. Este imperativo ou este dever da Paz perpétua conduz-nos ao autor contemporâneo Hans Jonas com o seu princípio de Responsabilidade.

1.3.Hans Jonas: Princípio da Responsabilidade

Hans Jonas, partindo do imperativo categórico de Kant apresenta, na sua obra *Princípio de Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização Tecnológica* (1978), a sua nova ética que ela chama de ontológica, pois, a seu ver, Kant ficou no plano racional, pelo que formula o seu princípio nos seguintes termos: “Age de tal modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência duma vida humana autêntica na terra”. Este princípio Jonasiano parte da constatação que a humanidade, fruto da modernidade tende a usar a tecnologia para destruir a terra. Aliás, a temática das mudanças climáticas e dos desastres naturais tem merecido destaque nos círculos académicos, atualmente. Pode causar estranheza ao chamar a colação um Filósofo que fale do princípio da responsabilidade para o nosso tema. Mas, faz-se necessário por duas razões: as mudanças climáticas e os desastres naturais são questões que podem levar com que haja ingerência humanitária. O princípio da responsabilidade chama para a nossa atenção a maneira como usamos a natureza para o futuro. Por outra, os nossos atos irresponsáveis terão consequências para a humanidade. Este princípio leva-nos ao cerne do nosso debate que ninguém deve ficar indiferente perante os problemas ambientais. Os problemas ambientais que a humanidade enfrenta ou vai enfrentando são fruto da ganância humana, típicos da modernidade. Lembramos que a modernidade é caracterizada pelo uso da tecnologia. A Tecnologia tende a destruir a humanidade. Há que encontrar uma maneira racional do uso da tecnologia para que não possa colocar em causa a humanidade. Se tomarmos como asserção que a ética é a reflexão sobre a Moral, ou dito de outra maneira, é a reflexão sobre os hábitos e costumes, então chegaremos a conclusão que a colocação do Princípio de Responsabilidade de Hans Jonas é um desafio a humanidade para que não possa ficar indiferente diante dos problemas do ambiente.

Por isso, que a ética de Hans Jonas é ontológica, no sentido que diz respeito ao ser humano, a questões práticas do homem, aos problemas do hoje, como afirma Heck no seu artigo intitulado *O Princípio da Responsabilidade de Hans Jonas e Teleologia Objetiva dos Valores*:

“A novidade de O Princípio Responsabilidade está, em relação à ética kantiana, numa teleologia objetiva de valores, apta a ampliar a dimensão temporal da ética tradicional, limitada ao presente. Jonas está convencido de que uma ética do futuro, como avalista do bem-estar das gerações do amanhã, pode “somente ser fundamentada metafisicamente. “O imperativo dessa nova bandeira normativa prescreve: “Age de modo que as consequências de tuas ações sejam compatíveis com a permanência da verdadeira vida humana sobre a Terra” (Heck, 2010, p. 21). Este Princípio de Responsabilidade vai ajudar a perceber o que designamos a seguir de Ética Humanitária de Bernard Kouchner que é contraposição ao princípio de neutralidade da CICV. É que a ingerência é não ficar indiferente diante de situações das várias desumanas da humanidade.

2. Bernard Kouchner: ética humanitária

Abordagem da ética de Hans Jonas levou-nos a concluir que há uma tendência de fazer-se uma rutura com as chamadas éticas tradicionais por preocuparem-se somente com indivíduo. A ética contemporânea no geral ocupa-se do global. Estas palavras preliminares vem a propósito do vermos a seguir. Pois, se se deve aceitar que a CICV é a personificação do direito humanitário, também não se pode negar que Bernard Kouchner é o pai da ética humanitária ao trazer um novo paradigma que até então ainda não se tinha referido que é questionar o princípio da neutralidade da CICV.

2.1. Cisão Com CICV: Princípio da neutralidade questionado

No número 7 do segundo capítulo do nosso trabalho fizemos uma abordagem genérica de CICV, apresentando como a personificação do direito humanitário. Lembremos que os princípios que norteiam o CICV podem ser agrupados em três grupos como afirma Deyra: Substantivos que se dividem em humanidade e

imparcialidade; os Derivados em neutralidade e independência e por sua vez os Orgânicos em carácter voluntário, unidade e universalidade (Deyra, 2001). Em relação ao princípio de humanidade podemos dizer que é o princípio fundante que está na base de todos outros princípios e do qual derivam todos princípios. A CICV nasceu da preocupação de salvar a vida humana. Nasceu de um homem para salvar outros homens. Esta instituição é a personificação do direito humanitário na medida que o direito humanitário visa o ser humano, sobretudo no momento dos conflitos armados. O seu fundador Henry Dunant partiu da experiência dramática que presenciou na batalha de Solferino que fez com que adiasse o seu passeio turístico para salvar os militares e civis que tinham vítimas da guerra nessa batalha. Sendo que este princípio é consensual. Os outros princípios são os que criaram conflitos ou foram razão de discórdia. E basicamente o princípio que provocou a cisão com Bernard Kouchner foi o princípio da neutralidade. Este princípio consiste em:

“A fim de conservar a confiança de todos, o Movimento abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias, em nenhum momento, de ordem política, racial, religiosa e ideológica. O Movimento não pode tomar partido nem dar a impressão que o faz, tanto nos seus discursos como nas suas ações, em nenhum momento e em nenhum lugar. Isso possibilita que os componentes cheguem até as pessoas que precisam de ajuda durante as crises e mantenham um diálogo com as partes envolvidas em um conflito armado ou outro tipo de violência. A neutralidade do Movimento ajuda a garantir às partes envolvidas em um conflito que a assistência aos civis e aos combatentes feridos ou detidos não constitui uma interferência no conflito. Os componentes do Movimento devem construir uma reputação de conduta neutra em tempos de paz, de modo que tenham a confiança de todos os lados beligerantes e que possam agir de forma mais eficaz desde o início do conflito armado ou durante outras situações de violência” (CICV, 2014, p.5).

Ora este princípio da neutralidade assenta na verdade na soberania e autodeterminação dos Estados. Pois, como já vimos todos os estados são soberanos e que ninguém deve interferir nos assuntos internos dos seus Estados. Ademais, os seus

voluntários que basicamente são médicos são regidos pelo juramento de hipocrates, como afirma a seguir Potela e Vieira no seu artigo *Do dever de assistir ao reconhecimento da assistência Responsável*:

“A Cruz Vermelha não pode interferir nos assuntos internos dos Estados nem mesmo dar um qualquer parecer. Este princípio só pode ser admitido se se considerar que, para aceder às vítimas, é necessária permissão das autoridades governamentais. A Cruz Vermelha não quer, de modo algum, ser impedida de poder cumprir a sua missão por causa das suas tomadas de posição. Do mesmo modo, para o Comité da Cruz Vermelha Internacional, a missão humanitária rima com neutralidade e obrigação de seguir as diretivas dos Estados. Cada voluntário da Cruz Vermelha tem de assinar um documento que o obriga a guardar silêncio em nome do Juramento de Hipócrates”(Portela e Vieira, 2016).

Esta passagem alude ao fato de que a Cruz Vermelha pauta pela neutralidade, só faz somente aquilo que for acordado pelos governos e não pode ir mais que além disso. O Princípio da neutralidade criou cisão pois, muitos actores envolvidos no salvamento das vítimas da guerra opuseram-se a este princípio e o representante principal deste movimento de cisão é Bernard Kouchner. Kouchner recorda no seu livro *Le malheur des autres* (1991) o que levou a cisão com a Cruz Vermelha:

“Nós não aceitávamos ser os álibis médicos do massacre do povo do Biafra. O mundo não sabia nada dos sonhos deste povo, mal etiquetado pelos pensadores embebidos pelo pensamento do Ocidente, pelo poder dos políticos, sectários e as reacções clandestinas. Uma informação pré marcada mascava as realidades dos biafrenses. Esta indignação tocou-me profundamente quando tive de amputar o braço de uma adorável menina de oito anos: a pequena N’gossy. Um adolescente atingido pelos estilhaços de uma bomba soviética projetada do ventre dum Mig pilotado por um egípcio ou um alemão de leste tornava-o militante da direita ou da esquerda? Como se decidia „os bons e os maus mortos“ [...] De que serviam os médicos se estes não alertavam o mundo sobre o uso assassino do bloqueio

alimentar como arma de guerra? Silenciosos, éramos cúmplices do massacre sistemático de uma população. Tornei público o massacre dos biafrenses. Os meus companheiros de então repugnavam a politização da ajuda humanitária [...]. De início senti-me só. Tinha conhecimento de informações que deviam modificar os comportamentos, mas os responsáveis políticos não se interessavam mais que os amigos de Awo Omana. Apenas os biafrenses me levavam a agir. Lição eterna: as vítimas têm voz no capítulo, excluindo toda e qualquer outra consideração. Eis a primeira ingerência imposta, aquela que os nossos pacientes exigiam, mesmo se os políticos e os juristas, em voz baixa, guardavam com dificuldade as suas ironias mortíferas. Nos termos do meu contrato com a Cruz Vermelha, eu não tinha esse direito. Primeiro agarrado à lei do silêncio e ingerência manifesta”(Kouchner, 1991, p.112 - 113).

Kouchner entendia que não devia continuar a ficar calado perante várias atrocidades que se verificavam nos Estados em Guerra em que a cruz Vermelha teve que intervir. O princípio da neutralidade perturbava e limitava a acção dos médicos. Eram impossível continuar a ficar calado, ficar indiferente em razão do princípio da neutralidade que a Cruz Vermelha apregoa. Torna-se uma voz crítica e externiza as suas ideias de modo que não demorou a ganhar apoios de outros autores que não concordavam com este princípio da neutralidade, como diz-nos Portela e Vieira: “Bernard Kouchner e Récamier foram imediatamente apoiados por numerosos intelectuais franceses, entre os quais Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Claude Lanzmann, Jean-Marie Domenach, Maxime Odinson, Michel Leiris citados por Kouchner como os “primeiros apoiantes da ingerência” - que reconheciam na acção dos french doctors uma ética fundamentada na defesa dos Direitos do Homem”(Portela e Vieira, 2016). Ao fazer esta ruptura com a Cruz Vermelha da início aquilo que chamamos de ingerência humanitária. Daqui se pode perceber que Kouchner é na verdade pai da ingerência humanitária, na medida que a sua intervenção não cinge-se somente na cura e salvação dos feridos, mas na denúncia de todas as situações desumanas perpetrado pelos estados. Assim, a seguir iremos debruçar sobre os corredores humanitários tendo em conta o papel dos médicos sem

fonteiras. Que passa não só fica uma questão humanitária, mas exige um empenho político.

2.1.2. Corredores humanitários: Questionados

A ingerência humanitária prevê a criação de corredores chamados corredores humanitários. Lembremos que no caso que esta ingerência realize-se em tempos de conflitos armados não possível assistir as vítimas sejam elas civis e ou militares feridos que precisem de assistência sem tréguas. Uma definição simplista de corredores humanitários seria um espaço aberto, onde estabelece-se tréguas de ambos para permitir a assistência humanitária aos feridos e outros. David Augusto Fernandes no seu artigo intitulado *Organização das Nações Unidas: Corredores Humanitários e a Dignidade Da Pessoa Humana* afirma que:

“O corredor humanitário (CH) é um tipo de zona desmilitarizada temporária destinada a permitir a passagem segura de ajuda humanitária e/ou refugiados fora de uma região em crise. Tal corredor também pode ser associado a uma zona de exclusão aérea ou zona de exclusão de movimentação. Na prática os corredores humanitários também têm sido sugeridos como um meio de fornecer armas a uma força sitiada. A criação do CH corresponde, assim, a uma necessidade fundamental: garantir as condições para que as vítimas dos conflitos armados recebam o socorro esperado, assim como não se distancie de foco o princípio da dignidade da pessoa humana” (Fernandes, 2016, p.203).

O mesmo Fernandes citando Alberto Amaral Júnior falam-nos dos tipos de corredores tendo como referência Mario Bettati que a seguir podemos conferir:

“Mario Bettati, descrito por Alberto do Amaral Júnior, apresenta três tipos de CH: a) os corredores de acesso, que favorecem a chegada do socorro às populações necessitadas (conforme Resolução do Conselho de Segurança nº 893/1994); b) os corredores de evacuação, que permitem a fuga das pessoas em situação de perigo iminente (conforme Resolução do Conselho de Segurança nº 954/1994); c) os

corredores de retorno, que possibilitam o regresso dos refugiados. Cada qual possui regime jurídico, formalidades administrativas e especificidades logísticas diferentes, realizando-se por via marítima, fluvial ou aérea (AMARAL JUNIOR, 2012, p. 249 – grifos do original) ” (Fernandes, 2016, p.203).

Este tema dos corredores humanitário vem a propósito dos questionamentos feitos por Kouchner e os outros têm vindo a questionar, sobretudo ligado ao princípio da neutralidade. É que na verdade para que possam existir corredores humanitários é necessário que as partes em conflito consintam, pois, caso contrário não podem ter acesso as vítimas. É perante este facto que Kouchner se revolta no sentido que a vida humana ou se assim, quisermos não pode estar refém dos beligerantes. E mais, diante dessas situações a humanidade não pode ficar indiferente, há que agir tendo em conta que ingerência humanitária não é uma questão somente de direito mas de dever. E por ser direito, por consciência ninguém devia ficar indiferente. Por outra a Cruz Vermelha não deve contentar-se por fazer aquilo que as partes querem, mas fazer tudo para salvar a vida humana. A dignidade humana não deve estar refém dos beligerantes, mas acima de todos os valores. Esta questão dos corredores humanitários tem constituído um calcanhar de Aquiles até para a ONU na medida que tem tido dificuldades para terá acesso as vítimas, basta ver a questão da guerra da Síria. Fazendo jus ao que Kouchner reclama e inclusive revolta-se, é um caminho que abre e abriu para que se tenha atenção as vítimas da s guerras. Na verdade como afirma Fernandes como o protocolo de Genebra, Haia e outros, já estava previsto a base legal para a criação do corredor humanitário para o acesso as vítimas de guerra, como se pode conferir:

“A base legal para a criação do CH pode ser observada na Resolução nº 45/100 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), de 14 de dezembro de 1990, que funciona aqui como paradigma, já que existiram outras resoluções deste gênero, conforme a Resolução nº43/131, de 8 de dezembro de 1988, da AGNU. Ademais, idênticas previsões ocorreram nos anos subsequentes, em numerosas resoluções

do Conselho de Segurança, conferindo-lhe natureza jurídica incontestável”(Fernandes, 2016, p.202)

Graças a luta travada por Kouchner que o conceito de corredores humanitários foi evoluindo de resoluções em resoluções até chegar-se a afirmar-se que os corredores humanitários têm carácter obrigatório e não facultativo. O povo não pode ficar refém da ganância dos beligerantes.

“A partir de 1990, a prática do Conselho de Segurança consolida gradualmente a ingerência através a adoção de resoluções nas quais o carácter obrigatório do livre acesso às vítimas é martelado. Um número considerável de resoluções do Conselho de Segurança, respeitantes ao livre acesso às vítimas, foi adotado a partir de 1991: a guerra do golfo, a situação no Libéria, a situação em Angola, a situação na Georgia, a situação em Moçambique, no Yémen, na Somália, no Anto Karabakh, a situação no Ruanda, a guerra na ex-Jugoslávia” (Portela e Vieira, 2016, p.22)

Os corredores humanitários é por assim dizer o elemento notório da ingerência humanitária. É um instrumento que mostra que estamos diante da ingerência humanitária. Por isso, que a sua implementação não tem sido fácil, pois os beligerantes concebem como intromissão e não como assistência; Hoje mais do que nunca e graças ao papel desencadeado por Kouchner na pressão para do dever e não só direito, os corredores humanitários em termos de resoluções tem evoluído muito. Mas, ao mesmo tempo continuam a ser contestados e questionados por não responderem a demanda das várias situações de ingerência humanitária. E por não ter a pujança que seria suposto ter, muito por culpa do princípio da neutralidade que Kouchner critica bastante chegando ao ponto da cisão como vimos acima e logo a seguir iremos ver a instituição que Kouchner cria, não só com um cunho humanitário, mas também político.

2.2.French Doctors: empenho Político

A indiferença que Kouchner revolta-se contra ela da Cruz Vermelha causada grandemente pelo princípio da neutralidade por achar que este tinha depender da boa vontade das partes beligerantes degenerou na criação de grupo que tivesse não só um empenho humanitário, mas também um empenho político. A palavra de ordem neste momento era preciso a denúncia, não ficar indiferente diante das grandes atrocidades que aconteciam na guerra e sobretudo com as vítimas da guerra. A vida humana e a dignidade humana devem estar acima de todas as coisas. Esta tomada de consciência, segundo escreve portela e Vieira é que levou a criação dos médicos sem Fronteira. É por assim dizer, passa-se da neutralidade para um agir abrangente, que seja não depende da vontade política dos beligerantes mas da ação dos médicos, como se pode conferir a seguir.

“É a tomada de consciência das necessidades humanas, nascida de uma “moral individual” que os levou a fundar, em 1971, os Médicos Sem Fronteiras. Bernard Kouchner considerou até que o aparecimento dos french doctors tinha “modificado a indignação do mundo”.

Chamamos empenho político porque envolveu em algum momento um envolvimento de todo o mundo para este grande drama das hostilidades que estão voltadas as vítimas da guerra. Como veremos a seguir, Kouchner usou todos os meios ao seu dispor tanto para pressionar os beligerantes a abrirem corredores ou a permitirem a ingerência, como também para fazer ecoar o seu grito ao mundo inteiro o que estava acontecer concretamente em Biafra. Trouxe a reflexão o sentido genuíno de política segundo os gregos, representados por Aristóteles, Platão e outros que viam na política atividade da sociedade. Uma sociedade que procura o bem do outro o bem comum. E neste caso da ingerência o bem comum seria dar dignidade aos seres humanos. Esta expressão de French Doctors alude ao facto destes movimentos terem o seu ponto de partida em França. Ou por outra, os médicos eram no geral franceses como a seguir veremos.

2.2.1.Médicos Sem Fronteiras

Na verdade esta cisão de Kouchner com a Cruz Vermelha deu nascimento aos Médicos Sem Fronteiras. Estes médicos reivindicam, para si, aquilo que já pode chamar de ingerência, que consiste numa interferência na assistência as vítimas das guerras. Já não se depende da boa vontade dos beligerantes ou dos governos, para se prestar assistência as vítimas ou aos necessitados. Aqui nasce o dever da assistência humanitária. Estava claro o objetivo da criação dos Médicos Sem Fronteiras:

“A criação em 1971 da organização Médicos sem fronteiras tinha um objetivo claro: pôr fim ao mutismo imposto pela legalidade, a neutralidade e o dever de reserva, para finalmente se pôr a denunciar na praça pública as execuções e as torturas cometidas pelos tiranos do mundo inteiro. Assim, como escreveu Bettati, “a clivagem está portanto consumida: há os que fundam a sua eficácia no silêncio, mesmo se cúmplice, e os que fundam a sua dinâmica no barulho, com o risco de irritar” (Portela e Vieira, 2016, p.20).

Procuram ir mais longe que a Cruz vermelha que restringia a sua atuação usando o princípio da neutralidade, que implicava que mesmo perante a violação dos direitos humanos deviam ficar calados, pois tinham feito um compromisso com os beligerantes além do facto que fizeram o juramento a Hipócrates. Esta ação dos médicos transformou a ingerência numa ação urgentista. Urgentismo que dizer uma ação imediata que deve ser feita para evitar a morte, ou outra, uma ação sem a qual as pessoas morreriam.

“Desde a sua criação, a associação Médicos sem Fronteiras pautou-se por três regras fundamentais: “Ir onde os outros não vão; evitar a todo o custo os circuitos oficiais que são o seguro para a inoperância total no plano médico e deixar as grandes operações aos organismos de socorro oficiais”(Portela e Vieira, 2016). Esta afirmação mostra que longe de ser uma rutura com a Cruz Vermelha, esta associação dos médicos surgem como complementaridade da Cruz Vermelha, pois vão e chegam onde os organismos oficiais não chegam. Eis a razão de se ser médicos sem fronteiras para mostrar que nem as fronteiras geográficas dos Estados nem as suas políticas

podem travar o trabalho destes médicos. Eles vão onde há seres humanos, sobretudo os que são vítimas da guerra. Mais que dispensar os cuidados da saúde a ação destes médicos residia primeiro na assistência ao homem e depois as estruturas. O homem deve ter primazia sob toda a organização política e administrativa. É com os médicos sem Fronteiras que se luta por instituir os corredores humanitários que estejam acima das estruturas.

O ano de 1978 foi marcante e decisivo para os Médicos Sem Fronteiras no caso de Vietname, mas acabou custando caro a Kouchner por ser acusado de mediatizar e querer assumir protagonismo do caso, o que levou há uma cisão no seio dos Médicos sem Fronteira e subsequente criação dos Médicos do Mundo como nos diz portela e Vieira:

“O ano de 1978 foi um período chave para Médicos Sem Fronteiras. Na verdade, a 11 de Novembro, através das imagens transmitidas na televisão, a opinião pública ocidental descobriu a tragédia de “Hai Hong”: perto de 2500 vítimas estavam em fuga, refugiadas num barco proibido de acostar”

A revelação desta tragédia ao Mundo e de modo particular ao ocidente e o papel de Kouchner que juntamente com algumas personalidades fretou o barco para poder salvar estes refugiados, criou uma onda de contestação no seio dos Médicos Sem Fronteira como bem descreve Portela e Vieira:

“Face a esta tragédia, Bernard Kouchner procurou reagir rodeando-se de personalidades conhecidas do mundo político, social, de intelectuais de renome e fretando um barco a fim de permitir que alguns apátridas vietnamitas fossem salvos. Foi então lançado o comité “Um barco para o Vietname”: ‘Ilha da Luz’”. Com este episódio de acusação de mediatização do caso, levou com que Kouchner cria-se os Médicos do Mundo.

2.2.2.Médicos do Mundo

É daqueles casos que se pode dizer que pode morrer o homem, mas não morre a ideia. Ou como dizia a uma certa altura Martin Luther King na sua luta pela segregação racial que é uma ideia. Esta introdução serve para mostrar que Kouchner é um apaixonado pela assistência humanitária, pelo que a sua cisão com a Cruz

Vermelha bem como com os Médicos Sem Fronteira não foi o fim do seu ativismo, antes pelo contrário deu impulso para que ele juntamente com os outros fundam-se os Médicos do Mundo, sem baseado na mesma ideia que esteve na criação dos Médicos Sem Fronteiras que consiste em intervir, agir, por vezes, sem apoios dos governos locais e outras vezes contra eles. Foi assim como afirma Portela e Vieira que:

“Alguns meses mais tarde, a 7 de Março de 1980, Bernard Kouchner, juntamente com Philippe Aeberhard e outros, criaram “Médicos do Mundo”. Contudo, com a aventura do barco “Ile de lumière”, a acção humanitária não-governamental mudou de dimensão e de fisionomia. Até essa data os profissionais voluntários de saúde acantonavam-se numa assistência humanitária anónima sem grande cariz mediático. Com a operação no Vietname, alguns médicos voluntários envolveram-se totalmente no apoio às vítimas dos conflitos, tornando pública, com o recurso à média, a sua acção. Esta nova perspectiva e a relação de Bernard Kouchner com os media acarretaram uma distinção significativa entre Médicos sem Fronteiras e Médicos do Mundo”(Portela e Vieira, 2016, p.1).

De facto, podemos afirmar o que distinguem os Médicos Sem Fronteiras dos Médicos do Mundo é a mediatização destes. Kouchner quis servir-se dos meios da comunicação social para informar, denunciar e difundir as atrocidades cometidas pelos governos contra os seres humanos sobretudo no tempo de guerra no que concerne ao acesso a assistência as vítimas. Esta rutura com Os Médicos Sem Fronteiras não levou o fim da sua ação humanitária, antes pelo contrário com a criação dos Médicos do Mundo levou com que houvesse diversificação na sua atuação humanitária: “A rutura de Bernard Kouchner não levou ao fim de Médicos sem Fronteiras. Pelo contrário, foi adquirindo um papel cada vez mais importante no campo humanitário procurando também diversificar a sua ação humanitária” (Portela e Vieira, 2016, p. 17).

A mediatização tem sido ainda hoje um dos elementos fundamentais para chamar atenção a Comunidade internacional. Sabemos que na divisão clássica dos poderes democráticos, os *Mass Media* surgem hoje como o quarto poder. Os *Mass Media* têm

um grande poder de influenciar as mentes das pessoas. Hoje torna-se cada vez mais difícil esconder alguma situação que esteve a acontecer. O que se sabe dizer é que as informações correm o mundo e ganham um grande impacto pela mediatização. Na verdade a seguir veremos alguns casos que impulsionaram a ingerência Humanitária graças a mediatização. Podemos afirmar sem sombras de dúvidas que o Direito Internacional com Kouchner deu grande salto importante, passou dum ação caritativo para um dever, melhor dito, passamos do direito da ingerência para o dever da ingerência. O Dever de agir passa a ser uma questão ética. Quando chamamos a colação a palavra ética estamos tentar dizer que é uma obrigação humana que todo ser humano deve ter para com outro semelhante. Ninguém deve ficar indiferente, é preciso agir. É um imperativo categórico. Graças a mediatização que casos de Vietname, Cambodja, Somália, Ruanda, Kosovo, só para citar alguns exemplos tiveram as repercussões necessárias e o tratamento devido a nível internacional.

3.Da assistência à urgência: intervenção para não morrer

Esta é a palavra de ordem, intervir para não morrer. Mario Bettati a propósito diz-nos que Direito Internacional tende a usar a expressão urgentistas para distinguir dos desenvolvistas como a seguir explica-nos Portela e Vieira:

“No domínio humanitário, usa-se distinguir os “urgentistas” dos “desenvolvistas”. A noção de urgência está aí incontestavelmente ligada à morte no que ela caracteriza a noção de uma pessoa que, faltando uma intervenção da parte de um terceiro, morreria. Ela está igualmente associada a uma ideia de restrição temporal no que esta intervenção seria vã se ela não acontecesse após um certo debate. O sem-fronteirismo é ao mesmo tempo um meio e uma necessidade para permitir o exercício do direito à vida”(Portela e Vieira, 2016, p. 20). A urgência como a própria palavra diz é algo que deve ser feito urgentemente para evitar a morte das pessoas. Por isso, estes profissionais sem fronteiras vêm dar ênfase ao facto que a vida está em primeiro lugar. A vida humana não tem fronteiras e porque a vida humana não tem fronteiras, então os médicos não têm fronteiras e por conseguinte devem ser permitidos e aceites para entrar em qualquer Estado para salvar vidas. Não é por acaso que estes médicos em alguns países acabam desafiando as autoridades entrando sem vistos, o que vezes

sem contas têm sido expulsas ou repatriados. Mas, todos estes riscos são feitos pela urgência de salvar vidas humanas. Na verdade uma das coisas que ingerência humanitária bate-se com ela é a questão das fronteiras. Para os doutrinadores da ingerência, ou melhor, quando se trata de salvar vidas não deveria haver fronteiras. A vida está acima de todas as estruturas. Neste sentido trata-se de intervir com o único objetivo de salvar vidas para não morrer. Aos casos que a seguir apresentamos entram neste âmbito de intervir para salvar. Graças a mediatização e a ingerência humanitária conseguiu-se salvar vidas. Deve-se muito aos casos Camboja (1978), Somália (1992), Ruanda (1994), Kosovo (1999) e outros apresentados pelos Médicos do Mundo liderados por Kouchner que se salvou vidas humanas.

4.Assistência fora da guerra

Outro debate que tem suscitado interesse hoje nas academias e na sociedade relativo a ingerência humanitária é se esta deve limitar-se somente durante os conflitos armados, alias, é o que temos visto a dizer até agora. Mas, como já detalhamos acima quando falamos da segurança, referir-nos ao facto que a ampliação do conceito de Segurança que não só restringia-se a questões militares, mas passou a ser mais abrangente, isto é, uma segurança que tenha a ver com outros sectores como por exemplo o meio ambiente. As alterações climáticas e os desastres naturais convocaram o mundo refletir nestes assuntos, sobretudo no que concerne a ingerência. Ingerência porque estes fenómenos são numa dimensão que muitos Estados, sobretudo os subdesenvolvidos por si só não podem dar resposta a esta situação. Calcula-se que o que mais mata hoje não são as guerras militares mas sim as alterações climáticas e os desastres naturais. A seguir apresentamos numa maneira sucinta os conceitos, as implicações e as consequências:

I.Planeamento Geral

1.Planeamento Conceptual

1.1. Conceito de alteração climática:

A Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), no Artigo 1 considera, para efeitos daquela convenção, que a alteração climática "significa uma mudança de clima atribuível directa ou indirectamente à actividade humana que altera a composição da atmosfera global e que vai além de variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

Manifestações: incremento da temperatura global, alterações nos padrões de precipitação e diminuição nas quantidades de gelo e neve.

1.2. Conceito Desastre

A Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UN - ISDR, 2004) define desastre como "uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade causando perdas humanas, materiais, económicas ou ambientais generalizadas que excedam a capacidade da comunidade ou sociedade afectadas para lidarem com a situação exclusivamente com recursos próprios”.

Um desastre resulta de três elementos:

- Perigo natural
- Exposição
- Vulnerabilidade: conjunto de características de uma sociedade em termos da sua capacidade para antecipar, enfrentar, resistir e recuperar do impacto dos riscos naturais.

1.3. Ampliação do conceito de Segurança: A partir do início da década de 1990, diversas academias e centros de investigação enveredaram por estudos sobre hipotéticas relações entre fatores ambientais e conflitos.

Impulsionadores:

- Início da década 90: (dois grupos) Grupo de Toronto liderado por Thomas Homer - Dixon e Grupo de Zurique, liderado por Günter Bächler e Spillmann dream

origem Environment and Conflicts Project (ENCOP), no Instituto Federal de Tecnologia Suíço (ETH), em Zurique.

- Meados da década 90: (mais dois grupos): o Grupo de Oslo, em torno de Gleditsch, cujo trabalho se baseou em estudos quantitativos, e o Global Environmental Change and Human Security Project (GECHS), em torno de Matthew, com sede em Irvine, Califórnia.

- Abordagem Institucional: A obra de Rachel Carson (1962) Silent Springs constitui uma referência e ponto de partida para a intensificação do debate que se seguiu durante os dez anos precedentes à primeira conferência mundial das Nações Unidas (NU) sobre problemas globais de ambiente de 1972, em Estocolmo.

- No início do século 21, as questões ambientais e as implicações securitárias subiram ao palco das Nações Unidas.

2. Consequências das alterações climáticas:

2.1. Influem na:

- Segurança alimentar
- Subsistência de milhões de pessoas
- Migração forçada

2.2. Implicações das alterações climáticas na segurança humana e segurança colectiva:

- Inúmeras
- Complexas
- Multicausais

2.3. As alterações climáticas poderão agudizar conflitos:

- Nacionais
- Internacionais

2.4. As alterações climáticas poderão intensificar problemas:

- Falhas do Estado

- Erros da ordem social
- Escalada de violência (Feiteira *et al.*, 2016)

5. Vítimas de desastres naturais

Até então a Ingerência humanitária era feita em conflitos armados, o Direito Internacional Humanitário, com fundamento na Convenção de Genebra, de 1949, e em seus protocolos adicionais, de 1977, impõe que as partes envolvidas no conflito permitam que organizações internacionais providenciem ajuda ou socorro à população civil afetada. Sendo assim deve-se a Mario Betatti e Bernard Kouchner que se deu um salto em Direito Internacional Humanitário quando diante da indiferença do mundo perante os desastres naturais realizaram em Janeiro de 1987 em Paris, a Primeira Conferência Internacional de Direito e Moral Humanitária, necessidade de quebrar com o princípio da não intervenção para prestar assistência às vítimas de desastres naturais pelas Organizações não-governamentais. Esta insistência no dever mostra mais vez que a ingerência humanitária é mais um dever que direito que diante da vida humana, ninguém deve ficar indiferente. Como resultado, em 1988, a Assembleia Geral da ONU editou a Resolução nº43/131, intitulada “Assistência Humanitária às Vítimas de Catástrofes Naturais e Situações de Urgência da Mesma Ordem”, reconhecendo a importância do livre acesso das ONGs às vítimas de catástrofes e a necessidade de os Estados facilitarem a chegada da assistência humanitária nas áreas afetadas.

De tal modo que a ingerência não tem fronteiras, raça, língua, mas somente o ser o humano. Esta conferência lembrou das resoluções que podem suporte jurídico, como diz Souza e Sales:

“Lembre-se que, na atualidade, a ajuda humanitária às vítimas de desastres naturais encontra respaldo legal nas Resoluções nº 43/131, de 1988, 45/100, de 1990, e 46/182, de 1991, da Assembleia Geral da ONU. Editadas com base nos artigos 55 e 56 da Carta da ONU⁴, as referidas Resoluções fundamentam-se, precipuamente, nos deveres de cooperação internacional e de respeito aos Direitos Humanos” (Souza e Sales, 2010, p.).

6.A intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A título introdutório, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, primariamente, faz parte das Nações Unidas que foram criadas em 1945 depois do falhanço da Sociedade das Nações. As Nações Unidas são uma Organização Internacional que não pretendem substituir os Estados nem ser um Governo universal, mas ser uma Organização intergovernamental em que os Estados são membros dos órgãos existentes e que se baseiam em quatro princípios fundamentais: é uma associação ou coletividade voluntária dos Estados; é constituído por um ato do Direito Internacional; é dotado duma constituição (Carta das Nações Unidas) e é dotado de personalidade jurídica distinta dos Estados. Estes quatro princípios encontram-se fundamentados na Carta das Nações Unidas, que entrou oficialmente em vigor a 24 de Outubro de 1945 (o dia oficial da ONU), apesar ter sido assinada em 26 de Junho de 1945 após ter sido ratificada por 2/3 dos 51 Estados fundadores (como acordado pelo artigo 110.º da Carta das Nações Unidas) na conferência de São Francisco. Em concreto os dois primeiros capítulos da Carta falam dos fins e princípios e objetivos e princípios nos artigos 1 e 2 respetivamente que consistem basicamente como diz Ana Isabel Xavier:

“(…) enumeram-se os princípios que regem a ONU para salvaguardar a prossecução dos objectivos anteriores e que a todos os Estados-membros vincula: o princípio da igualdade soberana; o princípio da boa-fé; a resolução Pacífica dos conflitos; o não recurso à força armada; o princípio de não ingerência ou respeito pelas jurisdições internas dos Estados como domínios reservados dos mesmos (art. 2.7.º); e a assistência à organização. De realçar em particular o artigo 2.º, parágrafo 4, que dispõe que “os membros deverão abster--se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas”. Ora, se no direito internacional clássico, a hipótese da força era admissível, embora progressivamente limitada, no direito internacional contemporâneo impera a regra da proibição geral. Um artigo 2.4.º que frequentemente é referido pelos

Estados-membros para justificar a importância do não recurso à força como primeira linha para a resolução de conflitos e diferendos”(Xavier, 2007, p.35).

Na sua composição as Nações Unidas contam com 6 órgãos principais: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Económico e Social, um Conselho de Tutela, um Tribunal Internacional de Justiça e um Secretariado além de outros órgãos subsidiários que poderão ser criados segundo as necessidades. Como se pode conferir II do artigo 7 nos seus números 1 e 2, como, na sua íntegra, se pode atestar:

“1. Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Económico e Social, um Conselho de Tutela, um Tribunal (*) Internacional de Justiça e um Secretariado.

2. Poderão ser criados, de acordo com a presente Carta, os órgãos subsidiários considerados necessários”(ONU, 1945, p.3)

É do Conselho de Segurança que interessa esta nossa abordagem, pois ela que verdade garante os objetivos pelos quais foram criadas as Nações unidas que é a garantia da Paz, sendo que é ela que faz recomendação para que haja ingerência humanitária e até o uso da força se for o caso. O CS de segurança é um dos principais órgãos decisores das Nações Unidas. É composto por 15 membros, sendo que cinco são permanentes (Estados unidos, Rússia, França, Reino Unido e China) que detém poder privativo do veto; e os outros dez são eleitos a partir da Assembleia Geral das Nações Unidas num sistema rotativo de dois anos. É presidido por um presidente num sistema rotativo de um mês.

6.1.O papel

O papel do CS está bem explícito no Artigo 24 que visa manutenção da paz e da segurança. É preciso ter sempre presente que as Nações Unidas surgem para substituir a Sociedade das Nações criadas ao final da Primeira Guerra Mundial para garantirem a manutenção da paz e da segurança. Mas, infelizmente a Sociedade das Nações ao não conseguir cumprir este objetivo caiu no descrédito, o que levou a

criação de um novo organismo que perseguir os objetivos falhados. Percebe-se que as Nações Unidas ao darem este papel preponderante há um dos seus organismos, nesse caso o CS implicitamente está colocar o poder decisor fundamental neste, ou poderíamos ariscar a dizer que o CS de Segurança é a Personificação das Nações Unidas. Esta é a melhor maneira de perceber o artigo 24:

“A fim de assegurar uma ação pronta e eficaz por parte das Nações Unidas, os seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles”(ONU, 1945, p.7). A expressão aja em nome deles indica claramente os poderes que são dados ao CS pelas Nações Unidas. Mostra por outro lado que o CS de Segurança tem o poder decisor. Ou mais ainda pode tomar iniciativas que visam a manutenção da paz e da segurança sempre que julgar necessário como a seguir veremos nos poderes do CS.

6.2.Poderes do CS

O papel da manutenção da paz e segurança são concretizados pelos poderes conferidos ao CS pelos artigos 34 a 36 número 1 de intervir nos conflitos por iniciativa própria; por iniciativa da Assembleia Geral artigo 11, número 3, artigo 35, números 1 e 2; por iniciativa do Secretário-geral artigo 99 e por iniciativa de qualquer Estado envolvido na Controvérsia artigos 33 a 34 convidar partes para uma solução pacífica do conflito e ou ainda investigar para ajudar as partes procurar uma solução pacífica. Sendo assim, podemos resumir que os poderes do CS de segurança consistem em:

1. Prevenção e resolução de conflitos: antes e no durante o conflito propriamente dito;
2. Uso da força e as operações de Manutenção de Paz que decorre de duas fases: resolução pacífica dos conflitos (capítulo VI) e o uso da força (capítulo VII). De realçar a manutenção da paz é a tradução do termo inglês Peacekeeping que significa o emprego de forças militares em operações não violentas para controlar conflitos iniciados por outro Estado. A composição desta força é definida pelo CS.

Do exposto fica a ideia que o CS tem poderes suficientes para manter e impor a paz nos estados em conflitos. Ademais, CS tem outros instrumentos ao seu dispor que passam pela Diplomacia preventivas que visa essencialmente realizar, manter, impor e construir a paz. Como podemos depreender o uso da força é o último recurso a ter em conta. Daí que em situações de conflitos prioriza-se sempre a ingerência humanitária para assistência as vítimas da guerra e só no último caso, por resistência e teimosia das partes recorre-se ao uso da Força.

6.3.Aplicação de Sanções

O Art. 41.º reza que:

“O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efectivas as suas decisões e poderá instar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações económicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radioeléctricos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas”(ONU, 1945, p.9).

Este é mais um dos poderes que o CS detém, o poder de aplicar sanções. A palavra comumente usada é o bloqueio. Todavia, este bloqueio em nada tem a ver com o uso da força, mas são medidas que visam dissuadir e persuadir as partes em conflito a cessar ou a comprometerem-se com os princípios da Nações Unidas que são o da manutenção da Paz e da Segurança e o bem comum dos cidadãos. Estas sanções são de várias ordens e vistos caso por caso que passa necessariamente por uma resolução a ser aprovada, pois cada caso é específico como afirma Garcia:

“Pode ser incorporada, como anexo à resolução, uma lista de indivíduos, organizações e entidades sujeitas a monitoramento, restrições de viagem e congelamento de bens e ativos. Estados-membros podem ser instados a proibir suprimento, venda, transferência de itens, materiais, equipamentos, bens e

tecnologia de acordo com o objetivo da resolução. Pode-se determinar um embargo de armas e/ou vigilância às exportações ou importações de tanques, veículos de combate armado, sistemas de artilharia de grosso calibre, aviões e helicópteros de combate, navios de guerra e mísseis, além de controlo sobre transações financeiras internacionais e restrições a novos financiamentos, empréstimos ou doações ao país objeto das sanções. Algumas vezes, como nas resoluções que versam sobre não proliferação nuclear, prevê-se que Estados-membros possam executar inspeções marítimas de navios suspeitos de transportar cargas em violação às decisões do Conselho. Tem sido comum que a adoção das sanções seja acompanhada por um comitê de especialistas, que reporta ao Conselho como órgão subsidiário”(Garcia, 2013, p. 48).

Em algum momento discute-se o tipo de sanções que são aplicados aos Estados, pois, querendo como não acabam afetando o cidadão comum, sobretudo quando se trata de bloqueio. É verdade que visa persuadir e dissuadir as partes em conflito ou que queiram entrar em conflito, o cidadão comum acabam pagando a fatura. Muitos ativistas sociais têm chamado atenção para a necessidade das Nações Unidas pensar e repensar as sanções que tem decretado aos Estados. Na tentativa de resolver-se um problema acaba-se resolvendo outro. Todavia o CS continua a ter um papel fundamental e decisório na ingerência humanitária fruto da responsabilidade e competência que lhe são conferidas, seja na assistência humanitária como no uso da força.

Sumula do terceiro capítulo – Bernard Kouchner: Uma nova abordagem do Direito Internacional Humanitário

Tratamos de olhar para ingerência humanitária entendida como assistência humanitária que deve ser vista como uma questão ética. Na verdade, contemporaneamente a ética tem dedicado-se a questões globais e sobretudo de responsabilidade. Hans Jonas com o seu Princípio de Responsabilidade não foi chamado por acaso, pois, mostrou-nos que tudo de ser feito em função do nosso futuro ou por outra o homem é responsável pelos seus actos, daí toda a problemática ligada a questão do meio ambiente aliada a mudanças climáticas e desastres naturais que obrigaram o Direito Internacional a repensar e encontrar um enquadramento a estas temáticas. Quisemos com Kant mostrar que a ingerência é um imperativo e dito a maneira kantiana é um imperativo categórico, mas acima de tudo os homens devem fazer tudo que estiver ao seu alcance para evitar guerras. Santo Agostinho e Tomas de Aquino embora anteriores a Kant tinham deixado bem assente que se há algo que possa justificar uma guerra é o bem comum e esse bem comum é a paz, a que Kant chama de paz perpétua. Foi assim, que chamamos a colação o CS como aquela que deve ser o garante da paz, mas também aquele que deve autorizar a Ingerência humanitária, digo, a assistência humanitária. Deste instituto de Ingerência houve organismo, movimentos e indivíduos que se envolveram de corpo e alma na assistência as vitimas. E a pioneira delas é sem dúvidas a Cruz Vermelha, que como dizíamos é a personificação do direito Humanitário. Mas, com não bom sem senão, A Cruz Vermelha foi vivamente criticada pelo seu princípio de Neutralidade por não permitir que possa denunciar as várias atrocidades cometidas pelos beligerantes. Um dos grandes opositores da Cruz Vermelha foi Bernard Kouchner que acabou afastando-se dela e fundou os médicos sem fronteiras e posteriormente os médicos de mundo, caracterizados por ir além daquilo que a Cruz Vermelha vinha fazendo ou faz. Esta nova abordagem fez com o Direito Internacional e de modo particular o Direito Humanitário redimensiona-se. Sendo que, a acção de Kouchner, precipitado pelos desastres ambientais apela-se as Nações Unidas na Conferência realizada em Paris que se olhe assistência humanitária como um dever que deve estar acima das estruturas.

Conclusão

A minha formação de base é Filosofia e Teologia. Obviamente, ao longo da minha formação do terceiro ciclo foram tratadas algumas temáticas ligadas ao Direito. Porém, nunca tinha pensado que pudesse haver um tema de Direito que pudesse ser tão familiar como o da Ingerência Humanitária. A medida que fomos aprofundando chega-se à conclusão que mais que um Direito a Ingerência trata-se dum dever à Ingerência Humanitária. Ora, tudo que possa tratar de dever abrange o âmbito ético que é grosso modo uma área transversal porque tem sido também preocupação da Filosofia. O percurso histórico que fizemos ao longo do nosso trabalho desde o conceito de Segurança e a sua consequente ampliação até ao atual conceito de Segurança Humana, abordagem do Direito Internacional e as respetivas ramificações que nos fizeram desembocar no Direito Humanitário e que esse por sua vez trouxe a tona a questão do dever da Ingerência Humanitária. O trabalho mostra a relevância deste instituto na medida que obrigou o direito internacional a refletir sobre a importância e a pertinência desta instituição. A segunda guerra mundial pode ser colocada como aquele que na história da humanidade obrigou uma grande reflexão sobre os conflitos armados. Uma coisa é certa conflitos sempre houve, mas nunca tinham havido um conflito da dimensão da segunda guerra mundial, o que mobilizou o mundo a refletir, pois estava em jogo um dos bens essenciais do ser humano que é a dignidade humana. Se já na primeira guerra mundial se tinha criado uma instituição que devia garantir a segurança e paz que é a Sociedade das Nações, com o falhanço deste teve que se criar ao final da segunda guerra mundial uma instituição que pudesse perseguir este objetivo da paz e segurança que são as Nações Unidas, tendo um órgão principal e decisor que são o Conselho de Segurança.

Estas instituições mostram o quão é importante a Paz e a segurança, mas ao mesmo tempo mostram que o ser humano está acima de estruturas políticas e governamentais. É aqui onde a Ingerência humanitária encontra enquadramento, pois como afloramos ao longo do nosso trabalho ingerência rigorosamente falando significa intromissão. E os Estados são defendendo contra a intromissão pela resolução que determina que os estados são soberanos e autónomos. Este princípio de soberania e autodeterminação só tem sentido enquanto os Estados puderem garantir

dignidade humana as pessoas. Ora, tratamos ao longo do nosso trabalho a assistência humanitária durante os conflitos armados, sendo que é neste momento que a vida humana tem sido desprezada pelos beligerantes. A ingerência vem para colmatar a lacuna em que os beligerantes só pensam em atingir os seus objetivos mesmo que isso implique colocar em risco a dignidade da pessoa humana. O ponto é que quando se trata de salvar a vida humana ninguém deve ficar indiferente. Mas, de que nunca e graças a Bernard Kouchner, Mario Bettati e outros que muito fizeram e fazem para que a ingerência fosse vista não só como um direito, mas como um dever. Mostramos ao longo do nosso trabalho a controvérsia que surgiu entre a Cruz Vermelha e Kouchner fruto do princípio da neutralidade que a Cruz vermelha goza, fazendo que possa calar mesmo diante das atrocidades que são cometidas pelas autoridades governamentais. Kouchner e outros ao criaram os médicos sem fronteiras que visam essencialmente mostrar que a vida humana está acima das estruturas.

Salientamos o papel preponderante e decisivo que o Conselho de Segurança tem na implementação deste instituto usando todos instrumentos ao seu dispor para que se efetive. E porque se deu o salto de Direito para dever, então já não se trata de ingerência em casos de conflitos armados, mas também diante dos desastres naturais que até então não tinham sido contemplados, muito por culpa do conceito de Segurança que se restringia a questões militares. Sendo que com a ampliação do conceito passou-se a integrar outras áreas como segurança ambiental contemplando deste modo o tema dos desastres naturais e pelo que se saiba pelo tamanho e dimensão destes desastres e também por causa da sua impressibilidade acabam concorrendo ou ultrapassando com o número de vítimas dos conflitos armados, obrigando deste modo que mais uma vez o paradigma do direito Humanitário contemplasse estes casos.

Todavia, não se pode esquecer Henri Dunnat que deve ser considerado o pai da ingerência humanitária por ter sido ele que iniciou este movimento de assistência aos feridos. Temos presente que a grande descoberta e novidade deste trabalho é afirmação que esta temática de Ingerência Humanitária diz respeito não só ao Direito Internacional mas deve transversalidade, dado que a dignidade humana diz respeito a todos os seres humanos. Despertou-nos a necessidade de não ficarmos indiferentes e

presos as estruturas oficiais, mas ir além, tendo como exemplos os profissionais sem fronteiras que acabam arriscando as suas vidas e vezes sem conta para salvar vidas humanas nos Estados em conflitos ou que tenham sofrido desastres naturais.

E mais, a vida humana está acima de tudo. Usemos todos os meios ao dispor para denunciar, assistir as vítimas e intervir. Se por um lado vai um grande apreço a todos os profissionais envolvidos na assistência humanitária, também não podemos deixar de dizer que existe oportunistas, já que a realização deste instituto envolve muitos recursos financeiros, exigindo destes grupos muita transparência e honestidade na administração destes fundos.

Terminamos dizendo que esta abordagem de Ingerência Humanitária na vertente da assistência é crucial e fundamental para todos que são vítimas dos conflitos armados e dos desastres naturais.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, Fontes, Martins, 3ª ed., São Paulo, 1998

AGOSTINHO, Santo - **A Cidade De Deus**, Fundação Calouste Portugal, Vol.I, 1996

ALENCAR, Mirela Nogueira De - **Debates dos Estudos de Segurança Internacional e Segurança Humana: uma breve análise sobre a evolução dos Estudos de Segurança**, (2015). Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pdf>. Acesso em 23.Jan.2018

AZPITARTE, Eduardo López - **Fundamentação da Ética Cristã**, Paulus, São Paulo, 1995

BAPTISTA, Eduardo Correia - **O Poder Público Bélico em Direito Internacional: O Uso da força pelas Nações unidas em especial**, Coimbra (2013). Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream>, Dissertação.pdf. Acesso em 10.Jan.2018

BOSCO, Estevão Mota Gomes Ribas Lima - **Por uma Teoria Social Cosmopolita: Modernização, Mundialização/Globalização e Entendimento Intercultural**, Campinas, (2016). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Pdf. Acesso em 15.Fev.2017

BRANDÃO, Ana Paula - **Segurança: um conceito contestado em debate**, (2016) Disponível em: http://www.google.co.mz/url?url=http://www.fd.unl.pt/docentes_docs. Acesso em 20. Ago.2017

CAMPOS, Camila Gabriella - **O Surgimento e a Evolução do Direito Internacional**, Brasília, (2008) Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/dih/pdf>. Acesso em 16. Out.2018

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara - **Introdução à Globalização**, (2007).

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/2468.pdf>. Acesso em 19.Mar.2018

CICV - **Os princípios fundamentais do movimento internacional da cruz vermelha e do crescente vermelho**, Folheto, Genebra, (2014). Disponível em: www.icrc.org/pdf

COGO, Rodrigo. - **Fundamentos filosóficos da doutrina onusiana de intervenções internacionais. Da guerra justa à responsabilidade de proteger**, Jus Navigandi (2011). Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18804>. Acesso em 23.Mai.2018.

DELGADO, Vladimir Chaves - **A Soberania dos Estados Face a Questão da Ingerência Humanitária no Direito Internacional Público**, (2006). Disponível em http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista.pdf. Acesso em: 12.Nov.2017.

DESCARTES, René - **Discurso do método**, Martins Fonte, São Paulo, 2001.

DEYRA, Michel - **Direito Internacional Humanitário**, Lisboa (2001). Disponível: <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/DIHDeyra.pdf>. Acesso em:: 23.Mar.2018

DOMINGOS, Terezinha De Oliveira; CARISTINA, Jean Eduardo Aguiar - **Arminianismo e Hugo Grócio: O Caminho para o Jus-Humanismo pela Trilha do Livre-Arbítrio e o Racionalismo Da Guerra Como Pressuposto de uma Paz Inata**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1511919f603e917a>. Acesso em: 16.Jan.2018

ESCORREGA, Luís Carlos Falcão - **A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias**. Revista Militar (2009). Disponível: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/pdf>. Acesso em: 15. Jun.2017.

FEITEIRA, Alice *et al.* - **Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global** (2018), 1ª ed. Porto. Disponível em:<http://nafronteiradocaos.blogspot.com/pdf>. Acesso em: 20.Jun.2018

FERNANDES, David Augusto - **Organização das Nações Unidas: Corredores Humanitários e a Dignidade da Pessoa Humana**, Direito & Paz, São Paulo (2016) Disponível em <http://www.google.co.mz/url?url=http://www.revista.unisal.br/>. Acesso em: 19.Mai.2018

FONTES, José - **O Direito de Ingerência e as Visões Agostiniana, Tomista e Moriana da Intervenção Justa - Uma nova abordagem politológica**, Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa Ministério da Cultura (2007). Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream>. Acesso em: 15.Abril.2018

GARCIA, Eugénio V. - **Conselho de Segurança das Nações Unidas** Brasília (2013). Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/17230>. ISBN 9788576314738. Acesso em: 29.Abril.2018

GARCIA, Marcos Leite; ZAGO, Gladis Guiomar - **O Direito Internacional Humanitário como Instrumento de Proteção da Pessoa Humana**, Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí. (2008). Disponível em: [:http://www.google.co.mz/url?url=http://siaiap32.univali.br](http://www.google.co.mz/url?url=http://siaiap32.univali.br). Acesso em: 16.Jun.2017

GOUVEIA, Jorge Bacelar - **Direito Internacional Humanitário**, Almedina, Coimbra, 2006

GOUVEIA, Jorge Bacelar - **Manual de Direito Internacional Público**, 4. ed., Almedina, 2013, Coimbra, ISBN 978-972-40-5366-0.

GOUVEIA, Jorge Bacelar - **Direito Internacional de Segurança**, Almedina, Coimbra, 2013.

GUEDES, Ana Lucia - **Abordagem de Relações Internacionais em Direito Internacional**, (2001), Disponível: <http://www.cacos.ufpr.br/obras/pdf>. Acesso em:

21.Jun.2017

GUERRA, Sidney Cesar Silva - **Direito Internacional Público**, Freitas Bastos, 2007
3. ed. Rio de Janeiro

HALAJCZUK, Bohdan T.; DOMINGUEZ, Maria Teresa Del R. Moya - **Derecho Internacional Público**, Sociedad Anónima, Buenos Aires, 1999, 3. ed. Buenos Aires
]

HECK, José N. - **O Princípio da Responsabilidade de Hans Jonas e Teleologia Objetiva dos Valores**, Dissertatio, (2010).Disponível em: <https://www.google.co.mz>.
Acesso em: 27.Abril.2018

HUTCHENS, B. C. - **Compreender Lévinas**, Vozes, 2007. ISBN: 9788532635273.

JÚNIOR, Figueiredo; RIBEIRO, Selmo - **Valladolid: a Polêmica Indigenista Entre Las Casas E Sepúlveda**. Revista Filosofia Capital. ISSN. 6:12 (2011) 100–107.

KANT, Immanuel - **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**, Pensadores, II ed. São Paulo, 1980.

KERSTING, Wolfgang - **Hobbes, Kant, a paz universal e a guerra do Iraque. Kant E-Prints**, Kant E-Pri ed, 2010

KOUCHNER, Bernard - **Le malheur des autres**, Odile Jacob, Paris, 1991.

LÉVINAS, Emmanuel - **Ética e Infinito**, Edições 70, Lisboa, 2000

LÉVINAS, Emmanuel - **Totalidade e Infinito**, Edições 70, 3ª ed, Lisboa , 2008.

LUCATE, Felipe Henry - **O contrato social em Hobbes e a permuta da liberdade natural pela segurança do estado civil**, 2015) 43–45.

MATOS, Luís Salgado De - **Segurança**. Disponível em:

<http://www.ifilnova.pt/file/pdf>. Acesso em: 17.Jun.2017

MONTEIRO, José Cauby Soares - **Estudos de Defesa e Teorias de Relações Internacionais**, (2008). Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/pdf>. Acesso em: 15.Abr.2018.

MOUTINHO, José Bernardino De Sousa - **Comunicação Organizacional, Segurança Psicológica e Produtividade nas Forças De Segurança**. CEDIS Working Papers | Direito, Segurança e Democracia | N° 11 | outubro de (2015). Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/pdf>. Acesso em: 16.Jun.2017.

NODARI, Paulo César - **Ética da Responsabilidade em Hans Jonas**. Disponível em: http://www.faculdadejesuita.edu.br/simposio/cd10/textos/doutores/paulo_nodari.pdf. Acesso em: 15.Jun.2017.

NOVA, Henrique Quinta - **A Guerra Justa ou Justiça da Guerra no Pensamento Português. Nação e Defesa**, (1996). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream>. Acesso em: 23.Fev.2018

.

ONU - **Carta das Nações Unidas**, (1945). Disponível em: www.onuportugal.pt. Acesso em: 7.Mar.2018

PEREIRA, Maria De Assunção Do Vale - **Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário**, 1ªed., 2014, Coimbra , ISBN 978-972-32-2252-4.

PORTELA, Irene; VIEIRA, Domingos - **Do “Dever de Assistir” ao Reconhecimento da “Assistência Responsável”**, Revista Dat@venia. Paraíba (2016). Disponível em <http://revista.uepb.edu.br/pdf>. Acesso em: 22. Abril.2018

PUC-RIO - CERTIFICAÇÃO DIGITAL N 0610356/CA - **Segurança e Securitização : desenvolvimentos conceituais e teóricos situados historicamente**.

Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13091/13091_3.pdf. Acesso em: 23.Jan.2018.

RAIMUNDO, Isabel - **Imperativo Humanitário e Não - Ingerência: Os novos desafios do direito Internacional**, Cosmos, 1999, Lisboa, ISBN 972-762.

RIBEIRO, Raissa Pacheco Da Rocha - **Intervenção Humanitária e a Doutrina da Responsabilidade De Proteger**, Universidade de Coimbra, (2015). Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/pdf>. Acesso em: 11. Dez. 2017

Sacramento, Cristina Montalvão, **Política e Segurança: Novas Configurações do Poder**, Univiverdade Nova de lisboa, 2009, ISBN 978-972-8630-05-5

SILVA, Caroline Targino *et al.* - A evolução Teórica do Conceito de Segurança e a Percepção das Novas Ameaças pela Região Andina e o Cone Sul. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_evolucao_teorica.pdf. Acesso em: 22.Jan.2018.

SOUSA, Francisco Xavier Ferreira De - **Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África**. Cadernos do IESM (2014). Disponível em: <https://cidium.ium.pt/docs/artigos/CADE.pdf>. Acesso em: 23.Jan.2018

SOUSA, Rodrigo Franklin - **A Legitimação da Guerra no Discurso Ético e Político de Santo Agostinho**, Ciências da Religião - História e Sociedade, (2011) 192–208. Disponível em <http://www.google.co.mz/pdf>. Acesso em: 21.Fev.2018

SOUZA, Carolina Romero De; SALES, Ramiro Gonçalves - **A Assistência Humanitária Internacional em Caso de Desastres Naturais: O Exemplo Da Atuação Brasileira No Haiti após o Terremoto de 2010 The International Humanitarian Assistance in Case of Natural Disasters : The Example of Brazilian Operations in Haiti**, (2010). Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos>.

Acesso em: 21.Fev.2018

TAMO, Grace - **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. (2003) . Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1TAMO_Grace/v25n1a02.pdf. Acesso: 15.Jan.2018.

UNITED NATIONS (ONU) - **A Carta Internacional dos Direitos Humanos**, Ficha Informativa, (2001). Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/pdf>. Acesso em: 19. Fev.2018

VAZ, Henrique - **Antropologia Filosófica**, Belo Horizonte, Loyola, 1991

XAVIER, Ana Iasbel et Al - Disponível em <http://www.dhnet.org.br/abc/onu.pdf>, (2007).ISBN 9789898098184. Acesso em: 15.Fev. 2018

ZANINI, Thiago José - **Aspectos jurídicos da ingerência humanitária**, (2010). Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article>. Acesso em 15. Mar.2018

Índice

Declaração de anti-plágio	I
Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Nota Prévia.....	IV
Siglas e Abreviaturas	V
Declaração do Número de Carateres.....	VI
Resumo.....	VII
Abstract	VIII
Introdução	1
i. Problema	2
ii. Hipótese	2
iii. Justificativa	2
iv. Objetivo (s)	3
i Geral	3
ii Específicos.....	3
v. Metodologia	3
Capítulo I – Fundamentação do Direito Humanitário	4
1. Teoria da Segurança: Etimologia e História do conceito	4
2. A (Des)Construção do conceito de Segurança: as três vertentes teóricas	7
2.1. A tradicionalista.....	8
2.2. A Abrangente.....	10
2.3. A crítica	11
3. Tipos de Segurança	13
3.1. Militar	13
3.2. Individual/Humana	14
3.3. Coletiva.....	16
3.4. Económica	17
3.5. Societal (ou identitária)	19
3.6. Ambiental	20
3.7. Política.....	21
3.8. Psicológica.....	23
4. Segurança, Globalização: Risco e ameaça.....	24

Sumula do primeiro capítulo – Fundamentação do Direito Humanitário.....	30
Capítulo II – Direito ou Dever da Ingerência Humanitária	31
1.Compulsando sobre a teoria do Direito Internacional	31
2.Direito ou Dever da Ingerência.....	36
3. Direito Internacional Humanitário.....	40
4.Percurso histórico-filosófico do homem.....	44
4.1.O <i>Eu</i> como uma singularidade	49
4.2.Epifania do rosto como caminho para transcendência do <i>Eu</i>	52
4.3. Responsabilidade pelo outro como estrutura fundamental da subjetividade	56
5.O ideal de Justiça	59
6. Direitos Humanos	62
7. O Direito Humanitário	66
8.O Direito dos Refugiados.....	72
Sumula do segundo capítulo – Intervenção ou Ingerência	77
Capítulo III – Bernard Kouchner: Uma nova abordagem do Direito Internacional Humanitário	78
1.Do Direito ao Dever: Questão Ética	78
1.1.São Tomás a Santo Agostinho: Guerra Justa	78
1.2.Kant: Imperativo categórico contradição com a Paz Perpétua (não intervenção)	81
1.3.Hans Jonas: Princípio da Responsabilidade	83
2.Bernard Kouchner: ética humanitária	84
2.1. Cisão Com CICV: Princípio da neutralidade questionado	84
2.1.2.Corredores humanitários: Questionados	88
2.2.French Doctors: empenho Político	91
2.2.1.Médicos Sem Fronteiras.....	92
2.2.2.Médicos do Mundo	93
3.Da assistência à urgência: intervenção para não morrer.....	95
4.Assistência fora da guerra.....	96
5.Vítimas de desastres naturais	99
6.A intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas	100
6.1.O papel.....	101
6.2.Poderes do CS.....	102

6.3.Aplicação de Sanções	103
Sumula do terceiro capítulo – Bernard Kouchner: Uma nova abordagem do Direito Internacional Humanitário	105
Conclusão	106
Bibliografia	109